

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Emanuel Messias Conceição dos Santos Barreto

Do outro lado da *baía*, o oriente helenístico e a *Vida de Calígula* em Suetônio

Manaus  
2024

EMANUEL MESSIAS CONCEIÇÃO DOS SANTOS BARRETO

DO OUTRO LADO DA BAÍA, O ORIENTE HELENÍSTICO E A VIDA DE  
*CALÍGULA* EM SUETÔNIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Joana Campos Clímaco

Manaus  
2024

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Barreto, Emanuel Messias Conceição dos Santos  
B273o      Do outro lado da baía, o oriente helenístico e a vida de Calígula  
em Suetônio / Emanuel Messias Conceição dos Santos Barreto .  
2024  
144 f.: 31 cm.

Orientadora: Joana Campos Clímaco  
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Principado. 2. Suetônio. 3. Biografia. 4. Oriente. 5. Calígula. I.  
Clímaco, Joana Campos. II. Universidade Federal do Amazonas III.  
Título

EMANUEL MESSIAS CONCEIÇÃO DOS SANTOS BARRETO

DO OUTRO LADO DA BAÍA, O ORIENTE HELENÍSTICO E A VIDA DE  
*CALÍGULA* EM SUETÔNIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de mestre.

Aprovado em \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Joana Campos Clímaco, Presidente  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof. Dr. Sínval Carlos Mello Gonçalves, Membro  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof. Dr. Fábio Duarte Joly, Membro  
Universidade Federal de Ouro Preto

Ao meus pais, que possibilitaram a  
minha chegada até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, José Barreto e Maria São Pedro, que com enorme esmero e amor cuidaram de mim e da minha educação desde sempre;

Agradeço a Nice que sempre acreditou em mim e me incentivou para que viesse à Manaus e fizesse esse mestrado, me ajudando das mais diversas maneiras, se tivesse uma madrinha e podendo escolhê-la, com certeza seria a senhora, muito obrigado;

Agradeço ao povo brasileiro pelo apoio financeiro por intermédio da bolsa CAPES, a qual recebi no mestrado;

Agradeço ao meu ex-orientador da graduação, Prof. Dr. Denis Renan Correa, por sempre me incentivar e acreditar na minha pesquisa, assim como as conversas enriquecedoras sobre aspectos da antiguidade que sempre se fazem presentes em nossos encontros;

Ao professor Lucas Rodrigo do curso de medicina da UFAM que me hospedou na minha primeira vinda à Manaus, tendo o enorme zelo em me apresentar a cidade e a instituição. Agradeço os muitíssimos conselhos acadêmicos e pessoais, assim como o carinho e o companheirismo nessa jornada;

Aos meus amigos e colegas de grupo de estudos: Inara Kézia, Carlos Eduardo, Douglas Ferreira, Krisna e Abigail pelas conversas enriquecedoras e incentivos diversos a dar prosseguimento a esta pesquisa. Em especial, a Inara, pelas longas conversas nas madrugadas mesmo separados entre o Amazonas e a Bahia, sempre mantivemos o contato e a amizade;

Aos meus “confrades” de casa e amigos, Vinicius e André, meu muitíssimo obrigado pela convivência, paciência e fraternidade. Formamos um belo triunvirato;

Agradeço a coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas pelas orientações e disposição em resolver questões burocráticas e problemas no percurso do mestrado, obrigado pelo apoio;

Ao secretário do programa, Jailson Soares, que mesmo nos dias facultativos e fora do horário de expediente, sempre se mostrou prestativo e disposto a ajudar nas questões. Muitíssimo obrigado, Jailson;

Aos professores Davi Leal e Nelson Tomelin, muito obrigados pelas riquíssimas discussões nas aulas do PPGH, aprendi imensamente com os senhores em nossos encontros;

Agradeço aos professores Alex Degan e Átila Augusto Vilar que estavam presentes na qualificação desta pesquisa, acatei as contribuições e sugestões, muito obrigado;

Agradeço imensamente as professoras Marcela Lopes Guimarães e Adriana Baggio por possibilitarem mesmo distante, assistir as aulas sobre a *Vida dos artistas* no PPGH-UFPR, foram encontros enriquecedores e ajudaram enormemente a minha formação nessa trajetória. Da mesma forma, agradeço ao professor Kevin Borges, por permitir a minha presença nas aulas de literatura latina na graduação do curso de Letras português da UFAM;

E por fim, agradeço infinitamente a minha orientadora Joana Campos Clímaco por apostar neste projeto e acreditar na sua execução, obrigado pelas orientações, dicas, conselhos e sustos necessários para a elaboração desta dissertação, agradeço o carinho e o incentivo.

“No seu triunfo do Ponto, entre outros objectos apresentados no cortejo, figurou uma inscrição com estas três palavras: “Vim, vi e venci” (*Veni, Vidi, Vinci*) [...]” (Jul. XXXVII)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Tradução de João Gaspar Simões.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a *Vida de Calígula* em Suetônio logrando compreender o “proto-orientalismo” na vida do biografado, acentuado em Suetônio. Temos por premissa destacar os aspectos gregos, egípcios e helenísticos que o biógrafo utiliza para desqualificar o principado de Caio César. Suetônio amplifica o *tópos* da argumentação e da retórica antiga, a “orientalização”, e certos “lugares-comuns”, tais como a travessia, para atingir o seu objetivo. Conjecturamos a probabilidade de Suetônio estar realizando uma crítica ao seu tempo, vivendo o biógrafo no principado de Adriano, jocosamente chamado de “greguinho”, sendo o principado de Adriano marcado também pela extrema violência e inclinações para elementos da cultura grega, egípcia e oriental. Refletiremos o cenário político no qual Suetônio estava inserido e como o biógrafo utilizou de distintos gêneros literários a serviço da construção da sua obra célebre, *A Vida dos Doze Césares*.

**Palavras chave:** Principado; Suetônio; Biografia; Oriente; Calígula.

## ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the *Life of Caligula* in Suetonius in order to understand the proto-Orientalism in the life of the biographer, accentuated by Suetonius. Our premise is to highlight the Greek, Egyptian and Hellenistic aspects that the biographer uses to disqualify the principality of Gaius Caesar. Suetonius amplifies the *topoi* of argumentation and ancient rhetoric, the “orientalization”, and certain “commonplaces”, the crossing, to achieve his goal. We conjecture the likelihood that Suetonius was criticizing his time, with the biographer living in the principality of Hadrian, jokingly called the “little Greek”, the principality of Hadrian also being marked by extreme violence and inclinations towards elements of Greek, Egyptian and Hellenic culture. We will reflect on the political scenario in which Suetonius was inserted and how the biographer used different literary genres in the construction of his celebrated work, *The Lives of the Twelve Caesars*.

**Keys-word:** Principality; Suetonius; Biography; East; Caligula.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. A VIDA DE SUETÔNIO E O PODER IMPERIAL.....	24
1.1 Sobre a <i>Vida</i> de Suetônio .....	24
1.2 Poder Imperial.....	32
1.2.1 Rei não, César!.....	32
1.2.2 A propaganda como ferramenta de poder .....	43
1.2.3 Roma e a inflexão com o Egito: <i>mos maiorum</i> x realeza ptolomaica.....	47
1.3 O Império romano de Suetônio.....	53
1.3.1 Trajano, <i>Optimus Princeps</i> .....	54
1.3.2 A sucessão de Adriano <i>Avgvsto</i> .....	56
1.3.3 Suetônio entre a transição política .....	63
2. Influências literárias na obra suetoniana .....	67
2.1 Patronato e clientelismo no círculo de Suetônio.....	67
2.2.1 O poder incutido nas palavras de Suetônio.....	72
2.2.2 As camadas que compõem a narrativa .....	76
2.2.3 Biografia e as tradições helênicas .....	79
2.2.4 Biografias e as tradições latinas .....	85
2.2.5 A biografia em disputa .....	88
2.2.6 A arte de persuadir: retórica .....	92
2.2.7 Biografia na construção do poder do <i>princeps</i> Adriano.....	96
3. Esquadinhando uma <i>vida</i> : os <i>tópos</i> na <i>vida de Calígula</i> .....	103
3.1 Teatralidade.....	103
3.2 Caracterização do <i>monstrum</i> .....	114
3.3 “Travessias” simbólicas e literais .....	125
Conclusão .....	132
Referências Bibliográficas.....	137

## INTRODUÇÃO

A sociedade romana permeia o imaginário coletivo do mundo ocidental, seja por seus feitos engenhosos ou por seus governantes polêmicos. E são os césares o símbolo do poder imperial absoluto, um regime político que marcou a história de Roma e das províncias sob a égide do Império Romano. Os governos desses césares ecoam até os nossos dias, decorrentes da fama que legaram em seus principados como bons ou maus imperadores.

Podemos observar o uso da memória no decorrer do fluxo do tempo histórico. A memória tem um papel fundamental no mundo social e cultural das sociedades humanas, é a ela que recorremos para analisar o nosso presente, fazendo conglutinação com o passado. Pois de acordo com Renata Cristina de Souza Nascimento: “Estamos culturalmente obrigados a recordar determinadas circunstâncias e/ou acontecimentos quando esses se integram na memória coletiva” (Nascimento, 2021: 131).

A “História Antiga” faz parte do currículo escolar e do cotidiano do povo brasileiro, nos é ensinada na escola básica e no ensino superior, o que nos molda a fazer parte da dita história do mundo ocidental. É o ponto inicial de uma divisão quadripartite do “progresso” histórico, “dá sentido ao processo de colonização europeia que nos formou e nos transformou em descendentes da Europa, em membros do Ocidente, participantes da civilização ocidental” (Guarinello, 2021: 7). Destarte, existe um viés no currículo escolar que nos guia a uma “ocidentalização” da nossa memória histórica. A construção da identidade ocorre no decorrer da vida dos indivíduos, leva-se séculos e são compostas de profusos processos. De acordo com Norberto Luiz Guarinello:

Nossa identidade ocidental não advém apenas do estudo da História, nem, em particular, do estudo da História Antiga. Ela faz parte de um movimento político e cultural mais amplo, inserido nas nossas instituições e nas nossas práticas culturais, em nossos hábitos, na língua que falamos, nas influências que recebemos do exterior, nos filmes a que assistimos, na música que ouvimos, em nossas crenças religiosas, em nossa tolerância ou intolerância com o que é diferente de nós (Guarinello, 2021: 8).

A relação de nosso tempo com cada era do passado é mais importante que a relação de cada era do passado com o resto do passado. Jean Chesneaux nos conclama a rever nosso olhar sobre o objeto histórico, de que modo dialogamos com os vestígios do

passado. Dessa forma, sugere inverter a relação passado-presente<sup>2</sup>, ao propor uma história mais crítica que dialogue com as demandas e anseios do presente, afinal o historiador é um homem do seu tempo. Nas palavras de Chesneaux:

Mas esse passado, próximo ou longínquo, tem sempre um sentido para nós. Ele nos ajuda a compreender melhor a sociedade na qual vivemos hoje, a saber o que defender e preservar, saber também o que mudar e destruir. A história tem uma relação ativa com o passado. O passado está presente em todas as esferas da vida social. [...] Nossa conhecimento do passado é um elemento ativo do movimento da sociedade, é uma articulação das lutas políticas e ideológicas, uma zona asperamente disputada [...] (Chesneaux, 1994: 22-24).

Foi através da memória que o imaginário dos césares perpassou até nossos dias. Costumamos evocar tal pensamento, principalmente, em momentos de turbulências políticas, máxime para criticar determinados governantes. Os césares foram/são símbolos de um poder autocrático. De acordo com Natália Frazão José:

A memória, no sentido primário da expressão, é a presença do passado, a faculdade de reter e recordar este passado. Assim, a memória é uma construção psíquica e intelectual, a qual acarreta uma representação do passado de acordo com a pessoa que relembrava, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, político e cultural (José, 2011: 23).

Concomitante com François Hartog<sup>3</sup>, que elenca várias perguntas sobre a cultura greco-romana, podemos depreender a importância e a relação direta que o mundo ocidental tem para com essas civilizações antigas. Mary Beard em seu livro *Doze Césares: Imagens de poder do mundo antigo ao moderno*, nos traz informações que corroboram com nosso pensamento. Ela argumenta que mesmo depois de dois mil anos os Césares ocupam uma presença majestática e “permeiam desde sempre o imaginário moderno, e sem dúvida nos dizem muito sobre os medos e as fantasias da Roma Antiga” (Beard, 2022: 11-12). Esse poder que perpassa ao longo dos séculos fora emulado, ressignificado e usado em prol de determinadas figuras políticas. A imponência dos

---

<sup>2</sup> Chesneaux em diálogo com Marc Bloch, nos convoca a inverter a relação passado-presente. Essa inversão deriva da definição da história como relação ativa com o passado, “o homem se parece mais com seu tempo que com seu pai” (CHESNEAUX, 1994). É preciso “desenrolar a bobina ao contrário”, identificar os fios que devem ser, a seguir, novamente enrolados ao longo do tempo. Bloch e Chesneaux insistem no valor insubstituível da experiência cotidianamente vivida, naquilo que chamam de “o perpétuo contato com o hoje”.

<sup>3</sup> Segundo o autor: “[...] quem, afinal, eram esses gregos e esses romanos? Ainda é possível uma relação direta com eles? Suas questões ainda são nossas? Podemos ainda, ou podemos novamente, considerar como nossas algumas de suas questões? A política grega e a democracia ainda têm algo a dizer-nos, ou melhor, saberíamos propor-lhes questões pertinentes ao nosso presente? (Hartog, 2003: 116).

nomes dos imperadores serviu para legitimação de poderes no transcorrer do tempo, seja para elevar sua *potestas* ou denunciar sua vilania. Beard argumenta a respeito da memória imagética de certos episódios sobre os imperadores que ainda são reconhecidos pelo público, nas palavras da autora:

Ainda vivemos cercados de imperadores romanos. Já faz quase 2 mil anos que a antiga cidade de Roma deixou de ser a capital de um império, mas mesmo agora – pelo menos no Ocidente – quase todo mundo reconhece o nome, e às vezes até a fisionomia, de Júlio César ou Nero. Seus rostos não só nos encaram em museus e galerias de arte como figuram em filmes, propagandas e charges de jornais. Com muito pouco (bastam uma coroa de louros, uma toga, uma lira e umas labaredas ao fundo), um satirista transforma um político moderno em “Nero tocando lira enquanto as chamas consomem Roma”, e quase todo mundo entende (Beard, 2022: 11).

Um dos responsáveis pelo trabalho de preservação e difusão dessas memórias fora Gaio Suetônio Tranquilo. O biógrafo adotou como missão demonstrar, através da sua obra *A Vida dos Doze Césares*, as virtudes e os vícios dos seus biografados, mais precisamente um ditador e onze imperadores. Este era o objetivo principal da sua obra biográfica. Nessas *vidas* vemos os detalhes mais íntimos e libelísticos que um autor poderia apresentar, o que torna Suetônio um anedótico singular.

Aspectos físicos, comportamentais, de vestuário, entre outros pormenores faziam parte do universo literário suetoniano. Destarte, Suetônio trazia todas essas informações baseadas em fontes documentais e orais, dessa forma, procurava realizar um trabalho erudito e rigoroso, para dar ao público legitimidade das informações constantes na obra. Sobre a erudição de Suetônio, Antônio da Silveira Mendonça argumenta que:

Erudito tem a ver com o enfoque preponderante sobre o conteúdo, a busca minuciosa e a difusão do maior número possível de informações que as fontes lhes possam oferecer. O leitor de Suetônio não tem dificuldade alguma em depreender o traço erudito de seu trabalho, [...] (Mendonça, 15: 2007).

*A Vida dos Doze Césares* de Suetônio é um retrato da sociedade romana nos tempos imperiais, onde os personagens são postos no palco sob os olhares dos cortesãos e do povo, atuando em suas *vidas* de forma dramática, ao modo suetoniano. Suetônio não está narrando somente *vidas*, está relatando o surgimento do Império, um novo regime político, substituindo a República. Descrevendo o sodalício romano entre o século I a.C. e I d.C., analisa uma sociedade marcada pela extrema violência e conspirações pelo poder, tendo em vista que a maioria dos maus imperadores tiveram mortes sangrentas e tétricas.

Não obstante, na sua visão, a história anuncia uma pessoa desencadeando os acontecimentos e entende que analisando o agente histórico, compreenderá o indivíduo agindo na sociedade. A história descreve a relação de causa e efeito, razão mítica e histórica que transpõem o pensamento historiográfico antigo.

Devemos colocar questões para pensar a obra além da mera leitura de uma *Vida*, dentre elas: A biografia está a serviço de que/quem? Como o autor utiliza os elementos biográficos? Como a biografia aparece para responder às questões contemporâneas? Essas são algumas indagações que iremos abordar para pensar nos dados que compõem a biografia do biografado.

A biografia fora útil para abordar o surgimento de um regime que marcará profundamente a identidade romana e das suas províncias; trata-se do advento do Império, nesse sentido, a História de Roma está inserida na História de uma *vida*. Suetônio narra o nascimento da figura do *princeps* e suas implicações políticas através de um olhar de dentro da corte imperial. Nas palavras de Aaron Gourevitch:

O estudo da pessoa pressupõe uma análise das mentalidades, da parte de consciência que um indivíduo partilha com outros indivíduos ou grupos, que ele esteja, aliás, consciente de sua unicidade ou que se submeta aos valores do grupo social ou da família (Gourevitch, 2017).

Os agentes históricos da obra de Suetônio que tiveram mais notoriedade foram os imperadores mais polêmicos, tidos como maus imperadores. A imagem desses césares está mais presente na memória coletiva das sociedades e a polêmica alvitrada por Suetônio ao descrever seus principados colaborou para essas representações. De acordo com Maria de Fátima Sousa e Silva e José Luís Lopes Brandão Brandão: “[...] Suetônio como que dissecava o homem física e moralmente, separa os elementos, pesa-os e classifica-os para uma compreensão o mais completa possível” (Silva, Brandão, 2019: 181). O biógrafo tenta dar uma totalidade do caráter do seu biografado e as anedotas têm um papel fundamental na descrição dos valores do *princeps*.

O cinema retratou exageradamente as loucuras e festas suntuosas atribuídas ao luxurioso Calígula; destarte, relata-se muito sobre o lado artístico de Nero, que supostamente tocava um instrumento enquanto Roma ardia em chamas. Esses são alguns exemplos de características que esses Césares teriam, enquanto as informações dadas por Suetônio, que são “[...] elementos de uma tradição que se comunica com gerações e

leitores e que perdura na apropriação e na transformação que eles operam no tempo” (Gourevitch, 2017). Os usos do passado reverberam na análise histórica do historiador do presente conectando os espaços temporais, imagem hodierna na memória coletiva na qual o historiador está inserido sem poder se desassociar. Sobre a relação do passado, presente e a construção da memória coletiva que influenciam na construção historiográfica, Pedro Paulo Funari e Luciane Munhoz de Omena em diálogo com Paul Ricoeur argumentam que:

[...] o passado é interpretado à luz das condições e circunstâncias contemporâneas ao estudioso moderno, sendo, pois, inevitável a conexão entre as interpretações e o contexto histórico, social, político e econômico (Funari e Silva, 2010). A produção historiográfica relaciona-se ao presente, e os usos do passado, para além da recepção dos autores antigos, constituem aspectos essenciais da reflexão historiográfica (cf. Funari e Funari 2010, com referências adicionais).

[...] a memória é um suporte da lembrança, um suporte do passado que, em outras palavras, designa a construção de imagens de um passado sob a insígnia de uma “memória manipulada” (RICOEUR, 2007), sujeita a “abusos do esquecimento” (RICOEUR, 2007). [...] A memória vincula-se aos processos de recriação, no presente, de imagens sobre o passado (Carvalho e Funari 2010). Nesse sentido, o discurso historiográfico constrói os traços e os gestos do passado, a partir de suas configurações epistemológicas, associando-as às teias de seu presente (Omena, Funari, 2012: 164).

Suetônio é um grande intérprete e narrador do seu tempo, além disso, em diversos aspectos sua obra se demonstra atemporal. Sobreviveu às intempéries do tempo quase intacta e elaborou um compêndio brilhante, envolvente e marcante da vida privada dos imperadores romanos do primeiro século do império. Suetônio nos translada a presenciar os escândalos da corte dos césares com palavras intensas e expressivas que deixam os leitores ávidos por mais detalhes minuciosos. A riqueza de detalhes da narrativa produz uma expectativa do próximo ato, dos respiros de cada César, de suas decisões, de suas personalidades, das ações seguintes de loucura e de excesso. Suetônio atiça tais inquietações no leitor, sôfrego por mais frivolidades palacianas, como observa Eduardo Silva Maia:

Não poderia eliminar um Galba, um Óton, por mais mesquinhos e desimportantes que fossem. Teve de colocá-los lado a lado com Júlio César e Augusto. A disciplina do assunto manteve-o numa rigidez que, afinal, revelou-se útil. E não seria esse o grande fim da História? A Utilidade. Acompanhamos os doze Césares passo a passo, seus ancestrais, as predições de seus nascimentos e os prestígios de suas mortes. Suas campanhas militares, suas deformações morais e sexuais, enfim, todos os elementos que constituem um homem — ou o processo de um homem. Escravizando-se a seu assunto, Suetônio foi fiel a ele. E o assunto compensou-lhe: deu-lhe merecida perenidade histórica e literária (Maia, 2007: 11-12).

Ao escrever as *vidas* Suetônio analisou cada detalhe das fontes de que dispunha e, claro, colocou em ação sua prática narrativa junto com digressões a respeito dos indivíduos biografados. É importante lembrar que Suetônio elabora sua obra no século II d.C., posteriormente à vida de seus personagens, contexto em que a mentalidade, o cenário político e as demandas dos diferentes grupos sociais se transformaram em alguns sentidos. Portanto, o objetivo de sua obra está atrelado ao círculo social no qual o biógrafo estava inserido e trazem questões de sua própria temporalidade. Por isso, deve-se refletir com qual finalidade Suetônio escreveu as biografias, e principalmente, porque elas eram importantes naquele momento? Essas são algumas provocações que tentaremos abordar no decorrer dos próximos parágrafos.

Não podemos ser ingênuos ao ponto de achar que o relato dessas vidas é coeso. Essa é uma ilusão retórica, como alerta Pierre Bourdieu: “Ora isso seria dotar a vida de uma coerência que ela não teve em tempo algum” (Gourevitch apud Bourdieu, 2017). Porém, o tom exagerado e convincente de Suetônio, particularmente as fofocas palacianas, tornaram esse autor conhecido e difundido entre seu público. De acordo com Mendonça:

Ora o leitor do biógrafo, como num folhetim, não contava ver na figura do príncipe um estadista, mas o perfil de um homem com toda sua concretude, com grandezas, vaidades e misérias. Nesse ponto nada mais emblematicamente suetoniano do que a possibilidade de imaginar o grande César desfilando garboso com a coroa heróica, justo galardão pelo seu feito guerreiro, mas ao mesmo tempo saber que intimamente ele com ela se comprazia porque lhe escondia uns reduzidos longos fios de cabelo e a luzidia e penosa calvície (Mendonça, 16: 2007).

Durante um período a escrita de Suetônio fora tratada com desdém pelos acadêmicos, tida como sem valor histórico e de pouca relevância, devido ao estilo literário e característico singular de Suetônio. A historiadora inglesa Mary Beard, em entrevista ao jornal *El País* para divulgar o seu recente livro “*Os Doze Césares*”, enfatiza a importância da obra de Suetônio para a composição do seu trabalho, que tem o título inspirado na obra do biógrafo latino. Nas palavras de Beard:

“Ele me parece um escritor subestimado”, diz a autora. “Ele foi tratado como um mero fofoqueiro na frente de Tácito, o analítico e cínico disseccador do poder. Mas quanto mais leio Suetônio, melhor observador ele me parece. Por exemplo, gosto de como ele descreve um momento imediatamente antes do

suicídio de Nero. O imperador chama seus servos, mas ninguém vem. É quando ele percebe que o jogo acabou”<sup>4</sup>.

Dessarte, o professor Antônio da Silveira Mendonça na introdução da tradução do livro *Vidas de César*, faz uma importante análise sobre a produção suetoniana e sua importância na época e hoje, demonstrando a relevância da obra: “[...] ao redigir o *De vita Caesarum*, dotou o gênero de um estatuto tão marcante que, na tradição literária, se tornou modelo canônico para muitos que se aventuraram nesse tipo de narrativa” (Mendonça, 14: 2007).

Ao analisar as *vida* sob o olhar do exercício retórico, percebemos lugares-comuns que são alguns dos aspectos que evidenciam a importância do gênero biográfico para a pesquisa histórica. Como Suetônio, tal gênero durante muito tempo foi relegado, caindo no esquecimento. Graças à novas abordagens metodológicas e epistêmicas, referentes à maneira como pensamos e analisamos o objeto histórico, o autor voltou a fazer parte dos estudos acadêmicos, demonstrando sua relevância dentro do decurso epistemológico e científico necessários para fazer história. A biografia como fonte é uma porta que se abre, e coloca diversas possibilidades para inquirirmos sobre determinado momento histórico. Sua história pode se integrar no meio de “formas”, “contextos”, “teorias” e “modelos”, que estão a serviço do historiador, cabendo a esse profissional o múnus de sistematizar a multiplicidade de informações do período perscrutado (Guarinello, 2003).

A história ou a reconstrução histórica não passa pelo processo de narrar o passado da forma como aconteceu em todos os detalhes (como concebia a escola positivista). O passado nos é impalpável, não pode ser recuperado por inteiro. O historiador percebe o passado através do presente, por objetos, textos ou recordações, os historiadores identificam como restos de um passado que já não existe, como sobrevivências que podem ser tratadas como documentos. “O universo desses vestígios constitui um terceiro sentido para o termo História: o de passado realmente existente hoje” (Guarinello, 2003: 43).

---

<sup>4</sup> “Me parece un escritor infravalorado”, afirma la autora. “Ha sido tratado como un mero cotilla frente a Tácito, el disector analítico y cínico del poder. Pero cuanto más leo a Suetonio, mejor observador me parece. Por ejemplo, me gusta cómo describe un momento inmediatamente anterior al suicidio de Nerón. El emperador llama a sus sirvientes, pero no acude nadie. Ahí se da cuenta de que el juego ha terminado”, relata Beard”. VICENTE, Álex. Mary Beard: “En el corazón de la monarquía hay un vacío enorme”. *El País*, 2021. Disponível em: <<https://elpais.com/cultura/2021-10-24/mary-beard-en-el-corazon-de-la-monarquia-hay-un-vacio-enorme.html>>. Acesso em: 06 de out. de 2022.

Teorias e modelos regem o trabalho do historiador, têm um papel fundamental na prática da História e na narrativa historiográfica: “Teorias e modelos são mediações [...] são cruciais, são modos de encarar os objetos pesquisados, de selecionar fatos pertinentes e pô-los em relação” (Guarinello, 2003: 44). Desta forma se transformam os vestígios em interpretações do passado, restabelecendo partes distintas da história humana<sup>5</sup>: “O procedimento básico para relacionar informações extraídas de documentos no universo incoerente dos vestígios do passado é um processo de generalização que cria formas ou, em outras palavras, grandes contextos” (Guarinello, 2003: 45).

Guarinello (2003) propõe que a História Científica é um jogo interpretativo, e que os modelos, as teorias e os contextos são necessários por causa da singularidade do documento. Esse processo alvitra uma generalização das fontes de uma mesma época, mesmo sendo produzido por agentes diferentes em contextos distintos, relacionando as fontes entre si, buscando uma pluralidade de informações e encaixando as diversas “formas”. Através desses documentos pode-se obter informações de diversos aspectos de um período, cidade, reino, etc.

Nesse sentido metodológico sobre o objeto histórico, o presente trabalho propõe um estudo pensando numa pesquisa em História Antiga que fuja de velhos padrões e noções acerca da civilização greco-romana. Com um pensamento crítico e reflexivo, propomos uma elucubração da obra de Suetônio, *A Vida dos Doze Césares*<sup>6</sup>, com ênfase no objeto principal desse estudo, a *Vida de Calígula*<sup>7</sup>.

O problema de pesquisa consiste em compreender como Suetônio amplifica o *tópos* da argumentação e da retórica antiga, a “orientalização”, e certos “lugares-comuns”, a travessia, como forma de ignominiar o principado de Caio César. Utiliza-se de ritos de

---

<sup>5</sup> Le Goff (2003: 110) entende que “todo documento é um monumento” a ser “analisado, desestruturado, desmontado”, pois “nenhum documento é inocente”. Sejam “documentos conscientes ou inconscientes (traços deixados pelos homens sem a mínima intenção de legar um testemunho à posteridade)”, os condicionantes da produção do documento devem ser estudados “minuciosamente”.

<sup>6</sup> Trabalharemos com a tradução de João Gaspar Simões da editora portuguesa Assírio & Alvim. Ver: SUETÓNIO. *Os Doze Césares*. Tradução e notas de João Gaspar Simões. 6. ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.

<sup>7</sup> Trabalharemos também com a tradução comentada da *Vida de Calígula* feita pelos professores Anderson Martins Esteves e Bráulio Costa Pereira da editora Desalinho. Ver: ESTEVES, Anderson Martins; PEREIRA, Bráulio Costa. *Tradução Comentada da Vida de Calígula, em Suetônio*. Rio de Janeiro: Desalinho, 2018.

passagens em *baías*<sup>8</sup>, rompendo limites, sobressaindo assim a ἀδιατρεψίαν<sup>9</sup> do biografado. Suetônio utiliza a imagem do oriente como lugar-comum com o objetivo de enfraquecer a reputação e a figura de Calígula<sup>10</sup>. O interesse em refletir aspectos orientalizantes no principado de Calígula está muito ligado à noção de oriente na Antiguidade e a de que dispomos hoje. Naturalmente, esta pesquisa trabalha com a concepção do que Suetônio revela sobre o oriente, a partir daí o diálogo com o conceito moderno de Orientalismo torna-se uma via de interpretação deste aspecto da obra<sup>11</sup>.

O título desse trabalho, *Do outro lado da baía, o oriente helenístico e a Vida de Calígula em Suetônio*, foi pensando em alvitrar uma proposta alternativa acerca dessa *vida*. Ao analisarmos a obra percebemos cotejos e emulações a respeito da banda oriental do império, conforme Calígula ultrapassa os muros de Roma e a casa do *princeps*. Não inocentemente, Suetônio objetiva fazer o paralelo de forma a criticar seu principado.

Nessa perspectiva, percebemos no relato de Suetônio a “predestinação” de Caio César à realeza com aspectos de crueldade escondidos pela dissimulação. Suetônio ilustra Calígula realizando “travessias”, estabelecendo lugares tanto físicos, quanto abstratos, que simbolizam seu “deslocamento cultural” através de cotejos e emulações com o oriente: “Classicamente, dá-se a esses lugares o nome de “lugares-comuns” pois se aplicam a toda espécie de argumentação” (Reboul, 2004: 52). Conforme Olivier Reboul salienta, o próprio “lugar” pode ser caracterizado como “tudo o que possibilita ou facilita a invenção”. Suetônio, amplifica o seu argumento nesses pontos chaves da narrativa, convencendo a plateia/auditório a corroborarem com o autor, atingindo o seu objetivo enquanto orador. Conforme se verá na tabela a seguir, podemos identificar os lugares-comuns que Suetônio utiliza para “conglutinar” Calígula ao oriente. Reconhecemos três imagens: travessias, caracterização do *monstrum* e teatralidade.

“Travessias” simbólicas e literais	Caracterização do <i>monstrum</i>	Teatralidade
Calígula. XIV.IV-V.	Calígula. X.IV	Calígula. IX.II
Calígula. XIX.II-IV.	Calígula. XI.II.	Calígula. XI.I.

<sup>8</sup> Suetônio, *Calígula*, XIX.II-IV. XXXII.III. XXXVII.III.

<sup>9</sup> Suetônio, *Calígula*, XXIX.II. “Adiatrepian”, um conceito relacionado ao estoicismo, que diz respeito à atitude de imobilidade diante dos fatos da vida. Suetônio definiu como falta de vergonha, a vergonha que nos permite impor pela força até mesmo o mais selvagem de nossos desejos.

<sup>10</sup> Suetônio, *Calígula*, XI. XXII. LII. XXXVII. XLIX. LIV.

<sup>11</sup> Acreditamos que o conceito de Orientalismo definido por Edward Saida seja pertinente em nossa pesquisa, guardada às diferentes apreensões de oriente dos antigos e a dos modernos.

Calígula. XXII. I-VI.VII.	Calígula. XXII.	Calígula. XLIII-XLVII.
Calígula. XXXII.III.	Calígula. XXVI.	Calígula. LII-LIV.
Calígula. XXXVII.III.	Calígula. XXVII-XXX.	
Calígula. XXI.IV.	Calígula. XXXIV.	
Calígula. XLXIX.IV	Calígula. XXXV.II.	
	Calígula. LVII.IV.	
	Calígula. LX. II.III.	

Percebemos que a noção de *baía* está ligada a “travessia”, que o biógrafo impõe ao biografado como sendo decisiva na tentativa de deslocá-lo da figura de um *princeps*, guardião do *mos maiorum*, para a figura de um *rex* pormenorizado pela figura do *monstrum*.

A obra de Suetônio exprime o seu pensamento político e suas caracterizações, enquanto denunciam também sua percepção sobre o outro, o que chamaremos de “proto-orientalismo” em diálogo com Edward Said. No entanto, acreditamos que sua obra tem um valor vultoso para o mundo ocidental, pois através de seus escritos temos o entendimento de um ponto de vista sobre o papel do *princeps* dentro da sociedade imperial; sua estrutura política, divisão dos poderes, além das denúncias de excessos e cólera por parte dos governantes.

A representação que se faz do “Oriente” pressupõe que sempre tem um não “oriental” falando sobre o “Oriente” e o mais grave, transforma a sua concepção como algo geral, traduzindo todo o “Oriente” naquilo em si. O Orientalismo só faz sentido graças ao “Ocidente”. Percebemos que desde a antiguidade já existem pré-noções sobre o “outro”, conforme aponta Edward Said na obra do dramaturgo grego Ésquilo, de acordo com Said:

O Orientalismo é postulado sobre a exterioridade, isto é, sobre o fato de que o orientalista, poeta ou erudito, faz o Oriente falar, descreve o Oriente, esclarece os seus mistérios por e para o Ocidente. Ele nunca está preocupado com o Oriente exceto como causa primeira do que diz. O que ele diz e escreve, em virtude do fato de ser dito ou escrito, pretende indicar que o orientalismo está fora do Oriente, não só como um fato existencial, mas também moral. O produto principal dessa exterioridade é certamente a representação: desde um marco tão remoto como a peça de Ésquilo Os persas, o Oriente é transformado, passando de uma alteridade muito distante e frequentemente ameaçadora para figuras que são relativamente familiares (no caso de Ésquilo, mulheres asiáticas aflitas). A proximidade dramática da representação em Os persas obscurece o fato de que o público está assistindo a uma encenação altamente artificial de algo que um não oriental transformou num símbolo de todo o Oriente. [...] Assim, todo o Orientalismo representa e se afasta do Oriente: o

fato de o Orientalismo fazer sentido depende mais do Ocidente que do Oriente, e esse sentido tem uma dívida direta com várias técnicas ocidentais de representação que tornam o Oriente visível, claro, “presente” no discurso a seu respeito. E, para obter os seus efeitos, essas representações se baseiam em instituições, tradições, convenções, códigos consensuais de compreensão, e não num distante e amorfó Oriente (Said, 2007: 51- 52).

Em síntese: o objetivo geral desse trabalho é analisar a *Vida de Calígula* em Suetônio, destacando aspectos gregos, egípcios e oriental que o biógrafo utiliza para depreciar a imagem do imperador; tentando compreender e avultar o proto-orientalismo, na vida do biografado.

No primeiro capítulo, “A vida de Suetônio e o poder imperial”, buscaremos analisar aspectos da *vida* do biógrafo e situar o papel de sua família enquanto membros da classe equestre na corte imperial. Além de discutir os aspectos do poder do *princeps*, o objetivo foi discutir o contexto da instituição do principado e a propaganda difamatória produzida por Otaviano contra Marco Antônio e Cleópatra, como um pequeno gérmen para caracterizar o “proto-orientalismo” na sociedade romana, que se tornara um lugar-comum para os tidos maus imperadores. Destarte, iremos também abordar brevemente a conjuntura dos principados de Trajano e Adriano, por se tratarem dos governos em que Suetônio pôde galgar a sua carreira pública e que possibilitaram a elaboração de várias de suas obras, dentre elas *A Vida dos Doze Césares*. Considerando todos esses pontos, esse capítulo se pautará em buscar informações sobre Suetônio, nosso objeto de estudo, mas também as circunstâncias e influências políticas do Império Romano em que o mesmo escreveu e publicou sua obra.

No segundo capítulo, “*Influências literárias na obra suetoniana*”, trataremos de compreender as diversas camadas de diversos gêneros literários produzidos na Antiguidade que influenciaram a construção da *Vida dos Doze Césares*. Concomitantemente, analisaremos como Suetônio estrutura as *vida*, e como o autor põe os personagens ao seu serviço. Nosso objetivo é realizar uma análise pautada em aspectos da obra do autor, de sua erudição, escolha de linguagem e de seu exercício retórico. Não obstante, analisaremos brevemente a natureza do patronato e sua influência na carreira pública de Suetônio, sendo o biógrafo cliente de Plínio e posteriormente de Septício Claro.

No terceiro capítulo, “*Esquadrinhando uma vida: os tópos na vida de Calígula*”, trabalharemos mais diretamente com a fonte, perfazendo um exercício analítico das

passagens elencadas onde encontramos o *tópos* de “travessia” utilizado pelo biógrafo. Diligenciaremos a discussão em torno de três aspectos principais com a intenção de definir a tendência orientalizante da descrição que Suetônio faz de Calígula visando a destruição de sua reputação, evidenciando como Suetônio utiliza imagens de travessia para deslocar Calígula da cultura romana e associá-lo ao oriente. Analisaremos outro aspecto elencado por Suetônio, o *monstrum*, em oposição a características do *Princeps*. Por fim, pretende-se analisar elementos de “teatralidade” utilizados pelo *princeps* como forma de simbolismo do seu poder, apesar das críticas de Suetônio a estas iniciativas, que na visão do autor eram discrepantes com a dignidade do cargo, logo contrárias ao *mos maiorum*.

## 1. A VIDA DE SUETÔNIO E O PODER IMPERIAL

### 1.1 Sobre a *Vida de Suetônio*

É curioso pensar que Suetônio, um exímio detalhista, investigador e narrador das *vidas* dos Césares do começo do Império, seja um homem que tenha deixado poucas informações, ou quase nada, acerca da sua vida. O que se sabe é que *Gaius Suetonius Tranquillus* nasceu possivelmente entre os anos 69 e 70 d.C. e faleceu entre os anos 140 e 141 d.C.

Alcide Macé (1900: 35) afirma que Suetônio nasceu no ano 69 d.C., porém, Mommsen (1996: 78) põe uma data mais tardia, afirmando que Suetônio nasceu no ano 77 d.C. Jones (1986: 246) e Syme (1981: 23), sugerem uma data próxima do ano 70 d.C. Em razão dos poucos dados dispostos sobre Suetônio iniciarem a partir do ano 70 d.C., acreditamos ser a data mais plausível para o nascimento do autor.

Outro ponto incerto é sobre o seu local de nascimento. Alguns apontam para Roma enquanto outros para uma região no norte da África romana chamada Hipona<sup>12</sup>. Nessa região se encontra uma inscrição, que apresenta um registro relacionado ao cargo que Suetônio ocupava, o de Flaminato de Vulcano<sup>13</sup> (Townend, 1961: 105; Wardle, 2002: 466), bem como os postos administrativos imperiais de *bibliotechis* (bibliotecário), *studiis* (estudioso/pesquisador) e *ab epistulis* (correspondente das cartas do *princeps*).

Alguns dados sobre Suetônio podem ser encontrados em seus trabalhos literários e nas epístolas de Plínio, o jovem, ou seja, são informações indiretas, mas confiáveis. Apesar das informações apontarem para a origem africana de Suetônio, não se pode deduzir que viveu toda a vida na província, visto que os dados apontam para uma educação em Roma (Suetônio, *Gramáticos*, IV.VI).

Ressalto a dificuldade de se obter informações sobre o autor, mas graças à inscrição em Hipona podemos investigar alguns aspectos da sua carreira política, porém pouco ou quase nada da vida privada. Como alvitra Andrews Wallace-Hadrill: “as limitações deste tipo de evidência são formidáveis: inscrições nos mostram quais postos

---

<sup>12</sup> Atual Annaba na Argélia.

<sup>13</sup> Sacerdócio exercido por Suetônio no templo de Vulcano, filho de Júpiter e Juno.

que as pessoas ocuparam, mas não o porquê de tê-los sido dados a elas<sup>14</sup>” (Wallace-Hadrill, 1995: 73).

Suetônio fora um estudioso de retórica e gramática, exerceu as profissões de professor e advogado e era membro da classe equestre. No período entre 106 e 109 d.C., Suetônio escreveu a obra *De viris ilustribus*<sup>15</sup> dedicada a escritores latinos. A divisão da obra fora feita em seções: *De poetis (os poetas)*; *De oratoribus (os oradores)*; *De historicis (os historiadores)*; *De philosophis (os filósofos)* *De grammaticis et rhetoribus (os gramáticos e retóricos)*. As seções tinham uma abertura sobre o *genus* literário de cada escritor retratado por Suetônio, segundo Renata Venturini e Tiago França (2009).

Seu pai, Suetônio Laeto, servira no exército de Otão<sup>16</sup> (32 d.C – 69 d.C) como tribuno augusticlávio, em outros termos, um tribuno na décima terceira legião (Suetônio, *Otão*, X.I). Seu avô fora testemunha de um acontecimento importante no principado do imperador Calígula; a construção da ponte no golfo de Baías (Suetônio, *Calígula*, XXIX.III).

Percebe-se que a família de Suetônio circundava a *domus* imperial. Essa informação importante foi registrada em sua obra, *A Vida dos Doze Césares*. Podemos alvitrar a hipótese de que a influência do cargo que seu avô ocupava determinou a futura ocupação de seu pai, assim como a posição do próprio Suetônio na hierarquia social do Império. De acordo com Wallace-Hadrill:

O contato da família com os Césares estende-se por três gerações. O avô teve um contato indireto com a corte de Calígula: ele pode ter solicitado a uma das autoridades do palácio uma explicação acerca de um dos atos insensatos do imperador, a ponte sobre a baía de *Baiae*. Isso não significa que o avô fosse ele mesmo um cortesão, mas sugere que, ainda jovem, estava em Roma, ao menos na periferia do círculo da corte imperial<sup>17</sup> (Wallace-Hadrill, 1995: 03).

Pouco ou quase nada sabemos a respeito da sua juventude e vida adulta. Entretanto, no interior das biografias, podemos perceber alguns relatos dele mesmo presenciando atos dentro do principado, como é o caso das *vidas* de Nero e Domiciano.

---

<sup>14</sup> Tradução livre.

<sup>15</sup> Sobre homens ilustres.

<sup>16</sup> Imperador romano por cerca de três meses. Foi o segundo imperador do ano dos quatro imperadores. Foi nomeado por Nero governador da Lusitânia em 58 d.C, permanecendo no cargo durante dez anos.

<sup>17</sup> Tradução livre.

Na *vida* de Nero, Suetônio relata um rumor que circulava entre os Partos afirmando que o imperador ainda estava vivo, e diz que na época era um adolescente: “Vinte anos mais tarde, era eu adolescente, apareceu um aventureiro dizendo-se Nero, e tão bem acolhido entre os partos que lhe tributaram auxílio poderoso e só a muito custo se conseguiu que entregassem o impostor” (Suetônio, *Nero*, LVII.II).

Na *vida* de Domiciano, Suetônio descreve ter presenciado uma espécie de conferência para averiguar se um determinado indivíduo era judeu, pois o imperador estipulou pagamentos de valores de tributos maiores ao povo judeu em seu principado: “Lembro-me de ter visto na minha mais remota infância um procurador examinar, perante numerosa assembleia, um velho de oitenta anos, no intuito de verificar se ele era circunciso” (Suetônio, *Domiciano*, XII.II). Wallace-Hadrill põe em discussão tais fatos ao dizer:

Tranquilo pode estar descrevendo a si mesmo como adolescente em 88 d.C., quando rumores de um falso Nero na Parthia chegaram a Roma (*Ner.* 57,2). Roma era, claramente, onde ele estava; no governo de Domiciano ele testemunhou um incidente anti-semítico na corte (*Dom.* 12,2). Lá também ele compareceu a palestras de gramáticos e retóricos; ele lembra de certo Princeps que os ensinou no mesmo dia (*Gramm.* 4,9). Sem dúvida, ele também sentou-se aos pés de um dos homens mais famosos que o Princeps: *Marco Valério Probo* era o principal gramático do dia, e *Quintiliano* detinha a posição de retórico. (Wallace-Hadrill, 1995: 03)

Sobre a categoria social de Suetônio e sua família - a ordem equestre - podemos ressaltar que tiveram grande importância com o advento do Império, sobretudo na relação do imperador com as elites das províncias, de acordo com Gustavo Cangussu Góes: “tal hierarquia os colocava abaixo apenas dos Senadores e o bom Imperador, devido a linguagem republicana que permeava as ações do Império, garantia a disposição social seguindo o critério tradicional da aristocracia que se fundamentava no nascimento, na riqueza e na excelência” (Góes, 2015: 11).

Não obstante, inferimos que Suetônio Laeto era um tribuno equestre de uma legião do exército romano seguindo, portanto, uma carreira militar. Suetônio não apresenta o pai ocupando um grande cargo no exército do *princeps* Otão, porém se mostra politicamente atuante em seu meio, pois sabe-se em seguida que a legião de Otão iria apoiar a causa flaviana da tomada do poder imperial. Góes, destaca como era a carreira equestre no exército, no qual:

Dentro do exército a carreira equestre seguia uma ordem de três estágios, à medida que o indivíduo iniciava em uma coorte quingenária, a qual era um grupo de quinhentos soldados das tropas auxiliares; em seguida, passava para o cargo de Tribuno Equestre para finalmente chegar no último estágio, o posto de Comandante de Cavalaria das tropas auxiliares [...]. Contudo, cada estágio era intercalado com um período de exercício de magistratura em suas cidades de origem, assim, podemos perceber que estes equestris possuiriam ampla experiência quando chegassem ao último estágio [...] (Góes, 2015: 11).

Deste modo, com a mudança de regime político a ordem equestre - que existia desde a República - passou a se relacionar no regime de patronato com o Imperador, possibilitando a ascensão no cargo. Destarte, com a conexão junto a *domus* imperial o *status* dessa ordem passou a ser benquisto, visto que muitos imperadores operavam com os equestris nas províncias romanas.

Concomitantemente, percebemos a importância das relações dessa ordem com a corte imperial e as benesses que gozavam por tais conexões. Logo, destaca-se a hierarquia social na qual Suetônio se encontrava, a partir da qual é possível inferir suas posses, ingerências e prestígio. De acordo com Richard Talbert e André Luiz Leme, respectivamente:

Ao se levar em conta o grupo dos equites, assim como os Senadores, estes eram ricos, educados e de perspectivas conservadoras. Muitos experimentavam uma vida pública como júris, empreiteiros e magistrados municipais, bem como o serviço militar. Em geral, eles eram um recurso óbvio para o Imperador em sua busca por assistência administrativa<sup>18</sup> (Talbert, 2008: 342).

São os chamados “homens novos” ou “equestris”. Parte subjacente do que poderíamos considerar a “nobreza” ou “aristocracia” romana, os equestris foram os homens que conseguiram enriquecer no decorrer do processo de expansão romana, ganhando poder econômico e projeção política. Suetônio, pertencendo especificamente a esse grupo social, não poderia ascender diretamente ao curso das honras, mas nada o impedia de participar da administração pública, como funcionário de alguma repartição (Leme, 2017: 457).

Aldo Eustáquio Assir Sobral (2007: 11) destaca o contexto das relações sociais que envolviam a família de Suetônio, estando ele paralelamente entre a classe equestre, embora tivesse também boas relações e conexões com o Senado - vide a sua relação com Plínio - e a sua presença nos círculos literários aristocráticos que não lhe impediu a liberdade de definição quanto a sua predileção política.

---

<sup>18</sup> Tradução livre.

Suetônio também se envolveu na política romana pelas letras, diferentemente de seu pai e avô. Plínio, o jovem, classifica Suetônio como *eruditissimus* em uma de suas epístolas (Plínio, o jovem. *Cartas X.XCIV*). Na *Suda*, numa parte dedicada ao biógrafo, ele é descrito como “gramático romano” (Tranquillus. *Suda*, Tau. DCCCXCV). Ao analisarmos o contato de Suetônio com as letras, percebe-se a importância da sua ordem social, devido a educação na Antiguidade ser um privilégio bem delimitado às elites.

Wallace-Hadrill corrobora com tal afirmação ao dizer: “Para uma elite espalhada por uma vasta área geográfica, o conhecimento literário servia como marca de romanidade e nascimento nobre. Tal oferecia um passaporte para a respeitabilidade<sup>19</sup>” (Wallace-Hadrill, 1995: 38). Para um cidadão romano era importante e necessário se envolver na política e carreira pública, demonstrando sua distinção para com as outras ordens, pois poderia exercer magistraturas, consulados e outros cargos, o que concedia sinal de notoriedade. Malgrado que Suetônio não tenha ocupado todas as magistraturas da carreira pública, vale destacar a importância hierárquica das funções, segundo Pierre Grimal:

*Cursus honorum*: série de magistraturas que um Romano devia exercer no âmbito das instituições, antes a atingir o consulado. São a questura, a edilidade (patrícia ou plebeia), o tribunado da plebe (para os plebeus), a pretura, o consulado. Deve haver um intervalo de dois anos entre duas magistraturas consecutivas, de tal modo que, durante a república, não se podia ser cônsul antes dos quarenta e um anos. Durante o império, o *cursus* devia ser precedido por um serviço militar e uma magistratura menor, seguindo-se a questura exercida aos vinte e cinco anos, dois anos mais tarde a pretura, e o consulado aos trinta e dois anos. A censura não está integrada no *cursus* (Grimal, 1993: 160).

Suetônio exerceu durante um período o cargo de advogado nos tribunais de Roma, função que o aproximou de Plínio. Suetônio se valeu desta relação, pois Plínio era intensamente ligado a corte do imperador Trajano<sup>20</sup>. Graças a influência de Plínio, Suetônio passou a exercer cargos administrativos imperiais nesse principado, estabelecendo, portanto, não apenas relações de amizade, mas principalmente políticas e intelectuais. Dessa forma, Suetônio se tornou pupilo e protegido de Plínio e até há um relato de que pede ao amigo que adie uma audiência por conta de um mal presságio, vejamos:

---

<sup>19</sup> Tradução livre.

<sup>20</sup> Plínio foi nomeado governador da Bitínia. No capítulo 2 falaremos mais sobre a relação de clientelismo e patronado na Roma Antiga.

Você me diz em sua carta que está extremamente abalado por um sonho, apreensivo que, talvez, isto lhe trará algum infortúnio no caso que você está defendendo; e, portanto, deseja que eu a suspenda por alguns dias, ou, no mínimo até amanhã. Isto não será uma tarefa fácil, mas irei tentar (...) (Plínio, o Jovem. *Cartas*. XII.I).

Gustavo Cangussu Góes, Natália Frazão José e Andrew Wallace-Hadrill, corroboram da mesma análise da importância de Plínio na ascensão de Suetônio, o que repercute na sua literatura e na ocupação dos cargos públicos. O primeiro cargo exercido por Suetônio no principado do imperador Trajano, o de *bibliotechis*, proporcionara um contato maior com obras de todo o Império, de diferentes regiões, culturas e línguas. A difusão de bibliotecas em Roma começaria nos tempos de Júlio César, o que cria um ambiente de compartilhamento do conhecimento e da cultura na sociedade imperial, máxime para as elites. Sobre a ocupação do cargo de *bibliotechis* nas palavras de José:

[...] ao ocupar este cargo, Suetônio teve contato com uma amplitude de obras, tanto gregas como romanas, as quais foram utilizadas como alicerces em suas composições futuras. Além disso, Suetônio também é comumente citado como um *studiis* do Imperador, ou seja, uma espécie de pesquisador sobre o comando do governante (José, 2011: 97).

Foi no cargo de *studiis* que Suetônio teria acesso ainda mais ilimitado aos arquivos imperiais. Destarte, essa pesquisa documental proporcionaria a perscrutação de principados anteriores através da qual obteria informações acerca de leis, medidas, documentos privados, material que poderia ser consultado não apenas por Suetônio como pelo próprio *princeps* através do trabalho antiquarista do biógrafo. Portanto, é plausível que o imperador consultaria o estudioso para tomar medidas referente ao que fora feito no passado imperial. De acordo com Góes:

Um posto voltado à pesquisa imperial de fatos anteriores para que assim o Imperador tivesse conhecimento das decisões jurídicas passadas e receber embasamento para as resoluções a serem tomadas nos julgamentos que fossem presididos por ele; também é dito que o detentor do cargo seria aquele que selecionaria, dentre todas as obras escritas e dedicadas ao *princeps*, apenas aquelas que realmente fossem necessárias ou do interesse do governante; do mesmo modo, existe a hipótese de que o detentor deste cargo seria aquele que iria escrever os discursos proferidos pelos Imperadores (Góes, 2015: 16).

Com a morte de Plínio, Suetônio precisaria de um novo patrono político caso quisesse continuar na administração imperial. Logo, Suetônio conquista proximidade

com Caio Septício Claro<sup>21</sup>, prefeito do Pretório<sup>22</sup>, o qual faria uma recomendação direta ao então *princeps* Adriano. Assim, Suetônio foi posteriormente nomeado *ab epistulis*, responsável pela correspondência oficial do imperador: “cabia ao secretário encarregar-se de escrever as cartas do Imperador aos governadores provinciais e também administrar as correspondências militares, bem como colher e organizar as informações do Império a serem transmitidas ao Imperador” (Góes, 2015: 16). Tal situação o proporcionou um envolvimento atuante nesse principado, especialmente possibilitando viagens pelas províncias imperiais. Sobre o cargo de Suetônio, Natália Frazão José argumenta que:

[...] o posto de *ab epistulis* tem sua origem em meio aos tempos republicanos, quando os generais postados em campos de batalhas confiam os cuidados com a correspondência militar nas mãos de homens específicos, oficiais particulares. A partir do Principado, foram inseridas certas modificações nas funções de tais homens. Apesar de manterem, basicamente, funções similares com os originais republicanos, o *ab epistulis* imperial ficava a cargo de novas regras. Sua posição dependia, quase que exclusivamente, do patronato do Imperador, ou seja, era selecionado de forma direta por este. A partir de Augusto, este funcionário imperial passou a cuidar de toda a correspondência imperial, inclusive daquelas relacionadas aos assuntos pessoais do Imperador (José, 2011: 98).

O cargo ocupado por Suetônio era de extrema confiança e fidelidade para com o imperador e ele parecia entender bem sobre sua função, quando narra o episódio do secretário de Otaviano, o qual foi punido por corrupção na correspondência imperial: “Ordenou que quebrassem as pernas a Talo, seu secretário, o qual recebera quinhentos denários em troca do segredo e uma carta” (Suetônio, *Augusto*, LXVII.II). Portanto, a ascensão dentro do corpo administrativo do Principado possibilitou a Suetônio a escrita da sua mais contundente e marcante obra: *A Vida dos Doze Césares*.

O liame de fraternidade, política e intelectual que Suetônio tivera com Plínio e Septício Claro lhe proporcionou uma ascensão na carreira pública imperial, posição que nos diz muito sobre os círculos políticos do autor e suas relações na hierarquia social

---

<sup>21</sup> Septício Claro também fazia parte do círculo de Plínio, o jovem. Portanto, é provável que sua relação com Suetônio remonte desta época.

<sup>22</sup> Segundo Renan Frighetto, o cargo fora instituído “[...] por Augusto nos primórdios do principado, era um dos quatro prefeitos que atuavam em Roma (os outros três eram o Prefeito da cidade, o da anonna ou responsável pelos suprimentos; e o dos vigias). Sob a responsabilidade do Prefeito do Pretório estava a guarda pretoriana, força militar de grande importância na cidade de Roma que acaba legando ao seu líder um poder considerável. Quando o príncipe ausentava-se de Roma para realizar alguma campanha militar, o Prefeito do Pretório e parte da guarda pretoriana o acompanhava sendo, em teoria, uma espécie de guarda protetora da figura do príncipe” (FRIGHETTO 2012: 216-17).

romana. O biógrafo chegaria ao cargo de secretário (*epistularum magister*) de Adriano – por intermédio das amizades -, tendo grande domínio da língua latina e grega.

Suetônio assumiu a função de *ab epistulis* no ano de 113 d.C., e entre 119 e 121 d.C., *A Vida dos Doze Césares* foi composta e publicada. É notório salientar que o cargo desde a dinastia flaviana dava preferência aos literatos, desempregando muitos libertos, precipuamente a partir do principado de Domiciano.

A contar do ano 122 d.C., não se tem mais notícias a respeito de Suetônio. Ao compor o cargo de *ab epistulis* acabou sendo afastado do cargo pelo Imperador Adriano, assim como seu novo patrono Septício Claro. Ambos acabaram por cair em desgraça para com o *princeps*. A motivação para tal mofina não é conhecida ao certo<sup>23</sup>, mas podemos aventar algumas possibilidades, segundo Eduardo Silva Maia:

[...] durante uma ausência do Imperador, eles se permitiram, com a imperatriz Sabina, uma familiaridade não consentida pela etiqueta [...] Mas, por outro lado, sabemos que, precisamente a partir daquele momento, tiveram início os dissabores entre Adriano e Sabina. Paratore (1987) afirma que, na realidade, Septício e Suetônio mantinham confidências com Sabina, porque pertenciam ao partido dela e, por isso, teriam sido afastados por Adriano com o pretexto de não terem observado junto a imperatriz as normas protocolares. Ou ainda é possível que Septício e Suetônio representariam, na casa de Adriano, o partido adverso às mulheres, isto é, a Plotina e a Matídia, mãe de Sabina, que havia contribuído para elevar Adriano ao trono, proclamando que Trajano, ao morrer, o havia designado para a sucessão. Adriano, depois da morte de Plotina, quis afastar de si o peso da gratidão para com as mulheres da família e dar rédeas à sua ardente inclinação por Antínoo e astutamente sacrificou, ante à imperatriz os adversários dela, para deixar transparecer que lhe testemunhava o máximo respeito, para poder depois infringir-lhe infortúnio (Maia, 2007: 17-18).

Constatamos que independentemente das possíveis causas, todas as possibilidades envolvem a rede política da imperatriz, uma figura feminina importante dentro do contexto da *domus* imperial. As matronas romanas foram ativas na política imperial, apesar da tentativa historiográfica<sup>24</sup> de silenciar o papel feminino dentro dos espaços políticos. Apesar de narrar a vida dos imperadores, algumas mulheres aparecem ao longo das biografias, na maioria das aparições para criticar os *principes* ou para serem

<sup>23</sup> No tópico *O Império Romano de Suetônio*, iremos aventar eventuais hipóteses políticas que a publicação da sua obra pode ocasionar, causando o seu afastamento da carreira administrativa.

<sup>24</sup> Recentemente, muitos trabalhos historiográficos vêm dando roupagem nova a temática, trazendo e investigado o sujeito histórico feminino na antiguidade. Pesquisadoras como: Sarah Fernandes Lino de Azevedo; Semíramis Corsi; Priscilla Gontijo Leite; Alice Bitencourt Haddad; Maria Fernanda Gárbera; Renata Cazarini de Freitas; Renata C. Belleboni Rodrigues; Sue'Hellen Monteiro de Matos; Janaina Zdebskyi; Isabela Pissinatti; entre outras pesquisadoras(es) brasileiras(os), tem colaborado para trazer novas perspectivas sobre o protagonismo das mulheres na Antiguidade, suas influências no rumo das sociedades, além de seus espaços de atuação.

repreendidas devido ao seu protagonismo. Agripina e Cleópatra são exemplos concisos. A esposa do imperador Trajano, Plotina, voltará a ser citada nesse capítulo, pois sua atuação para fazer de Adriano imperador fora importante dentro do contexto político romano da época.

Os cargos ocupados ao longo da sua carreira administrativa, como já citado, possibilitaram a Suetônio acesso a incontáveis arquivos e documentos, não apenas de caráter público, mas também privado: sobretudo cartas e correspondências dos imperadores e depoimentos de cortesãos, muitos dos quais eram objetos de natureza íntima. A oralidade e a escrita seriam a égide de seu trabalho, o que nos diz muito pela riqueza de detalhes constantes nas *vidas* dos biografados. É inegável o trabalho catalográfico e investigativo do autor e seu aspecto atemporal, portanto, é notável como sua obra tem muito a nos ensinar. Como disse Carlos Heitor Cony: "Se a cultura latina tivesse produzido uma Bíblia, é certo que *A Vida dos Césares* constituiria um de seus livros mais importantes e — historicamente falando — talvez o mais importante<sup>25</sup>".

## 1.2 Poder Imperial

Em seguida, abordaremos brevemente a constituição do poder imperial formalmente instituído por Otaviano, mas cujos indícios já apareceram durante a República. Destarte, fora com Otaviano que a figura do *princeps* ocupou explicitamente o papel central e moderador do poder e se tornaria uma espécie de “modelo” para os principados subsequentes conforme todos os caminhos levavam à Roma e ao poder imperial. Sua presença e figura foram fundamentais para a consolidação do poderio romano na bacia do Mediterrâneo. Esse poder fora alvo de disputas, corrupção, intrigas, traições e assassinatos, ao ponto que somente dois imperadores, Augusto e Vespasiano, tiveram mortes naturais. A obra de Suetônio revela que o poder imperial fora marcado por extrema violência. Por mais que Júlio César quisesse se afastar da realeza, não querendo ser um *rex*, seu nome, passou a ser título de poder da monarquia romana.

### 1.2.1 Rei não, César!

A história de Roma estava marcada pelo poder de pequenos grupos, sobretudo após a deposição da monarquia, quando se iniciou uma república oligárquica. Estes indivíduos governavam através de uma ordem denominada Senado. Durante a ascendente

---

<sup>25</sup> Apresentação da tradução de Sady-Garibaldi de *A vida dos doze Césares*.

República, o Senado foi proeminente e o principal legislador de Roma. Graças às grandes campanhas militares empreendidas por notáveis generais, esses homens com suas legiões acabaram conquistando um poder militar e de mútua confiança com os seus comandados. Ou seja, a relação entre um general e os legionários era de estrita confiança e devoção<sup>26</sup>. Essa fragmentação do poder nas mãos de militares culminou nas Guerras Civis e um exemplo desses conflitos sangrentos foi a guerra entre Pompeu e César<sup>27</sup>.

Entretanto, quem detinha o poder de fato durante a República Romana era o Senado, o órgão responsável pela ordem. As fontes clássicas se referem ao Senado como senadores, patrícios, poderoso, bom. Eram homens proeminentes, cidadãos modelos de famílias ilustres, muitas delas orgulhosas por terem colocado o fim na monarquia tirânica dos reis, guardiões dos costumes ancestrais, o *mos maiorum*. Portanto, nesse momento era o Senado que salvaguardava o poder, até que o advento dos generais quebra esse equilíbrio. Segundo Renan Friguetto:

Assim podemos dizer que o "poder", a partir das interpretações legadas pelos epígonos senatoriais romanos, estaria baseado na manutenção do sistema político republicano romano e no respeito tanto a *auctoritas* do senado quanto ao *mos maiorum* dos ancestrais, legitimadores de toda a estrutura política romana entendida unicamente em seu contexto histórico (Friguetto, 2004: 38).

As campanhas militares e de expansão de Roma pelo Mediterrâneo culminaram na anexação de vastos territórios que nesse momento estavam sob influência romana. Roma deixava de ser uma pequena república e começou a se tornar um grandioso Império. Segundo a historiadora britânica Mary Beard “o império criou os imperadores”, tendo em vista que práticas monárquicas e de poder autocrático já eram conhecidos na República e com a consolidação do poder romano entre os territórios vizinhos, a busca pelo poder monocrático despertou a briga entre diversas facções políticas. De acordo com Beard:

As exigências de defender, policiar e às vezes ampliar o Império incentivaram, ou obrigaram, os romanos a entregar enormes recursos financeiros e militares a comandantes individuais por anos a fio, de uma maneira que desafiava as estruturas tradicionais do Estado de modo mais fundamental ainda do que jamais havia ocorrido com as disputas domésticas entre *optimates* e *populares*. Em meados do século I a.C., montados em suas conquistas de além-mar, Pompeu, o Grande, e Júlio César haviam se tornado rivais em busca de poder

<sup>26</sup> Segundo a historiadora Mary Beard (2017), a relação entre os generais romanos e seus soldados se baseava na troca da lealdade dos soldados para com seus comandantes pela promessa da aposentadoria. Era uma troca que passava “ao largo de interesses do Estado e na pior delas transformava as legiões em uma nova modalidade de milícia privada” (Beard, 2017: 264). Um exemplo disso foram as legiões de Sula e Júlio César que invadiram Roma e seguiram os desejos de seus líderes.

<sup>27</sup> Sobre a guerra entre Pompeu e César, Beard (2017) afirma que basicamente foi a guerra de dois autocratas uma guerra para escolher entre dois imperadores, pois o poder estava em jogo.

autocrático: comandavam o que, na realidade, eram seus exércitos particulares; haviam desconsiderado princípios republicanos de modo ainda mais abrangente do que Sula ou Mário; e abriram a perspectiva do governo de um só, que o assassinato de César não conseguiu obstruir (Beard, 2017: 252-253).

A afirmação do biógrafo Suetônio na *vida de Calígula*, sobre a natureza de seu regime é emblemática, segundo o autor: “[...] e por pouco não tomou a coroa (diadema) naquele momento, convertendo em realeza a falsa aparência de principado<sup>28</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XXII.II). Concomitantemente com Beard, podemos reconhecer traços monárquicos ainda durante a República, que se consolidaram com Otaviano e servem de modelo aos sucessores, pois o principado se assemelhava a uma monarquia. O Império pareceu realmente querer formar líderes autocráticos, de forma disfarçada talvez, pois o regime republicano pavimentava a entrada do regime imperial que seria consolidado com Otaviano, cujo governo se pautaria nos princípios políticos da velha república. Destarte, percebemos que o Império parecia ser uma continuidade da República, pois o *princeps* manteve a estrutura administrativa, contudo, as instituições permaneceram como a égide do sistema político, mas agora centralizado na figura do imperador. Segundo Friguetto:

Ao fim e ao cabo devemos entender o *imperium* como extensão da *res publica* visto que desde a vitória de Otaviano sobre Marco Antônio (31 a.C.) até o final da dinastia dos Antoninos (192 d.C.) o *princeps*, o primeiro cidadão ou o mais importante de todos, manteve as mesmas estruturas básicas no âmbito político-administrativo onde a *civitas* e suas instituições permaneceram como o principal pilar de todo o sistema político. Por certo que houve uma variação emblemática da *res publica* ao *imperium*: a concentração dos poderes decisórios em mãos de um único cidadão, o *princeps*. Mas essa passagem de um sistema político aristocrático/oligárquico à monarquia deve ser encarada no mundo romano como consequência do paulatino fortalecimento dos poderes de cunho personalista desde os primórdios do século II a.C. [...] (Friguetto, 2004: 40).

Beard afirma que poderíamos apontar o general Pompeu como o primeiro imperador romano, devido às enormes honrarias que lhe foram conferidas, contradizendo o regime republicano. Apesar de o general ter lutado ao lado dos que queriam preservar a República e se opor a César, sua estadia no Oriente e os enormes privilégios que conseguiu “prefiguraram de perto muitos dos elementos definidores da imagem e do status do imperador romano” (Beard, 2017: 270). Beard sustenta que os alicerces e as formas do vindouro poder imperial encontrariam suas bases no poder romano do exterior. Podemos então, fazer um paralelo com outro ilustre general romano, Marco Antônio. Sua

---

<sup>28</sup> Tradução livre.

estadia no Egito gerou rumores em Roma de sua possível pretensão a realeza, logo, representaria uma ameaça ao Império. Diferentemente de Pompeu e César, Marco Antônio era tratado abertamente como um monarca helenístico no Egito. Não escondendo sua relação com a rainha Cleópatra e suas pretensões políticas, Marco Antônio, assim como Pompeu, fora divinizado e glorificado. Até mesmo em Roma, Pompeu foi apresentado com teor divino, assim como os imperadores. Segundo Mary Beard:

Houve precedentes para muitas dessas glorificações, individualmente. Os reis que vieram depois de Alexandre, o Grande, em territórios da Macedônia ao Egito, haviam com frequência expressado seu poder em termos mais ou menos divinos. Antigas religiões politeístas tratavam as fronteiras entre deuses e humanos de modo mais flexível e utilitário do que os modernos monoteísmos. Antigos comandantes romanos no Mediterrâneo oriental haviam ocasionalmente sido homenageados com festas religiosas criadas em seu nome, e Cícero deixa implícito em uma carta a Ático, escrita da Cilícia, que havia recusado a oferta de um templo. Mesmo assim, como um pacote, as honrarias a Pompeu ocorreram em uma escala totalmente nova. É difícil entender como foi possível, depois desse tipo de engrandecimento no Oriente, e depois do poder que exerceu na reorganização de vastas extensões de território, que Pompeu voltasse a Roma para se tornar um senador comum, apenas um entre vários. Ao que parece, foi exatamente isso o que fez. Não houve nenhuma marcha pela cidade ao estilo de Sula. Mas também havia indicações de uma mudança em Roma (Beard, 2017: 271).

As Guerras Civis entre Pompeu e César e posteriormente entre Otaviano e Marco Antônio, foram movimentos bélicos para a consolidação do poder. Esses personagens queriam a concentração de um poder monárquico e combateram por ele. Neste processo, Otaviano consolidou a figura do cônsul (cargo que exercia na época) como um verdadeiro *princeps* e enfraqueceu algumas instituições republicanas, tais como o Senado. Após a Guerra Civil, surge o Principado que só teve condições de se consolidar através da força do exército, mesmo tendo a sua base constitucional. Nas palavras de Friguetto:

Uma vez mais verificamos a personificação do "poder" através do carisma do Imperador e, mais fundamental que tudo, da sua condição de *conductor* das legiões à vitória contra os *inimicius* hostes internos ou externos. [...] Ou seja o Imperador jamais exerceria o poder *de facto* sem a realização da aclamação militar (Friguetto, 2004: 42).

Do ponto-de-vista teórico observamos que toda a construção relativa ao "poder" no mundo romano republicano e imperial baseava-se numa série de *virtutes* e conceitos que remetiam à consolidação do "poder ancestral" mantido e reconhecido através das instituições políticas mais significativas da *res publica*, o senado e as magistraturas - especialmente o Consulado. Perspectiva que acentuava o controle político de grupos minoritários e privilegiados que detinham em suas mãos as "rédeas" do "poder". Mas as disputas políticas entre estes grupos, aliado à expansão hegemônica romana pelo mundo mediterrâneo e o contato com ideias monárquicas provenientes do oriente helenístico, acabou por favorecer o surgimento de lideranças interessadas em concentrar o "poder" contando, unicamente, com o apoio de seus partidários. Realizada de forma paulatina, a personificação do poder no mundo romano explica-nos a

passagem do sistema republicano ao imperial, entendido este último como de caráter monárquico embora mantivesse durante os dois primeiros séculos de nossa era uma imagem de mantenedor e defensor dos ideais republicanos. (Friguetto, 2004: 46).

A consolidação do novo regime político ocorreu com Otaviano, apesar da obra suetoniana iniciar por Júlio César. Não obstante, Suetônio quer narrar os acontecimentos políticos do primeiro século, daí a escolha por começar com Júlio César, pelo caráter monárquico que seu governo adquiriu para em seguida analisar a consolidação com Otaviano. Otaviano por intermédio de um edicto apresenta o novo regime político aos romanos. Suetônio parece não questionar o novo regime, conforme expõe e exalta Otaviano na qualidade de seus feitos pelo intento do novo regime:

Por duas vezes, pensou em restaurar a república: a primeira, logo após haver esmagado António, lembrando-se de que este último muitas vezes lhe objectara ser ele o único obstáculo a essa restauração; depois, novamente, no abatimento em que o prostou uma longa enfermidade; desta vez chegou, mesmo, a mandar apresentar em sua casa os magistrados e os senadores, a quem entregou uma estatística do Império. Mas, pensando que o regresso à vida privada não deixaria de lhe fazer correr alguns riscos e que, por outro lado, seria imprudente confiar o Estado ao capricho de vários, conservou o poder, sem que possa dizer-se qual mais se deva louvar: ou o acontecimento em si ou a intenção que o ditou. Esta intenção, que ele frequentemente referiu, atestou-a mesmo num edicto nestes termos: “Conceda o céu que o Estado se mantenha em plena prosperidade e que em troca eu recolha a compensação à qual aspiro de ser apontado como o fundador do melhor dos regimes e de levar comigo, ao morrer, a esperança de que os fundamentos do Estado se manterão inabaláveis, tais como eu os consolidiei”. Ele próprio se encarregou de realizar seu voto, envidando todos os esforços para que ninguém pudesse queixar-se do regime novo (Suetônio, *Augusto*, XXVIII.II).

Temos que compreender a forma de estratificação social romana organizada por um período longínquo, e que com Otaviano, se modifica de uma forma “drástica” mais ao mesmo tempo “branda”. A república romana era um governo coletivo entre as elites, as famílias mais ilustres de Roma, era portanto, uma ordem política, que garantia a distribuição dos cargos de poder entre os seus constituintes. Havia assim, uma ocupação temporária dos cargos, dando rotatividade ao comando, o que permitia um tipo de controle. A noção de duas esferas sociais distintas era explicitamente difundida e compreendida por esses indivíduos. De um lado havia a arena pública, ou seja, a *res publica*, na qual o poder era assumido por rodízio e, que dizia respeito a cada cidadão. De outro, estava a esfera doméstica, a *domus*, em que cada indivíduo exercia a sua governança entre os seus dependentes de modo privado<sup>29</sup>. Portanto, segundo Aloys

<sup>29</sup> Para efeitos comparativos, essa análise discutida por Aloys Winterling me lembrou imensamente o livro de Sergio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. Na Roma Antiga, segundo o autor (Winterling), se tinha

Winterling: “A estratificação social tomou a forma de uma hierarquia que estava intimamente ligada a estruturas políticas” (Winterlig, 2007: 10). Podemos questionar então, qual seria a diferença do Estado republicano e do Estado imperial? Concomitantemente com Paul Veyne:

O Estado republicano era uma pessoa moral diferente de seus representantes transitórios; era também uma entidade suscitada pelo patriotismo ou pelo dever do Estado do “coletivo” senatorial. Como pessoa e entidade, ele expressava sua majestade através da utilização de um aparato oficial; ele justificava até mesmo sua autoridade apresentando seus mandamentos como os deveres aos quais cada um devia se submeter por obediência e patriotismo. Mas, agora, o Estado é o imperador: o estilo monárquico vai substituir a incitação ao senso cívico de todos pela exaltação das virtudes pessoais do príncipe; em vez de obedecer por devoção ao Estado, os súditos confiarão na providência do soberano. Quanto ao aparato republicano, ele envolverá doravante a própria pessoa do monarca (Veyne, 2015: 520).

Logo após a assassinato de Calígula, os senadores discutiam o retorno da República, pois não planejaram um substituto para o governante, apenas a eliminação do posto<sup>30</sup>. A ideia de um imperador, de um sistema político que suplantasse a ordem tradicional vigente não era bem vista pelos senadores que prezavam os valores ancestrais, a *civilitas* romana. A remoção dos costumes republicanos significava a diminuição do papel instituído por séculos a essa classe superior aristocrática, consequentemente, a manutenção da hierarquia social. Calígula desejava ampliar sua *domus* com o cargo superior que ocupava, desprezando totalmente os limites entre o público e privado que o novo sistema de governo impunha<sup>31</sup>. Porém, como vemos ao longo do contexto complexo que envolve o principado, o imperador necessitava de senadores do alto escalão para

---

a noção da separação entre o ambiente público e privado. No Brasil, segundo Holanda, havia uma confusão desses limites, ocasionando transformar a coisa pública em uma extensão de seus domínios. Em Roma, tal “confusão” de Júlio César levaria ao seu assassinato, assim como Calígula e Nero; no caso de Nero foi ainda mais concreto, após o incêndio em Roma. Calígula ultrapassaria esses limites declarando seu ódio não velado ao senado; no discurso que profere. Ele os acusa de odiá-lo e planejar sua morte, a partir de então o *monstrum* aparece, ao que me parece, não sem motivo. Paul Veyne vai por outra vertente, declara que o cargo que o *princeps* ocupa o torna uma pessoa pública, trazendo à tona sua privacidade, segundo Veyne: “Por outro lado, a pessoa real, tem um caráter público; o príncipe tem as relações privadas de um pai ou de um patrão com a plebe de sua capital. Os eventos em sua família são momentos de alegria ou de luto para todos os súditos que prestam ou permitem prestar homenagens divinas a seus favoritos. O príncipe exibe um aparato em Roma ou no circo que transforma a cidade eterna em uma corte real. [...] O que é privado torna-se público e o que é público torna-se privado: a função real é uma propriedade privada, mas essa propriedade presta serviços públicos. As coisas não teriam sido assim se não considerassem o príncipe como o detentor de um direito subjetivo para reinar” (Veyne, 2015: 523).

<sup>30</sup> Não obstante, a guarda pretoriana acabou por assumir o protagonismo e alavancar Cláudio – tio de Calígula – como novo imperador; frustrando assim, os planos senatoriais.

<sup>31</sup> Tão bem exemplificado por Augusto como modelo ideal a ser seguido, Calígula figura como um *rex* nesse sentido, ao não querer dividir os poderes e a sempre deixar cristalina a real condição desses aristocratas, como sendo bajuladores e subservientes a sua vontade.

comandar as legiões e governar as províncias. Logo, Augusto se tornaria o modelo ideal a ser emulado. De acordo com Brandão:

[...] a diferença entre *princeps* e *dominus* não é de carácter constitucional, mas sobretudo de natureza moral. O êxito de Augusto fica a dever-se à demarcação em relação a César, manifesta em atitudes teatrais que o biógrafo não desmascara: a recusa de templos e estátuas de ouro, a rejeição aparatosamente da ditadura, acompanhada de atitudes de súplica, manifestação de horror ao apelido de *dominus*, ostensivamente conotado com «maldição e desonra», e o respeito pelo senado são apresentados como provas (documenta) da *civilitas*. Tal virtude traduz a consciência de cidadão, a rejeição da monarquia de tipo oriental e da tirania (*dominatio*), e defesa da *libertas*, entendida, durante o principado, sobretudo como liberdade de expressão. Ao contrário de César, que pelo *abusos dominatione* e pela *inpotentia* mereceu a morte, Augusto é objecto da estima geral, tornando-se, assim, um modelo para os sucessores (Brandão, 2013: 317).

Nas passagens em que Suetônio aborda a função/atuação do *princeps* na *vida de Calígula*, ele enumera vários feitos moralizantes recorrendo ao *mos maiorum*, pois era papel do imperador ter essa função paternalista, reforçando os costumes dos ancestrais, tal qual fizera seu predecessor Augusto. Preservar a dignidade das famílias ilustres e a ordem estabelecida, *libertas* (liberdade), *civilitas* (civilidade), *clementia* (clemência), *iustitia* (justiça), *pietas* (piedade), *uirtus* (virtude) e *dignitas* (dignidade), seriam fundamentos dignos dos cidadãos, conservando a moralidade. Calígula consegue em seu principado, ainda que por um breve momento, seguir o modelo augustano e ir além, se mostrando um *princeps* das artes liberais e disseminador da cultura e literatura, além de restituir certos direitos a plebe romana retirados por Augusto. Vejamos:

Expulsou da cidade os espíñrias, de monstruosas perversões, a muito custo convencido de não os afogar. Permitiu que os escritos de Tito Labieno, Cordo Cremúcio e Cássio Severo – abolidos por um decreto do Senado – fossem pesquisados, distribuídos e lidos “uma vez que tinha grande interesse em informar a posteridade acerca de tudo”. Fez a publicação das contas do governo, que era comum no governo de Augusto, mas que Tibério interrompera. Concedeu aos magistrados total jurisdição, sem que fosse necessário apelar a ele mesmo. Examinou os cavaleiros romanos com severidade e escrutínio, mas não sem moderação, e privou publicamente do cavalo aqueles contra os quais havia algo de infâmia ou ignomínia, e daqueles que eram culpados de crimes menores, simplesmente absteve-se de citar o nome durante a chamada. Para tornar mais leve o trabalho dos juízes, acrescentou às quatro decúrias anteriores uma quinta. Tentou até mesmo devolver ao povo o direito de voto, trazendo de volta o costume das assembleias de romanos para a eleição de magistrados. Pagou fielmente aos herdeiros designados de Tibério, e sem fraude, embora o testamento de Tibério tivesse sido anulado, e também aos de Júlia Augusta, embora Tibério os tivesse suprimido. Restituui à Itália o imposto de meio por cento nas vendas em hasta pública; reparou muitos danos causados por incêndios; e, se restituía a alguém o reinado, acrescentava todo produto dos impostos e rendimentos públicos coletados neste ínterim, como fez a Antíoco, rei de Comagena, a quem devolveu cem milhões de sestércios confiscados. E para que parecesse ainda

mais o promotor de bons exemplos, deu oitenta mil sestércios a uma liberta que, tendo sofrido gravíssima tortura, não denunciou nenhum dos crimes de seu patrono. Razões pelas quais, entre as demais honras, foi-lhe concedido o escudo dourado, que todo ano o colegiado dos sacerdotes levava ao Capitólio, seguidos pelo senado e por meninos e meninas da nobreza que entoavam o elogio de suas virtudes com um canto cadenciado. Também se decretou que o dia em que ele ascendera ao poder seria chamado de *Parilia*, sob o argumento de que neste dia a cidade fora fundada uma segunda vez (Suetônio, *Calígula*, XVI).

Observamos que a relação entre imperador e senado é paradoxal, pois ao mesmo tempo em que coexistiam, eram incompatíveis. Arriscamos a dizer até que beirava uma relação parasitária: existiam limites que não deviam ser ultrapassados, referentes às honrarias e à gerência da coisa pública, algo que imperador e senado teriam de compartilhar. Isso caracteriza as estruturas sociopolíticas na Roma Imperial. A posição do imperador se entrelaçava com sua importância ilimitada, acentuada por um poder de tipo monárquico (sem o parecer ser), enquanto a presença constante dos senadores atuava como uma barreira, um limite que não deveria ser ultrapassado. Portanto, a monarquia romana era instável e paradoxal, sempre podendo surgir rachaduras em sua composição. Vejamos o que diz Winterling acerca do papel que o César deveria seguir, no molde augustano:

Primeiro, os imperadores lidavam com o caráter usurpador de sua posição ao permitir que o Senado lhes conferisse poderes oficiais derivados do direito constitucional republicano. Eles assim estabilizavam sua posição política de forma paradoxal desde o princípio e a mantinham em instabilidade permanentemente. Ao se legitimar, precisavam-se renovar a cada momento as instituições republicanas impedindo o estabelecimento de uma ordem de sucessão regulada pelo direito constitucional, i.e., uma legitimidade monárquica *sui generis* era afastada. No que diz respeito à estratificação social, os imperadores permitiram que lhes fossem concedidas honras extraordinárias: a dedicação de estátuas em espaços cívicos, consulados, triunfos. Todas essas honras continuaram a ser oferecidas, no entanto, pela tradicional ordem estamental política republicana e eram geralmente concedidas por decreto senatorial. Precisamente por esvaziá-las de poder e colocá-las em seu topo, ao mesmo tempo, os imperadores, paradoxalmente, reafirmavam a velha hierarquia, que não previa um monarca, como a única válida (Winterling, 2007: 11).

Os predecessores de Calígula recusaram honrarias demasiadas, mantendo a complexidade comunicativa com o senado e dessa forma, não se colocavam acima do senado, dando sinais que a aristocracia não era inteiramente submissa e que não viviam num regime monárquico. Calígula vai na contramão, aceita todas as honrarias e as ultrapassa ao querer ser cultuado como um deus-rei, enquanto Otaviano fizera o contrário, se representando com um humilde servo da República, nas palavras de Greg Woolf:

Durante os anos 20 a.C., Otaviano reconstruiu gradualmente sua imagem por uma série de renúncias, cuidadosamente orquestradas, a seu poder, cada qual seguida por novas outorgas por parte do Senado. O momento decisivo ocorreu em dois encontros em janeiro de 27 a.C., dos quais ele emergiu com o título de Augusto, uma vasta província (essencialmente aquela metade do império que continha exércitos) garantia por dez anos e o direito de governar por meio de comissários. No decorrer de 23 a.C., ele finalmente renunciou ao último de uma série de consulados e recebeu o privilégio do *imperium maius*, o mesmo tipo de comando que permitira a Pompeu e outros sobrepujar governadores em suas províncias. De fato, em quase todos os seus títulos e poderes, era muito mais herdeiro de Pompeu que de César (Woolf, 2017: 218-219).

O “sincericídio” que Calígula comete ao discursar e expor membros proeminentes do Senado lhe custaria muito. Dessa forma, a comunicação ambígua entre imperador e Senado foi quebrada a partir do momento em que uma conjuração realizada por tais membros arquitetou um plano para lhe matar. Calígula os humilhou em público, dizendo que Tibério tivera razão em perseguir e matar seus opositores. Revelaria ainda, documentos<sup>32</sup> que continham acusações graves de traição para com ele e sua família. E assim, Calígula pretendia destruir a antiga hierarquia social romana. Seus atos foram tidos como insanos, ainda que se manifestassem como práticas simbólicas<sup>33</sup> que visavam demonstrar a submissão e humilhação da ordem senatorial.

Um exemplo mais conciso do rompimento desses limites de desrespeito a autoridade da ordem aristocrática senatorial fora o episódio da travessia de Júlio César no rio Rubicão, que não significou somente uma travessia, existindo todo um contexto simbólico por detrás. Atravessar o rio estaria ligado a uma noção de não ter mais volta, pois não era possível atravessar e regressar. Fazendo isso, César estava comprometido a marchar sobre Roma e se rebelar contra o Senado, tomado aquilo que achava ser seu por direito. Portanto, ultrapassou a fronteira, o que lhe concedeu poder, fama e riqueza, a ponto de ofuscar o papel da República. Isso foi visto como perigoso, tendencioso a aspirações monárquicas e ditoriais, o que forçou a fuga humilhante dos senadores e de seu adversário, Pompeu, à Grécia e deixou Roma sem governo, mergulhada num total

---

<sup>32</sup> Documentos que Calígula supostamente havia queimado na frente do senado.

<sup>33</sup> Dentre os diversos eventos que figuram sua *Vida* que os ilustram como louco, decidi não os expor por hora, pois não é o objetivo específico deste capítulo; destarte, o exemplo do cavalo é bem-vindo, podemos considerar que o episódio servira apenas para demonstrar que Calígula desprezava de tal forma a aristocracia senatorial que preferia considerar seu cavalo como cônsul, ao invés de nomear um dos senadores – não esquecendo que muitos deles planejaram seu assassinato (Suetônio, *Calígula*, LVI. VIII).

caos político que abalou as estruturas sociais vigentes e desencadeou uma sangrenta guerra civil<sup>34</sup>.

Neste emaranhado de poderes políticos Augusto consegue consolidar sua autoridade, transformando em principado o seu poder de conotações reais<sup>35</sup>, assumindo o cargo de *basileus* como diriam os gregos. Segundo Paul Petit (1989), a base de seu poder era o *imperium*, “tinha uma aparência de um *imperium proconsular*, pois se exercia sobre uma extensa província: encarregando-se da administração das províncias fronteiriças ou mal pacificadas” (Petit, 1989: 116). Através de títulos constitucionais (cônsul, tribunício, sacerdócio, *jus auxilii*) ele recebera o título de *imperator* e conseguiu incluir o Senado no novo regime, o mantendo na segunda base de seu poder. A terceira base de seu poder adivinha da dignidade de *pontifex maximus*: “Herdeiro dos antigos magistrados, ele devia ser, como ele, capaz de assegurar aos Romanos a *pax deorum*” (Petit, 1989: 116). Otaviano, agora Augusto, por intermédio de cargos republicanos exercia o poder de forma monárquica. Petit define bem qual seria o papel do Senado nesse novo regime, pois a instituição republicana secular era a guardiã da *nobilitas*, asseguradora da democracia e lutadora voraz contra a tirania. Augusto precisava encontrar um papel crucial para essa ordem, sem que os senadores parecessem meros coadjuvantes no principado, nas palavras de Paul Petit:

A posição de destaque desta assembleia na história, na política e na tradição republicanas tornavam delicada a tarefa para o fundador do principado. Tanto mais que o Senado não era só um corpo constituído, de atribuições poucos definidas, e por isso difíceis de ser limitadas, mas também, e talvez principalmente, por ser o bastião de uma *nobilitas*, ligada à República por consideráveis razões ideológicas (recusa da ditadura e do cesarismo) e por sólidas razões materiais (lucros dos governos e dos jogos da política). Augusto foi bem-sucedido por ser irresistível e prudente ao mesmo tempo e porque as circunstâncias (guerras civis, proscrições, escassa natalidade) e hábeis medidas de depuração permitiram-lhe infundir à antiga *nobilitas* o sangue novo de seus partidários e clientes pessoais.

Nesta divisão dos direitos, desigual como o das províncias, o Senado conservou o que era ao mesmo tempo o mais teórico e o mais perigoso, a

---

<sup>34</sup> Calígula é acusado de abandonar o modelo augusteo e aderir ao cesariano. Apesar desse episódio se passar na república romana, seus efeitos e implicações podem servir como molde dessa relação entre a aristocracia e o imperador. Após sua morte o senado estava decidido a reclamar sua liberdade, e alguns dentre os senadores propuseram a abolir a memória dos Césares e destruir seus templos. (Suetônio, *Calígula*, LX).

<sup>35</sup> Greg Woolf demonstra que fora de Roma, o imperador já era tratado como um rei, segundo o autor: “Os gregos se contentavam em usar a palavra *basileus* (rei), os egípcios tratavam-nos como faraós, por toda parte os habitantes das províncias transformaram o nome da família César e o título especial de Augusto, concedido a Otaviano pelo Senado em 27 a.C., em sinônimos de monarca” (Woolf, 2017: 216). Paul Veyne define os fundamentos do poder imperial da seguinte forma: “Deveríamos nos perguntar se o fundamento do poder imperial era a liberalidade, virtude humana, ou o carisma, virtude divina, e concluiríamos que o príncipe reinava como evérgeta, e era divinizado por seu bem-fazer” (Veyne, 2015 :519).

investidura, isto é, o poder de designar em princípio, o que, na realidade, era o poder de reconhecer legalmente o senhor do Estado (Petit, 1989: 117-118).

Para além de reconhecer o poder do *princeps* cabia ao senado julgar determinados principados como bons ou maus, garantindo o poder da retórica em disputa. Caberia então ao imperador manter as relações “republicanas” com o Senado para que ele ficasse à posteridade como um bom *princeps*. Porém, caso a relação com o Senado fosse autocrática, possivelmente seria taxado de mal imperador e se acentuaria o comportamento de desequilíbrio e crueldade para com a ordem, segundo Petit:

Além de todas as disposições regulamentares, cada imperador tinha uma concepção pessoal de suas relações com a assembleia, que muitas vezes definia a “política”, no sentido estrito da palavra, sem que o povo tivesse o meio legal de se fazer ouvir. A tradição literária, surgida dos meios senatoriais, julgava cada reinado em função deste critério e assim determinava os “bons” e os “maus” imperadores, juízo de valor muito suspeito, se se desejava uma visão mais ampla. Os bons imperadores, que tiveram por modelo Augusto, Tito e Trajano, chamado de *Optimus* desde 114, são de fato os que, sem perder nada de seu poder, tiveram a habilidade ou a sensatez de esconder aparências e suscetibilidades. [...] Os maus imperadores eram naturalmente os violentos, brutos, desequilibrados, como Calígula e Cômodo, mas também excelentes administradores, tais como Cláudio, Vespasiano, Domiciano, Adriano, o que forçou o aprofundamento do problema das responsabilidades (Petit, 1989: 119-120).

Percebemos que a autoridade do *princeps* parecia ser incontestável a partir da postura de Augusto, que criou uma forma de exercer o poder imperial e legitimá-lo. Logo, a ordem imperial estava intrinsecamente conectada com os poderes que emanavam do imperador, além de sua conduta moral que deveria ser um exemplo para os outros cidadãos, afinal era o *princeps* o primeiro dentre todos. Nas palavras de Guarinello:

Nunca se tratou de um cargo legalmente regulado, mas que delimitava uma unidade político-institucional, para além do aspecto de unidade identitária. Essa posição se manteve pouco clara do ponto de vista institucional e dependia da construção de um consenso político em torno de um indivíduo que detinha a posição mais alta nas hierarquias, compósitas do Império. Para manter esse consenso, cada imperador se esforçou para gerar uma distribuição de benefícios e construir uma imagem de que nada acontecia no Império sem sua anuência. Mais do que apenas uma referência simbólica, o imperador era o polo para onde convergiam os diversos grupos que se constituíam no interior do Império, seja qual fosse o viés de suas identidades (Guarinello, 2021: 141).

Ademais, o poder imperial serviu para sobrepujar a anarquia que vivia a República. Como era o governo de um só homem, esse regime dependia de sua conduta, suas virtudes, enquanto os súditos torciam para que estas fossem sempre maiores que os

vícios. Dessa forma, o imperador acabaria se tornando também um personagem com características paternalistas que deveria cuidar do povo.

### 1.2.2 A propaganda como ferramenta de poder

Com o Principado instaurado, Augusto finalmente poderia triunfar como o único e mais poderoso governante do Império. Entretanto, como todo governante, precisava legitimar a sua presença em um cargo importante, logo, a propaganda em seu governo foi de enorme influência, principalmente nas províncias onde as pessoas dificilmente veriam o Imperador pessoalmente: “mesmo quando o imperador não estava fisicamente presente, sua imagem e seu nome podiam ser disseminados em toda parte” (Woolf, 2017: 232). Dessa forma, o poder simbólico e a presença do imperador personificavam o Império através do homem que tomava as decisões e mediava os conflitos, o que o tornava símbolo do poder centralizado e controlado. Ademais, era escolhido pelos deuses<sup>36</sup>. Logo, Otaviano não podia errar, conforme conseguira o feito mais difícil que era vencer Marco Antônio mesmo que em menor número. Agora precisava consolidar seu poder. De acordo com Greg Woolf:

Otaviano aprendeu com os erros de outros. Não confiaria no terror e na legislação para pôr em ordem o Estado, como Sila havia feito. Não imitaria as ações de Pompeu em 62 a.C., dispensando as legiões. Não perdoaria como César. Não assumiria o título de ditador e ficaria sentado em Roma à espera dos punhais dos assassinos. Pretendia governar.

Sem jamais criar uma posição constitucional formal de imperador, acumulou, através de influência, persuasão, vasta riqueza e ameaça de arrasadora força militar, uma posição determinante no Estado (Woolf, 2017: 217-219).

Visando se legitimar, Augusto trabalhou o seu lado virtuoso em oposição a atitudes vistas como autocráticas, sempre recusando honrarias que considerava excessivas e procurava exercer o poder que lhe foi concedido pelo Senado de forma partilhada. Portanto, para afastar-se da imagem de *rex* ou de uma realeza no principado, Augusto investiu forte na sua propaganda e resgatou nas origens do povo romano uma legitimidade

---

<sup>36</sup> A guerra civil após a morte de Nero é um exemplo que demonstra a importância da figura deífica do Imperador. Vespasiano ocupou esse espaço, pois era visto como um escolhido dos deuses. Dessa forma, a importância da pessoa do imperador era fundamental neste processo, pois sua presença dava ordem e estabilidade para o império. Sobre a candidatura de Vespasiano, nas palavras de Greg Woolf: “Pois a candidatura de Vespasiano era apoiada pelo céu. Josefo, um líder judeu rebelde no cativeiro, previu-a; Vespasiano, à espera em Alexandria, realizou milagres de cura; a deusa Ísis apoiou sua causa. Sem um imperador, o Capitólio arderia, e havia rumores de maldições druídicas. O mundo de fato parecia se dilacerar. Tropas auxiliares germânicas e rebeldes gauleses sonhavam em fundar um novo império no Reno. A instauração da nova dinastia flaviana (o nome completo de Vespasiano era Tito Flávio Vespasiano) restaurou imediatamente a ordem mundial” (Woolf, 2017: 223).

histórica para o seu principado. Nesse ensejo, duas obras literárias foram muito importantes no seu governo: *Eneida* e os *Feitos do Divino Augusto*. Sobre a *Eneida* Ygor Klain Belchior diz: “E ele as encontrou advindas dos tempos da guerra de Tróia e a chegada de Enéias, que foram representadas na obra emulada da poesia épica de Homero, intitulada *Eneida*, no intuito claro de se criar um novo passado e assim um novo presente para os romanos” (Belchior, 2016: 122).

O texto mais emblemático do seu governo são as memórias que Augusto escreve, descrevendo os seus feitos. Augusto começa dizendo que: “aos dezenove anos, formei um exército por minha iniciativa e às minhas custas. Com ele restituí a liberdade à república oprimida pelo domínio de uma facção” (Augusto, *Feitos do Divino Augusto*, I). Ele se mostra como o libertador de Roma, a quem livrara do julgo de uma facção que oprimia a República. Logo, Augusto luta pela República, pois não desejava o poder absoluto no Império.

Destarte, percebemos a ambiguidade do discurso de Augusto, como vimos no contexto da luta na guerra civil pelo poder. Tentar se eximir disto era uma falsa pretensão de se mostrar humilde perante a classe senatorial, a qual Augusto queria agradar, sem gerar um conflito aberto, culminando no período de paz na classe política senatorial. Augusto governava como um *rex*, com prerrogativas republicanas e com o apoio de famílias ilustres que não perderam seus privilégios aristocráticos. De acordo com Beard:

Por razões romanas óbvias, ele não chamou a si mesmo de rei. Montou um elaborado show em cima de sua rejeição do título de “ditador”, distanciando-se do exemplo de César. [...] ele decidiu enquadrar todos os seus poderes nos termos do exercício de um cargo republicano normal.

A história da República não havia sido obliterada; havia sido transformada em um pano de fundo para o poder de Augusto, cujas raízes podiam ser encontradas na própria origem de Roma. Ou, em outros termos, Augusto assumiu onde os políticos anteriores de Roma haviam falhado (Beard, 2017: 363-365).

O Principado foi uma representação de uma república em suas bases institucionais e no corpo administrativo e burocrático, entretanto, sua verdadeira característica era a monarquia. De acordo com Belchior:

Como se vê, o Principado foi fundado em uma mentira que produziu enormes ambiguidades. Essas ambiguidades, por sua vez, foram refletidas nesse debate até então exposto e que buscou compreender o que era essa nova realidade bem distante da República. Afinal, Augusto, sim, assumiu poderes muito específicos e que o diferenciavam de todos os outros que eram considerados iguais (os Senadores) de uma maneira nunca antes vista. Mas, mesmo assim,

podemos ainda apontar que este governo continuava a ser chamado como *respublica* e o Senado e o Povo de Roma ainda possuíam certa participação e importância na vida política. Mas, mesmo em se tratando de um “ditador” autoritário, como foi Augusto, que somente assumiu após um golpe de Estado, ainda é preciso dizer que ele é tido pelos historiadores e biógrafos antigos, a exemplo de Tácito e Suetônio, como “modelo de governante” e de um “bom governo”, sendo eternizado nas produções intelectuais como uma referência a ser seguida (Belchior, 2016: 123).

Toda essa estrutura governamental só foi possível graças a integração e anexação de diversos territórios durante a República. O contato de Roma com o Mediterrâneo, principalmente com povos do oriente proporcionou uma integração cultural e influência sem precedentes, nas artes, nas técnicas, na cultura e na religião: “O mar era uma fronteira “quase” aberta. As conexões eram limitadas, apenas, pelo interesse dos povos a sua margem em penetrar nas novas redes” (Guarinello, 2021: 65). Roma se torna hegemônica na península itálica e no Mediterrâneo, alterando as redes comerciais e de poder. A influência de Roma nas províncias e vice-versa contribuiu para uma cultura mediterrânica integrada. Segundo Guarinello:

O Império Romano, que durou séculos, apenas foi possível sob a base dos séculos de integração e consolidação de estruturas que o antecederam. [...] Sobre elas impôs, primeiramente, a fronteira de um só poder, que não admitia contestações. É nesse sentido que podemos considerá-lo singular. Não era uma hegemonia, pois não havia poderes alternativos. Nem se assemelhava a um reino helenístico, pois representava o poder de uma pólis, com toda a carga institucional que isso trazia. Por sobre as redes constituídas nos séculos anteriores – econômicas, culturais, religiosas – impôs a integração pelo poder. Mas um poder que, como prova sua duração, criou novas fronteiras, pontes entre populações, novas formas de inclusão e exclusão (Guarinello, 2021: 140-141).

Outra forma de ampliação da legitimidade da pessoa do *princeps* e do sistema político era o culto imperial, um culto erigido à família imperial e ao imperador. Os imperadores souberam se colocar dentro desse espaço de cultos que atravessavam o Mediterrâneo, se colocando como interlocutores do sagrado. Não era estranho que algumas províncias orientais cultuassem seus reis como deuses, como vimos no episódio com Pompeu. Alguns imperadores, mesmo depois de mortos, após a aprovação do Senado eram divinizados. O próprio Augusto, no Egito, se personificava como Faraó, um deus vivo na terra.

Segundo Alfaro, a concepção do culto se caracterizava na proteção de alguma divindade associada ao rei, através da assimilação direta do rei com algum deus ou até mesmo na encarnação do deus na terra, no corpo do rei, como ocorria no Egito (Alfaro,

2013: 116). A associação da ideologia da vitória com o caráter divino resultou na natureza teocrática das monarquias helenísticas, pois tudo se centrava em torno de sua figura. Calígula fora criado longe de Roma, em províncias estrangeiras. Portanto, diante de sua inexperiência com assuntos públicos romanos, poderia ter encontrado refúgio e se guiado em direção à tendências “orientalizantes” para se legitimar e consolidar sua posição. Alguns reis helenísticos se autoproclamavam deuses ou agiam como favorecidos pelos deuses, estabelecendo uma linha direta de assimilação. Calígula promoveu semelhante processo de assimilação ao se associar com Júpiter, chegando a compartilhar o templo com o deus<sup>37</sup>, o que acentuou sua *hybris* para os romanos. (Alfaro, 2016).

De acordo com os autores Rosa María López e José Luís Lopes Brandão, Calígula nutriria forte relação com a deusa Ísis, lhe dedicando templos, um deles se erigiu a *Ísis Campetris* no campo de Marte e fora do *Pomerium*, pois Ísis era protetora das dinastias<sup>38</sup>. Dessa forma, ousara realizar uma política contrária aos seus predecessores que chegaram a proibir seu culto em Roma. López argumenta que Calígula pareceu se interessar pelas tradições egípcias, sobretudo, no que diz respeito ao culto dinástico, enaltecedo a família do rei, algo que acontecera no Egito ptolomaico. A descendência de Otaviano, ou o divino Augusto, era essencial para o caráter dinástico que Calígula oferecia em seu principado, ou seja, sua imagem ligada com Otaviano conferia um status superior à sua família, os tratando como descendentes de um deus. Segundo López essa não fora uma iniciativa de Calígula, visto que Otaviano fizera o mesmo em seu governo: “Os paralelos com o Oriente Helenístico são evidentes, mas a sua presença já foi detectada nas origens do principado e não responde a uma iniciativa de Calígula” (López, 1995: 353).

Não obstante, se parecia necessário manter as aparências de uma República, demonstrar em público a autoridade de um *rex* representava a quebra de uma hierarquia pré-estabelecida por Augusto. Nesta “pantomima augustana” os poderes reais do *princeps* precisavam ser ocultados das vistas públicas, asseverando a dignidade e sobriedade a frente do cargo, sem deixar transparecer a real natureza do principado, uma realeza

<sup>37</sup>(Suetônio, *Calígula*, XXII.) De acordo com Rosa María López: "No obstante, la culminación de sus tendencias filo-helenísticas tuvo lugar en el último año de su reinado, cuando abiertamente manifestó su deseo de ser honrado como un dios, asociando-se a divinidades como Dionisio y Hércules, entre otras, que ya habían sido utilizadas por Marco Antonio en una práctica similar" (LÓPEZ, 1995: 350).

<sup>38</sup> De acordo com Brandão: “Alguns autores vêem na apóstrofe à lua um aproveitamento hostil de um ritual associado ao culto de Ísis, em que o imperador se identificava com o Sol (Osíris). Ísis aparece associada à lua em Apuleio. Nesta perspectiva, Calígula, nas suas aspirações a uma monarquia de tipo egípcio, poderia muito bem estar a identificar-se com o sol (Hélios/Osíris), que tem comércio com a sua irmã, a lua (Selene/Ísis). Crê-se que Calígula tinha uma capela ísíaca no seu palácio” (BRANDÃO, 2005: 87).

republicana. Calígula optou por descortinar a encenação e pôr em cena o seu poder monárquico.

### 1.2.3 Roma e a inflexão com o Egito: *mos maiorum* x realeza ptolomaica

Durante a estadia de Marco Antônio em Alexandria, Otaviano fazia uma campanha de difamação contra seu adversário político ausente em Roma, insistindo que Marco Antônio traíra Roma, seus costumes e a República. Acusava também o general de ter se apegado a costumes bárbaros e a viver e se vestir como eles. E o mais grave foi a produção do seu testamento, onde Marco Antônio reconhecia abertamente seus filhos gêmeos com a mulher mais odiada da República romana, Cleópatra. Otaviano aproveitou esse momento para depreciar a imagem de Marco Antônio em Roma. Analisemos o relato desse episódio por Suetônio:

A sua aliança com Marco Antônio fora sempre duvidosa e incerta e as suas sucessivas reconciliações eram apenas remedeios. Acabou, finalmente, por rompê-la, e para melhor demonstrar que Antônio abusara da sua dignidade de cidadão, mandou abrir e ler diante da assembleia o testamento que ele deixara a Roma, no qual designava, entre os herdeiros, os próprios filhos que tivera de Cleópatra. Entretanto, depois de declarar inimigo do povo, expediu-lhe todos os parentes e amigos, entre os quais Caio Socio e Cneu Domício, então ainda cônsul. Dispensou, igualmente, em nome da república, os habitantes de Bolonha, havia séculos clientela de Antônio, de se alistarem sob a sua bandeira, como todo o resto da Itália (Suetônio, *Augusto*, XVII.I).

A campanha de Otaviano em difamar Marco Antônio por intermédio da associação com lugares-comuns negativos sobre o oriente era uma forma de alimentar a repulsa que os romanos já tinham dos outros povos ditos “bárbaros”. Desde os tempos de César que o Egito era visto como uma ameaça comum à Roma e Alexandria parecia rivalizar com Roma em aspectos políticos, dessa forma, figuras tidas como autocráticas pareciam gostar muito da capital egípcia.

Alexandria era o lugar que levava medo aos romanos. Era visto como o lugar em que Júlio César se perdeu e quis pleitear o título de *rex* e nessa ocasião, seu amigo político Marco Antônio se portaria como um *rex* helenístico. Otaviano levantou o rumor de que Marco Antônio queria transferir a capital do Império para Alexandria, o que era impensável para os romanos tão amarrados em suas tradições. Porém V.Y. Mudimbe observa um ponto importante acerca das representações do Oriente, cujas imagens negativas não começaram com Otaviano:

Desde Heródoto, as autorrepresentações do Ocidente sempre incluíram imagens de povos situados fora de suas fronteiras culturais e imaginárias. O problema paradoxal é que esses forasteiros foram concebidos e situados geograficamente a distância, mas ainda assim, foram também imaginados e rejeitados como se fossem o outro lado do sujeito pensante europeu, seu outro lado íntimo, no modelo analógico da tensão entre o *ser em si* e o *ser para si* (Mudimbe, 2022: 12).

O leste do Mediterrâneo foi um local de disputas das terríveis guerras civis que acometeram Roma, sobretudo o Egito, pois fora lá que Pompeu tentou buscar refúgio, mas acabou sendo decapitado. Foi também onde César conheceu Cleópatra e tomou partido da guerra dinástica que acometia aquelas terras. No entanto, o Egito era parceiro de Roma de longas datas, principalmente pelo seu fornecimento de grãos.

O relacionamento de Júlio César com Cleópatra lhe rendeu um filho, porém não reconhecido em seu testamento, mesmo sendo admitido como filho de César enquanto a rainha estava em Roma. Portanto, isso representava um problema, pois César já tinha vencido a guerra civil com Pompeu e ampliara seus poderes ditoriais, o que resultou em especulações de ele aspirar a realeza. Logo: “a visão de um general romano cujo filho podia ser o futuro faraó alarmou os políticos romanos, sugerindo que César também tinha ambições reais – ainda que a maioria dos historiadores argumente que ‘César foi assassinado pelo que ele era não pelo que poderia vir a se tornar’” (Abulafia, 2014: 222).

A divisão do triunvirato proporcionou a Marco Antônio um domínio no Egito e no Oriente, enquanto a sua aproximação e relação com Cleópatra gerou desconfiança, as mesmas que outrora foram disseminadas para com Júlio César. Temia-se sua ambição monárquica e uma mudança da capital imperial, de acordo com David Abulafia:

Marco Antônio garantiu para Cleópatra diversas cidades fenícias, vilas na Cilícia “acidentada” e toda Chipre (anexada em 58 a.C.). A Cilícia valia a pena, pois era usada havia tempos como fonte de madeira, assim como a Fenícia e Chipre. Não obstante, Antônio foi o grande romano seguinte a ser seduzido pelos encantos de Cleópatra e seus detratores insistiam que ele se via como futuro rei do Egito. Ou seu desejo seria talvez que Alexandria se tornasse a nova capital de um império pan-mediterrânico? Após uma campanha contra os armênios, ele conduziu um Triunfo Romano pelas ruas de Alexandria, evento sem precedentes ali. Depois disso, a desconfiança entre Otaviano e Antônio ficou cada vez mais óbvia e a luta deles pelo poder virou uma guerra aberta (Abulafia, 2014: 222).

Ao que parece o Egito foi um ponto de inflexão para o governo romano. Do ponto de vista romano sua cultura era vista como exótica, e tal exotismo negativo estaria ligado ao risco que Cleópatra, Marco Antônio e César representaram, sobretudo, com o advento

da guerra civil romana que opôs ocidente e oriente e, portanto, o risco da perda do *mos maiorum* em detrimento à realeza egípcia. A batalha do Áccio fora compreendida como o símbolo dessa disputa. Entendia-se que a submissão a um modelo monárquico teocrático beirava a servidão dos súditos, algo impensável e reprovável para a sociedade romana que apenas se curvava perante a lei<sup>39</sup>. O êxito fica assim definido entre um distanciamento em relação a César e o respeito devido ao Senado. Dessa forma, as virtudes do *princeps*, se baseavam em evitar uma progressão à monarquia que cercearia a liberdade das elites aristocráticas. Segundo Mary Beard:

[...] na imaginação romana a batalha foi quase que instantaneamente transformada em um conflito entre soldados firmes e disciplinados e hordas selvagens de orientais. Apesar de Antônio ter tido o convicto apoio de várias centenas de senadores, toda a ênfase recaía sobre a ralé exótica, com – segundo Virgílio – “sua riqueza bárbara e estranhas armas”, e também Cleópatra, expedindo comandos e brandindo uma matraca egípcia (Beard, 2017: 346).

Brandão analisa as diferenças entre *princeps* e *dominus*, que define como de natureza moral e não constitucional. *Dominatio* e *Dominus* tem conotações servis, por isso, a progressão a esse tipo de tratamento era encarado uma afronta aos códigos e regimes ancestrais. Manter hábitos e costumes tradicionais romanos era o que os diferenciava dos outros povos, pois não podiam se corromper com vícios e hábitos provincianos (Brandão, 2005: 86-87). Otaviano inflamou as elites romanas sobre as reais intenções de Marco Antônio ao se unir a uma rainha estrangeira. Então, o medo de se perder a *libertas* e serem submetidos a realeza os levaria a apoiar a empreitada de Otaviano, que fez muita propaganda. Vejamos os versos da Eneida:

César Augusto se via na popa, de pé, comandando Ítalos, gente do povo, o Senado, os penates e dos deuses. Flâmulas duas, a par, lhe nasciam da fronte altanada; Por sobre a bela cabeça brilhava-lhe a estrela paterna. [...] Em frente, Antônio com suas tropas bárbaras, com a variada coortes, Vencedor dos povos da Aurora e do litoral vermelho, Da Báctria distante, do Egito inteirinho E acompanhado – vergonha romana – da esposa egípcia. [...] Com o pátrio sistro a Rainha concita seus homens à luta, Sem perceber que por trás duas serpentes terríveis a espreitam. Toda a caterva de deuses monstruosos, ao lado de Anúbis O Ladrador, contra Vênus se atira, Netuno e Minerva (Virgílio, *Eneida*, VIII. DCLXXVIII - DCC).

A fonte nos mostra um claro contraste entre os dois personagens. Otaviano levava consigo o favor dos deuses, portanto, a fortuna estava com ele, o que simbolizaria uma guerra justa. Enquanto Marco Antônio carregava a desgraça personificada na sua esposa

---

<sup>39</sup> Importante destacar que essa teocracia era uma afronta direta ao Senado romano, uma forma de humilhar e subjuguar a aristocracia tradicional.

e toda uma horda “bárbara”, tal qual um exército desorganizado, sem comando e comunicação, pois todos falavam línguas discordantes. É um claro exemplo de uma oposição entre Ocidente e Oriente, duas culturas irreconciliáveis. Nas palavras de Mary Beard:

Mas é absolutamente claro que, tanto na época quanto, ainda mais, em retrospecto, Augusto (como ele logo passou a ficar conhecido) explorou a ideia de um conflito entre suas próprias tradições romanas, ocidentais, profundamente arraigadas, e o excesso “oriental” que Antônio e Cleópatra representavam. Na guerra de palavras, e em justificativas posteriores da ascensão de Augusto ao poder, isso se tornou uma batalha entre virtudes de Roma e os perigos e a decadência do Oriente (Beard, 2017: 345-346).

Cleópatra era o perfeito motivo para a guerra e consolidação de poder autocrático que Otaviano buscava. Dessa forma, focou na rainha egípcia demonstrando ao Senado romano que a luta que ele buscava era contra um inimigo estrangeiro, inimigo este que desconfigurava todo um ideal de ser romano. A rainha era perigosa, sedutora e não natural, pois liderava uma guerra, o que era responsabilidade masculina de acordo com o pensamento da época. Então, Marco Antônio, assim como Júlio César, foram vítimas dessa mulher estrangeira, que enfeitiçara dois ilustres romanos a servirem de súditos em sua corte. Por fim, ela mesma poderia querer dominar o Mediterrâneo e até mesmo Roma, por intermédio de Marco Antônio. Destarte, Otaviano representava a *libertas* e a República romana, avessos a realeza e ao governo de uma mulher.

Há um ponto em comum nas *Vidas* e nas representações de Marco Antônio, Calígula e Cleópatra, pois o trio parecia valorizar aspectos “suntuosos” em seus respectivos governos. Cleópatra era uma rainha de linhagem macedônica no Egito, naturalmente sua forma de governar seria helenística. Entretanto, Marco Antônio e Calígula, pertenciam à aristocracia romana conectada a costumes ancestrais, que consideravam como “bárbaro” qualquer modo de vida diferente de Roma. Uma das denúncias feitas por Otaviano sobre seu adversário Marco Antônio fora a vida extravagante e luxuosa que o casal levava em Alexandria, referindo-se ao hábito de ostentarem em banquetes suntuosos e caros, extravagância que não era benquista entre os romanos. O relato de que Cleópatra gastara a quantia de 10 milhões de sestércios ao oferecer um jantar chocou a moralidade romana. E ainda havia a famosa pérola, que a rainha dissolvera em vinagre e bebeu, uma ação que retrataria o excesso e reprovação pela ótica romana. Segundo Beard:

Igualmente preocupante para os tradicionalistas romanos era a sensação de que Marco Antônio estava começando a tratar Alexandria como se fosse Roma, a ponto de celebrar ali um triunfo pela pequena vitória na Armênia. “Por causa de Cleópatra, ele proporcionou aos egípcios as honrosas e solenes cerimônias do seu próprio país”, como reportou as objeções um escrito antigo (Beard, 2017: 343).

Os jantares suntuosos de Cleópatra e Marco Antônio sobreviveram na memória da população romana, tendo em vista que Calígula parecia querer emulá-los<sup>40</sup>. De acordo com Suetônio, Calígula também ultrapassava os limites da extravagância assim como Cleópatra em seus jantares exorbitantes e, o símbolo usado é novamente a pérola dissolvida no vinagre como fizera a rainha egípcia. Suetônio elabora um relato de reprovação da rainha egípcia como peça chave para reforçar a reprovação de Calígula, usando o Egito como um lugar-comum para promover exemplos de excessos. E assim, Calígula seria visto como um inimigo do estado, alguém indigno de ocupar o posto de *princeps*, além de seguir os passos de seu antepassado Marco Antônio ao se orientalizar e levar aspectos da realeza abertamente ao seu principado.

A historiadora Joana Clímaco faz um estudo detalhado a respeito das relações entre Egito e Roma em seu livro *Alexandria dos Antigos: fascínio, exuberância e controvérsias*. De acordo com Clímaco, o final do reinado ptolomaico se caracteriza pela dependência para com Roma. A mudança de chave se dá com a ascensão de Cleópatra ao poder, pois a rainha queria demarcar o seu poder e deixar o seu reino livre das possíveis dependências com Roma, pois:

[...] mesmo que a rainha não tenha saído vitoriosa, os diversos capítulos desse processo foram suficientes para intensificar a vigília sobre o Egito pelos séculos seguintes. Como esse momento representou um contexto delicado nas relações estabelecidas entre Roma e o Egito, as narrativas que o abordam indicam uma conscientização de sua singularidade (Clímaco, 2020: 122).

A ambição política de Cleópatra é reduzida na tradição literária à fraqueza de um homem romano ilustre, no caso, Marco Antônio (Clímaco, 2020). O temor de uma possível reviravolta do poder no Mediterrâneo parece ter assombrando a mente da aristocracia romana, portanto, Alexandria seria entendida como o lugar-comum para o

---

<sup>40</sup> Vejamos o relato de Suetônio na biografia de Calígula: “Sua extravagância em relação às despesas superou os talentos dos homens mais pródigos, tendo inventado um novo uso para os banhos, e tipos extravagantes de jantares e refeições, banhando-se em óleos perfumados frios e quentes, bebendo pérolas preciosíssimas dissolvidas em vinagre, colocando diante de seus convidados pães e outros alimentos feitos de ouro, dizendo que ‘um homem ou deve ser sóbrio ou ser César’” (Suetônio, *Calígula*. XXXII.I).

possível desastre romano e decadência dos seus cidadãos. Alexandria também é citada nas *vidas* de Júlio César e Calígula, como o lugar que poderia sobrepujar o poder da capital imperial e ser a nova metrópole do poder, levando os cidadãos de Roma à servidão. Cleópatra é vista como o símbolo dessa decadência, segundo Clímaco:

O peso dado à rainha e sua relação com um romano tão influente como Marco Antônio é visível no nosso objeto. A literatura sugere que nessa ocasião a supremacia romana esteve em vias de fragmentação, daí a preocupação em relatar extensivamente esse cenário único e em atribuir todo o peso do momento à ousadia de uma mulher, que “escravizou” um romano fraco e vulnerável (Clímaco, 2020: 157).

O relato de Dion Cássio a respeito dos aparatos de Cleópatra são um exemplo do temor que os romanos tinham da rainha egípcia. Dion Cássio chama Marco Antônio de escravizado e demonstra a submissão do romano perante a realeza egípcia. Era uma clara representação negativa, segundo Dion Cássio, de uma possível submissão de Roma ao Egito, entendida como uma afronta direta ao poder imperial romano. Vejamos o relato:

Pois ela o escravizou de tal maneira que o convenceu a servir como “gimnasiarca” em Alexandria. Ele a chamou de rainha e senhora; Ela tinha soldados romanos sob sua guarda pessoal; todos os soldados de Antônio inscreveram o nome dela em seus escudos. Frequentava a agora na companhia dele, com a ajuda dele organizava as festas e com ele presidia os tribunais. Cleópatra cavalgava pela cidade com ele ao seu lado, ou fazia-se carregar numa sela enquanto Antônio, a pé, a acompanhava entre seus eunucos. Ele chamou seu quartel-general de palácio real; Em certas ocasiões, um cutelo pendia de sua cintura. Ele também usava roupas estranhas à tradição romana e aparecia em público numa liteira dourada ou numa cadeira semelhante. Ele se fez representar na companhia de Cleópatra, tanto em pinturas quanto em esculturas, fingindo ser Osíris ou Dionísio e ela, Selene ou Ísis. Com tais atitudes ele demonstrou claramente que havia enlouquecido por causa dela e de algumas de suas bruxarias. (Dion Cássio, *História Romana*, LX.V).

Marco Antônio é acusado de se afastar do modo de vida romano e aderir a costumes bárbaros, ademais, se tornara um verdadeiro súdito da rainha. A adoção de adereços orientais também aparece na *vida de Calígula* de Suetônio, quando o biógrafo acusa o *princeps* de não se vestir à maneira do seu povo, de não se comportar com a dignidade que o cargo lhe impunha. Dessa forma, Calígula também dispunha de uma fraqueza pelas tradições orientais, tal qual Marco Antônio. Segundo Suetônio:

Nunca usou roupas e calçados e outras vestimentas à moda nacional, nem dos cidadãos, nem dos chefes de família, e, por fim nem dos seres humanos. Frequentemente vestia-se com capas coloridas e adornadas em pedras, saía em público com túnicas de manga e com braceletes, às vezes usando sedas e cíclade, às vezes sandálias ou coturnos, às vezes botas de batedor, ou ainda borzeguins femininos; foi visto várias vezes usando uma barba dourada, segurando um raio, um tridente ou um caduceu, insígnias dos deuses, e até

mesmo vestido de Vênus. Em muitas ocasiões vestiu os ornamentos triunfais mesmo antes de sua campanha militar, às vezes usando a couraça de Alexandre Magno, tirada de seu túmulo (Suetônio, *Calígula*, LII).

A união de Marco Antônio e Cleópatra deturpava a imaginação romana, como fora relatado. Tratava-se de uma união de poderes para uma dominação político-militar do Mediterrâneo. Pois Antônio rivalizava com Otaviano o poder do Império e queria mais, “dessa forma, ele não seria apenas o escravo de Cleópatra, mas tinha ambições de aumentar sua autoridade através da relação estratégica com a rainha” (Clímaco, 2020: 162). Para Cleópatra ter um aliado romano, um general ao seu lado, proporcionava uma retomada do destaque egípcio no Oriente, tal como o império egípcio dos seus antepassados. Era então, a oportunidade perfeita para ambos. O imaginário da possível ameaça à hegemonia romana perpassou os anos ecoando nos escritos de Dion Cássio e Suetônio. Segundo Clímaco:

Duzentos anos depois da conquista, a vivacidade do relato de Dion demonstra o quanto essa conjuntura tumultuada ainda repercutia na mentalidade romana, ao relatar que a ambição de Cleópatra era a transferência da sede imperial para Alexandria. Os acontecimentos foram assim propagados no decorrer de todo esse tempo no imaginário romano, o que demonstra o peso dos eventos no contexto da divulgação e sugerem que uma ameaça à hegemonia romana foi realmente temida. Na época dos acontecimentos os romanos precisavam de um “álibi” para controlar os planos ousados dos alexandrinos. Portanto, Cleópatra e Antônio foram o par perfeito. A eles foi direcionada toda a rejeição que estava se consolidando contra os alexandrinos, em virtude das ocorrências anteriores (Clímaco, 2020: 164-65).

Vimos que de fato Alexandria tinha um peso enorme no imaginário romano, como uma rival diante de Roma, alimentado ainda mais pela campanha xenofóbica de Otaviano antes, durante e depois de vencer Antônio e Cleópatra, o que demonstra a voracidade com que Roma queria destruir o Egito não somente politicamente, mas moralmente também. A união de Marco Antônio e Cleópatra demonstrara que Alexandria era temida e tornou-se uma preocupação central dos romanos, enquanto o casal acabou por confirmar a ameaça, que precisava ser eliminada, subjugada e romanizada.

### **1.3 O Império romano de Suetônio**

Nosso biógrafo nasceu sob o principado do imperador Vespasiano (9 d.C - 79 d.C), e iniciou sua carreira no serviço público romano no governo dos últimos dos Flávios, Domiciano. Contudo, foi na dinastia Antonina, tida como a “idade de ouro” pela historiografia, que Suetônio galga passos maiores perfazendo amizades e participando de

círculos íntimos na corte de Trajano e Adriano. Conheçamos nos próximos parágrafos um pouco do principado de cada um deles.

### 1.3.1 Trajano, *Optimus Princeps*

Trajano (53 d.C - 117 d.C) passará para história como *Optimus Princeps*<sup>41</sup>, pois a aristocracia senatorial o enquadrara na categoria dos bons imperadores, possuidor de virtudes que superavam os vícios, segundo a moral romana. Trajano reunia todos os elementos que o cargo do *princeps* deveria possuir, portanto, era o modelo perfeito e a dignidade do homem conferia-lhe a outorga do cargo. Ademais, era virtuoso e tinha a fortuna ao seu lado, o que o tornara favorito dos deuses em todas as suas ações frente ao estado, pois era um líder carismático. Nas palavras de Leme,

[...] Trajano é considerado, praticamente, o primeiro dos grandes príncipes Antoninos, um divisor de águas entre um século I d.C. “esgotado” por seus inúmeros vícios e um novo período de glórias e conquistas para Roma. Relevando-se os exageros, Trajano, a começar por sua origem, representou uma renovação dos tempos na política romana: nascido em Itálica, na Hispânia, tornou-se o primeiro príncipe de origem provincial (Leme, 46: 2015).

Surge novamente um imperador que não tinha origem romana, mas cuja família pertencia às elites provinciais, pois Trajano era natural da província da Hispânia<sup>42</sup>. De acordo com Natália Frazão José, “o fato do pai do futuro imperador ter desempenhado, além de funções militares, cargos senatoriais, é um importante indicador do prestígio de sua família dentro da política romana” (José, 90-91: 2011). Esse acontecimento serve para demonstrar o fortalecimento das aristocracias provinciais, uma mudança em relação a predominância das tradicionais elites da península itálica<sup>43</sup>. Richard Alston argumenta

<sup>41</sup> Título concedido pelo Senado romano à pessoa do *princeps*, algo que se assemelha ao deus romano *Jupiter Optimus*, uma divindade importante na religião da Roma Antiga. *Optimus* indica uma habilidade para auxiliar (LEME, 2015: 50).

<sup>42</sup> A família de Trajano não era de origem romana, era hispânica; porém, teve grande destaque na sociedade romana pelo êxito no meio militar.

<sup>43</sup> É interessante notar que muitas famílias das elites provinciais ascenderam socialmente durante esse período, inclusive a do biógrafo Suetônio. É interessante perceber a natureza da relação que Trajano estabeleceu com a classe equestre. Sobre isso Venturini afirma: “[...] Trajano desenvolveu sua administração recorrendo à ordem eqüestre. Como já observamos, os cavaleiros tinham adquirido uma influência social relevante quando ocupavam magistraturas locais e funções provinciais e municipais. Tal situação levou à ampliação do aparelho burocrático imperial. Pouco a pouco, uma verdadeira carreira eqüestre foi tomando forma. Desde Augusto, não era somente entre os cavaleiros que, já haviam iniciado sua carreira pública, que o príncipe escolhia os senadores: a concessão do laticlavo podia indicar jovens de famílias eqüestres para a carreira senatorial [...]” (Venturini, 2001: 220).

que Trajano reunia todas as prerrogativas para assumir o posto, tendo em vista suas atividades anteriores ao cargo, de acordo com o autor:

Trajano era uma escolha interessante. Seu pai havia desfrutado de uma distinta carreira militar. Ele havia servido com Vespasiano e Tito na Judéia, tornando-se governador da Síria. A carreira de seu filho necessitou ser reconstruída a partir dos Panegíricos de Plínio (14 – 15). Iniciou sua carreira militar já com alguma distinção, servindo junto a seu pai na Síria. Subseqüentemente, foi enviado para a Espanha, onde uniu-se a Domiciano contra a revolta de Saturnino. Plínio nos relata que tal revolta já tinha terminado quando Trajano chegou à Germânia. No entanto, a sua demonstração de lealdade o conduziu a uma função a ser desempenhada ainda na Germânia, onde serviu durante um longo período, embora o papel que desempenhou seja desconhecido. Ele tornou-se cônsul em 91 d.C., retornando à Germânia Superior anos mais tarde, agora desempenhando a função de Governador. Ainda desempenhava tal função quando foi escolhido por Nerva como imperador<sup>44</sup> (Alston, 1998: 145).

O principado de Trajano parecia o cenário ideal para Suetônio despontar sua carreira literária e pública, pois o *princeps* incentivou a cultura e as letras em toda região do Império<sup>45</sup>. Sob seu governo, o Império se expandia de maneira exponencial, pois seu exército ampliava o território a cada conquista. Trajano vai se notabilizar também pelas grandes obras públicas que daria início ao redor de todo Império, pacificando e expandindo províncias. De acordo com José:

Durante este período, em meio às nossas pesquisas, podemos notar um florescimento da literatura. Um dos motivos para isso estaria localizado na nova política de Trajano, a qual apresentava ser um pouco mais liberal do que as de seus antecessores, fator que contribuiu para o surgimento de novos autores e estilos literários. Teria sido em meio a esta proliferação literária do Principado de Trajano, quando Suetônio iniciou sua carreira no meio imperial, que Plutarco escrevera grande parte de suas obras, principalmente suas biografias (José, 91: 2011).

Trajano faleceu no ano de 117 d.C., deixando um problema na linha de sucessão. Vários aristocratas quereriam o cargo de imperador e particularmente um se destacaria, Públia Élio Trajano Adriano, que se tornou imperador depois de muitas intrigas políticas e palacianas. A morte de Trajano deu início a uma guerra de intrigas/rumores, assassinatos e disputas pelo poder imperial. Nessa conjuntura, Adriano parece ter saído vitorioso da concorrência.

---

<sup>44</sup> Tradução livre.

<sup>45</sup> Trajano, aparentemente, tinha um interesse pela disseminação da cultura, por isso vai ocorrer um aumento de autores e estilos linguísticos em seu principado, surgindo dois grandes biógrafos: Suetônio e Plutarco. Suetônio afirmava que Calígula também se notabilizara pelo incentivo as obras literárias (Suetônio, *Calígula*, XVI.II).

Antes de adentrarmos com mais detalhes no principado de Adriano é preciso discutir sobre o status de Suetônio nessa mudança de governo. Como já vimos anteriormente, Suetônio iniciou a sua carreira imperial no principado de Trajano, por intermédio de seu patrono e amigo Plínio, o jovem. Portanto, Suetônio já circundava entre os membros da corte imperial; logo, percebemos a sua defesa da tradição romana nas narrativas das *vidas*. Entendemos que o biógrafo demonstrava seu posicionamento e pensamento acerca da política romana nas suas narrativas. Segundo Leme: “[...] o trabalho de Suetônio surge aos nossos olhos como uma manifestação, por parte do autor, relacionada ao seu próprio contexto, a saber, ao seu pensamento e interesses específicos nele” (Leme, 2016).

Nesta circunstância, o biógrafo alcança o maior cargo imperial durante o advento do *princeps* Adriano, quando se torna secretário pessoal do imperador. Consoante a argumentação de André Luiz Leme e Domingo Plácido Suárez (2004), os quais nos alertam sobre alguns aspectos desse governo, tido como uma continuidade dos “bons governantes”. Ambos autores argumentam nos chamam a analisar “[...] não apenas aos aspectos de estabilidade e prosperidade presentes neste período em geral, mas também às dificuldades e vicissitudes próprias a ele [...]” (Leme, 2016). Nessa época que a historiografia cunhou como a “Idade de ouro”, da paz e prosperidade do Império, Suárez salienta que essa imagem se deve muito a historiografia moderna e o quanto a propaganda da época a promoveu. Entretanto, devemos entender as particularidades do período e tentar mergulhar nas profundidades da história para perceber as mudanças.

### **1.3.2 A sucessão de Adriano *Avgvsto***

A ascensão de Adriano (76 d.C - 138 d.C) ao cargo de *princeps*, o segundo por intermédio da adoção da dinastia Antonina, será um dos eventos mais importantes na história do principado romano do século II d.C.. Entretanto, como veremos, o momento seria marcado por jogos de poder e intrigas palacianas, o que culminaria em alianças de um determinado grupo em detrimento de outros. Além disso, Adriano herdara um Império romano em ebullição por causa das revoltas provinciais<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Um dos efeitos da grande expansão proporcionada por Trajano foram as revoltas em várias províncias, principalmente na região da Mesopotâmia, Síria, Egito, Palestina e também do lado oeste do Império. Não obstante, Adriano construiu um muro separando a civilização romana do restante dos “bárbaros” na fronteira norte do império. E delimitaria também suas fronteiras no oriente, desocupando alguns territórios após o rio Eufrates e instaurando uma era de pacificação do território. Sobre a construção do muro de Adriano, a escritora inglesa Mary Beard tem uma opinião sobre quais seriam os seus verdadeiros propósitos, segundo a autora: “O Muro de Adriano, como o chamamos, estendia-se por mais de 110 quilômetros, ao

Assim como Trajano, Adriano também era oriundo da região da Hispânia. As origens da família de Adriano remonta à região de Piceno, na península itálica. Tendo migrado posteriormente para o sul da Hispânia, teve grande mobilidade social e se juntou às elites daquela região. Os pais de Adriano, Públia Élio Adriano Afer e Domícia Paulina, faleceram em 86 d.C., tendo deixando Adriano e sua irmã, Elia Domícia Paulina, órfãos prematuramente. Foi então que ambos acabam sendo tutelados pelo ainda pretor Trajano e um oficial romano, Públio Acílio Atiano. Segundo André Luiz Leme:

[...] essa tutela respondia naquele exato instante a claros objetivos políticos, pois vinculava e aproximava Adriano e Domícia de importantes membros do universo político romano; um encaminhamento, com toda razão, muito promissor ao futuro de ambos. Certamente que o jovem Adriano fora educado no modelo tradicional de formação da aristocracia romana, visando o melhor futuro militar e político [...] (Leme, 53: 2015).

Adriano teve grande habilidade e interesse pelos estudos gregos, sendo até chamado pejorativamente de “greguinho” (*Graeculus*), como afirma Élio Esparciano que biografou sua *uita*. Nenhum *princeps* sai ileso das críticas dos biógrafos, o autor<sup>47</sup> da *História Augusta* demonstra que a sociedade romana daquela época ainda tinha certas desconfianças quanto aos interesses dos imperadores por “elementos helênicos”, pois tudo que vinha do Leste era visto com maus olhos. O interesse de Caio César por botas, especialmente orientais, lhe renderá o epíteto de *Calígula*, nome que o imperador não gostava. E o mesmo *Calígula* iria se interessar intensamente pelas artes helênicas da recitação, canto e dança. E mais; em sua *uita* veremos diversas passagens em que supostamente o *princeps* enuncia expressões homéricas. Porém, é interessante refletirmos essa conglutinação com a Grécia.

---

longo da ilha, de um litoral ao outro. Sua construção foi um enorme investimento de homens e tempo – mas é surpreendentemente difícil compreender sua real utilidade. A velha ideia de que era uma edificação defensiva contra os “bárbaros” não convence. É verdade que o único escritor antigo que menciona sua construção – um biógrafo anônimo do final do século IV d.C. (embora por alguma razão desconhecida ele finja estar escrevendo um século antes) – refere-se ao fato de Adriano estar “separando” os romanos dos bárbaros. Mas dificilmente o muro pode ter dissuadido quaisquer inimigos relativamente impetuosos e bem organizados que se dispusessem a escalá-lo, ainda mais porque boa parte dele foi construída apenas com turfa, contradizendo os trechos de pedra sólida que aparecem na maioria das fotos. Como não tinha qualquer tipo de passarela em seu topo, era pouco útil para propósitos de vigilância e patrulhamento. Já como barreira alfandegária, que é uma recente interpretação, ou como tentativa de controlar o movimento de pessoas em termos mais gerais, ele parece uma construção mais robusta do que o necessário. O que o muro afirma é o poder romano sobre a paisagem, ao mesmo tempo que sugere um sentido de conclusão. Talvez não seja coincidência que outros muros, diques e fortificações bem menos impressionantes tenham sido erguidos em outras zonas fronteiriças mais ou menos à mesma época, sugerindo que os limites do poder romano estivessem começando a assumir uma forma mais concreta” (Beard, 2017: 476).

<sup>47</sup> José Luís Lopes Brandão afirma que: “Os autores a que são atribuídas as *Vidas* serão muito provavelmente fictícios, segundo a maioria dos críticos modernos” (Brandão, 2011: 28).

Todavia, visando a carreira política tradicional dos cidadãos públicos, Adriano perpassaria o *cursus honorum*, pois queria estar próximo das elites romanas, acompanhar seus rumos e mudanças. Portanto, buscava se relacionar bem para com o poder da capital. Com o advento de Trajano, Adriano tornou-se o seu favorito<sup>48</sup>. Certamente, Adriano estava apreensivo com o seu futuro no Império. Toda a sua carreira, até então, se pautava no objetivo de assumir um grande cargo político, e por cair nas graças do *princeps* Trajano, almejaria algo mais, tanto que se preocuparia em saber de seu futuro e qual seria o juízo do imperador a seu respeito. Logo, consultou as “sortes virgilianas”, então o oráculo declamou os versos sibilinos:

Mas quem é aquele, lá ao longe, que, ornado de ramos de oliveira, leva os objectos sagrados? Reconheço os cabelos e a barba encanecidos do rei Romano, que será o primeiro a fundar a cidade sobre as leis, enviado da pequena e pobre Cures para o grande império; a quem, depois, sucederá... (Élio Esparciano, *Adriano*, II.VIII).

A *História Augusta* e o historiador Dião Cássio<sup>49</sup> lançam uma polêmica a respeito da legitimidade de Adriano enquanto sucessor de Trajano. Ambos relatam que Adriano não fora uma escolha de Trajano e que a sua ascensão enquanto Imperador ocorreu graças a dois personagens políticos da época: Plotina, esposa de Trajano e seu antigo protetor Públia Acílio Atiano. Ambos foram grandes expoentes para que assumisse o cargo<sup>50</sup>. De acordo com a *História Augusta*, Trajano tinha outro sucessor em mente, examinemos:

Foi sem dúvida voz corrente que Trajano tinha a intenção de deixar como sucessor Nerácio Prisco, e não Adriano, no que era secundado por diversos amigos, ao ponto de ter dito certa vez a Prisco: “confio-te as províncias, se me acontecer alguma fatalidade”. E muitos afirmam até que tinha a intenção de, a exemplo de Alexandre da Macedónia, morrer sem indicar claramente um sucessor; outros tantos afirmam que ele queria dirigir ao senado uma alocução a solicitar que, se algo lhe acontecesse, o senado desse um imperador ao Estado Romano, acrescentando, quando muito, nomes, de entre os quais o mesmo senado escolheria o melhor. Não falta quem demonstre que Adriano foi agraciado com a adopção, já Trajano estava morto, graças ao poder de Plotina, por recurso a um imitador que falou por Trajano com voz débil (Élio Esparciano, *Adriano*, IV.VIII-X).

Com a morte de Trajano não tardou muito para Adriano ser aclamado imperador pelas tropas que comandava no Oriente, depois de vencer as disputas políticas nos

<sup>48</sup> “Conseguiu a afeição de Trajano, e, por acção dos preceptores de uns meninos que Trajano amava com maior apego [...]” (Élio Esparciano, *Adriano*, II. VII).

<sup>49</sup> [...] “Adriano não havia sido adotado por Trajano” (Dion Cássio, *História Romana*, LXIX. I.I).

<sup>50</sup> Como agradecimento ao apoio político, Adriano homenageia a sua patrona: “Por essa altura, elevou em Nemauso uma basílica de admirável beleza em honra de Plotina” (Élio Esparciano, *Adriano*, XII. II).

bastidores graças, principalmente, a Plotina. Adriano se desculparia com o Senado pela “lépida” nomeação. Não obstante, presta as honras divinas devidas a Trajano, algo que todos concordaram sem oposição, segundo a *História Augusta*<sup>51</sup>.

Como já aludido anteriormente a ascensão de Adriano fora marcada por intensas disputas políticas e de poder, intrigas e o favorecimento de uns em detrimento de outros. Isso nos diz muito a respeito do contexto no qual Suetônio estava inserido. E podemos pensar que os seus escritos irão carregar inúmeras questões do seu tempo histórico, a começar pela intensa violência que marcaria o governo de Adriano, visto como um usurpador que chegou ao cargo que ocuparia por conta de acertos políticos e favorecimentos pessoais. A violência na e contra a aristocracia romana é, portanto, uma marca singular do livro de Suetônio, *A Vida dos Doze Césares*, justamente o que biógrafo vivenciava em seus tempos. Além disso, uma série de execuções contra homens da mais distinta ordem, o Senado, marcou o início do principado de Adriano. De acordo com a *História Augusta*, Adriano ficou com a imagem de sanguinário e violento, devido a mortes intensas dos conjurados do seu principado, observemos:

Escapou à conjura que Nigrino, com a cumplicidade de Lúcio e muitos outros, preparara para a altura em que Adriano estaria a realizar um sacrifício; e isto apesar de Adriano o ter designado como seu sucessor. Por isso, por ordem do senado, contra a vontade de Adriano, como ele próprio diz na sua autobiografia, foram mortos Palma, em Tarracina; Celso, em Baías; Nigrino, em Favêncio; Lúcio, em viagem. Daí que Adriano, para contradizer a fama tão sinistra que ganhara, por ter consentido que tivessem sido mortos, de uma só vez, quatro ex-cônsules, se tenha dirigido imediatamente para Roma, depois de confiar a Dácia a Turbão, que fora honrado com insígnias de poder idêntico ao do prefeito do Egito, para que tivesse mais autoridade. [...] Também no senado, perdoadas que foram aquelas acções passadas, jurou que não mais puniria um senador, senão por sentença do senado (Élio Esparciano, *Adriano*, VII.I-IV).

Devido a tais tensões, Adriano tentaria continuamente agradar a ordem senatorial, tentando se reaproximar e distribuindo benesses das mais diversas formas, com o objetivo de apagar o que se acometeu no início de seu governo. Tal contorno político se fazia necessário; segundo Gonzalo Bravo, “sem julgamento prévio violou os

---

<sup>51</sup> “Solicitou honras divinas para Trajano em uma carta dirigida ao senado, e até bastante aprimorada; pedido que mereceu a concordância de todos, ao ponto de aquele órgão votar, por sua própria iniciativa, honras para Trajano que Adriano não tinha requerido. Ao escrever ao senado, pediu desculpa por lhe não ter deixado a decisão sobre o seu poder, no pressuposto de que fora aclamado de forma intempestiva pelos soldados, porque o Estado não podia permanecer sem um imperador. Como o senado lhe destinou o triunfo, que era devido a Trajano, ele recusou-o para si próprio e conduziu a efígie de Trajano no carro triunfal, para que, mesmo depois da morte, o melhor dos imperadores não perdesse a dignidade do triunfo. Quanto ao título de Pai da Pátria, que lhe foi oferecido, recusou-o logo na altura e, de novo, mais tarde, pois que já Augusto o alcançara tardivamente” (Élio Esparciano, *Adriano*, VI. I-IV).

regulamentos atuais e abriu um precedente perigoso contra os privilégios da instituição senatorial” (Bravo, 1998: 448). E na *História Augusta* vemos a ordem senatorial sendo trazida para junto do círculo íntimo imperial do *princeps*, analisemos:

Convidou os melhores elementos do senado para a intimidade da majestade imperial. Rejeitou os jogos de circo que lhe foram decretados, à exceção dos que se destinavam a celebrar o seu aniversário natalício. Quer nas assembleias quer no senado, afirmou amiúde que iria dirigir o estado, de forma a deixar claro que se tratava de um domínio do povo e não pertença sua. Fez com que muitos fossem cônsules pela terceira vez, já que ele próprio o tinha sido; e cumulou um sem número de pessoas com a honra de um segundo consulado. Mas quanto ao seu próprio terceiro consulado, além de o exercer somente por quatro meses, durante o decurso deste administrou frequentemente a justiça. Esteve sempre presente nas sessões formais do senado, se se encontrava na Urbe ou nos arredores desta. Encareceu de tal modo o estatuto do senado pela renitência em nomear senadores, que, ao elevar Atiano, já antes revestido com as prerrogativas consulares, do cargo de prefeito do pretório à categoria de senador, disse ostensivamente que nada tinha de mais distinto que lhe pudesse oferecer. Não permitiu aos cavaleiros julgarem senadores, nem na sua ausência nem em sua presença. Com efeito, era então costume que, quando o imperador instruísse processos, convocasse para o conselho senadores e cavaleiros e proferisse a sentença por comum acordo de todos. Em suma, abominava os imperadores que se não tinham mostrado deferentes para com os senadores (Élio Esparciano, *Adriano*, VIII. I-X).

Um ponto importante pode pender para uma apreciação de Suetônio ao seu patrono imperial, Adriano. Ao longo das biografias dos imperadores, Suetônio denuncia, crítica e alerta para a arrogância, a dissimulação e o poder absoluto que os tidos “maus imperadores” tiveram para com o Senado. Na *História Augusta* parece que Adriano buscava fazer o inverso, com o objetivo de prestar honras e equilibrar os poderes, preservando as antigas tradições e famílias ilustres. Tais ações parecem uma tentativa de amenizar a sua imagem perante a ordem, inclinado a assumir a “pantomima augustana”.

Adriano faria mudanças políticas significativas no decorrer de seu governo, a começar na sucessão de cargos públicos, chegando a remover antigos aliados (Élio Esparciano, *Adriano*, IX.VI). Inclusive, uma significativa mudança se daria na destituição do prefeito do pretório Septício Claro e de seu secretário pessoal, o próprio Suetônio. A *História Augusta* narra que Adriano, apesar de ser generoso diante dos seus, dava ouvidos a fofocas e intrigas, transformando muitos de seus amigos em inimigos, como fora o caso de Suetônio e seu patrono Septício Claro<sup>52</sup>, um ponto crucial que dera fim a carreira de ambos. A *História Augusta* aponta que tal desavença ocorreu por conta da proximidade

<sup>52</sup> “[...] deu facilmente ouvidos às bisbilhotices acerca dos amigos, ao ponto de, mais tarde, tomar quase todos – quer os melhores amigos, quer os que elevou às mais altas honras – como inimigos: tal foi o caso de Atiano, Nepos e Septício Claro” (Élio Esparciano, *Adriano*, XV. II).

nada usual entre eles e a imperatriz Sabina. Para este episódio poderíamos alavancar a hipótese de que a obra de Suetônio, não foi bem aceita pelo *princeps* Adriano, podendo este imperador perceber as críticas veladas nos escritos de Suetônio. Concomitantemente, a semelhança dos principados dos maus imperadores com o de Adriano, poderia ser uma das causas da destituição dos cargos de Suetônio e Septício Claro.

Outro fato impactante na vida pessoal do imperador foi a perda de seu amado, Antínoo. A *História Augusta* nos diz que Adriano ficou arrasado com a perda, chegando a dar algumas versões sobre o que de fato ocasionou a fatalidade. O sentimento de Adriano para com Antínoo era tão forte que o imperador o deixou eternizado em sua própria residência: a Vila de Adriano. De acordo com Evelyne Azevedo: “Tratava-se de sua residência imperial afastada de Roma e incluía uma série de edifícios que a tornaram um espaço monumental, não só por suas dimensões, mas também pela riqueza de sua decoração” (Azevedo, 164 e 167: 2014). Por fim, a perda de Antínoo culminou na sua divinação com aprovação do Imperador, examinemos:

Ao seu querido Antínoo perdeu-o enquanto navegava pelo Nilo, e chorou-o como faria uma mulher. De facto, há diferentes versões: uns asseveram que ele se sacrificou por Adriano; outros o que a beleza dele e a volúpia de Adriano mostra. A verdade é que os Gregos o divinizaram com a anuênciam de Adriano, afirmindo que por ele foram proferidos oráculos, os quais, diz-se, teria sido o próprio Adriano a compor (Élio Esparciano, *Adriano*, XIV.V-VII).

A postura de Adriano se aproximara da adotada por Calígula quando divinizou sua irmã, Drusila, após sua morte precoce (Suetônio, *Calígula*, XXIV). O exagero com o luto, o relacionamento visto como impróprio pela ótica dos biógrafos, são elementos semelhantes nessas *vidas*. Não obstante, a divinização e o culto por parte de províncias orientais a esses sujeitos, são características equivalentes que estão postas como sinais de excesso e desespero dos *princeps* biografados, algo não conceituado no meio aristocrático senatorial.

Destarte, vemos também algumas conglutinações que podem denunciar o contexto político de Suetônio. Se inquirirmos a conjuntura e as influências egípcias (A Vila Adriana é um exemplo profícuo) na Roma Antiga no período de Adriano, poderemos chegar a uma hipótese a respeito do contexto vivido pelo autor e o contexto anterior narrado por ele (aqui especificamente o reinado de Calígula). Assim, Suetônio se comunica com o seu tempo nas narrativas do passado.

No que diz respeito ao Egito, parece ser um ponto de transvimento para a sociedade romana, em especial na observação que fazemos na obra suetoniana. Calígula absorvera muito da cultura egípcia, sobretudo da religião e na perspectiva de Suetônio, parecia querer adotar um modelo egipcianizante em seu principado; a ponto de querer mudar a capital do império para Alexandria. Suetônio critica esse poder autocrático em sua obra, buscando esses lugares-comuns para desluzir a imagem de Calígula. Adriano faz algo parecido na construção de sua Vila, como afirma Evelyne Azevedo:

Que relação, portanto, existia entre Adriano e o Egito? Durante a sua permanência no poder, ele encomendou mosaicos, afrescos e esculturas que remetessem ao Egito, restaurou templos dedicados à Isis e sua divindade de culto pessoal era o deus Serápis. Ao produzir um conjunto arquitetônico e escultórico específico para a Villa, Adriano escolheu as características egípcias que ele queria representar. Não se tratava, portanto, de um modelo de alteridade, mas da criação de um novo modelo simbólico. Apropriado de um conjunto de elementos anteriores, recuperados por ele e ressignificados. Apropriar-se de elementos da arte egípcia, não denotava, contudo, que seu significado intrínseco era conhecido, bastava, entretanto, que esses elementos fossem reconhecidos como tal (Azevedo, 168: 2014).

Na narrativa da *uita da História Augusta*, Adriano também é representado com uma certa impiedade e soberba para com os seus<sup>53</sup>, ao ponto de suas crueldades serem cada vez mais expostas mesmo no leito da sua morte (Élio Esparciano, *Adriano*, XXV.VIII). Relata-se que ele gostava sempre de ter certeza das coisas, até mesmo no saber, querendo rivalizar com grandes mestres da época<sup>54</sup>. Segundo relatos, Adriano estava muito debilitado por conta da sua saúde, pelo desgosto incessante pelo que passava e, o desejo, constante de abraçar a morte o quanto antes (Élio Esparciano, *Adriano*, XXIV.VIII-XIII).

Adriano ainda adotou Élio Vero César que faleceu e, posteriormente, adotou Ário Antonino, que ficaria conhecido como T. Élio César Antonino. A *História Augusta* afirma que Adriano morreu odiado por todos no dia 10 de julho de 138 d.C., na presença de seu filho adotivo, Antonino (Élio Esparciano, *Adriano*, XXV.VII). Para demonstrar o descontentamento do Senado para com o Imperador, o biógrafo narra que a ordem nem

<sup>53</sup> Porém, ao mesmo tempo temos de ressaltar que a fonte nos diz que o *princeps* governava pela dignidade e não através da bajulação; não obstante, Adriano aparenta ter um caráter de fácil maleabilidade, mudava constantemente, e isso lhe renderá muitas críticas negativas. Segundo André Luiz Leme: “[...] é o caráter sempre oscilante de seu comportamento o grande destaque: austero e afável, sério e extrovertido, lento e rápido no agir, mesquinho e generoso, dissimulado e sincero, cruel e piedoso” (Leme, 82: 2015).

<sup>54</sup> “E, embora se expressasse com desembaraço em prosa e em verso e fosse grande conhecedor de todas as artes, todavia punha sempre a ridículo os professores de todas as disciplinas, como se ele próprio fosse mais entendido, desdenhava deles e humilhava-os” (Élio Esparciano, *Adriano*, XV.X).

queria lhe prestar as honras divinas como de costume aos césares, só o fizeram por clemência de seu sucessor<sup>55</sup>.

Ao analisarmos as *vidas* de Calígula e Nero em Suetônio, percebemos algumas características que convergem com a *uita* de Adriano na *História Augusta*. Por exemplo, em relação ao caráter luxuoso que levavam as suas *vidas*. Suetônio fala da construção da *Domus Aurea* de Nero como um excesso (Suetônio, *Nero*, XXXI.I-II), se refere a essa obra na parte de infâmias e crimes (*Probra ac scelera*); comenta sobre os banquetes e festas de Calígula - na parte da sua *uita* em que é caracterizado como *monstrum* - como algo fora da realidade, um luxo custoso ao estado (Suetônio, *Calígula*, XXXII e XXXVII). Calígula também é descrito como invejoso e cruel para com os seus (Suetônio, *Calígula*, XI - XXVI.I. XXXVII - XXXVI). Enquanto tanto Suetônio, quanto Élio Esparciano mencionam respectivamente a libido exacerbada com homens e matronas romanas como características de Calígula e Adriano (Élio Esparciano, *Adriano*, XI.VII; e Suetônio, *Calígula*, XXIV - XV - XXXVI). Dentre muitos aspectos que podemos fazer ligações entre Calígula e Adriano destacamos, por fim, dois locais comuns associados aos *princeps*: Baías e Putéolos. Adriano, inclusive, sendo enterrado em Puteoli (Élio Esparciano, *Adriano*, XXV.VII). Como já mencionado, na *uita* de Calígula essas duas localidades representam a devassidão e o excesso do filho de Germânico, um ponto de travessia.

### 1.3.3 Suetônio entre a transição política

Feito o breve escólio sobre a conjuntura política dos principados nos quais Suetônio esteve inserido, particularmente o principado de Adriano, sobre o qual Suetônio possivelmente escreveu sua obra, nossa intenção é refletir sobre as informações expostas e dialogadas. Através dessa inquirição podemos compreender o meio político no qual Suetônio estava inserido e a importância de sua obra.

Obras como a *História Augusta* ou *A Vida dos Doze Césares* são inegavelmente carregadas de uma certa parcialidade que visava atender aos interesses da classe senatorial. Geralmente quem tinha acesso às informações eram homens eruditos que podiam, portanto, exercitar a escrita histórica e biográfica com frequência, atendendo à

---

<sup>55</sup> “Contra o falecido muitas coisas foram ditas por muita gente. O senado queria revogar os actos dele. Nem sequer teria sido proclamado divino se Antonino não o pedisse. Este, por fim, construiu-lhe um templo por túmulo e instituiu um concurso quinquenal, flâmines, uma confraria do culto e muitas outras mercês que dizem respeito a quem é honrado como uma divindade” (Élio Esparciano, *Adriano*, XXVII).

perspectivas tradicionais das elites romanas. Assim narravam as *vidas*, pois segundo José Luiz Lopes Brandão: “Virtudes como *virtus*, *clementia*, *iustitia*, *pietas* reconhecidas e catalogadas na sequência do principado de Augusto, consagraram um ideal imperial que se vê que continua válido no momento da redacção, para a apreciação do governo dos imperadores. E a perspectiva é claramente senatorial” (Brandão, 13: 2011). Destarte, a crítica da elite letrada se firma, comumente, nos valores tradicionais<sup>56</sup>, o *mos maiorum*<sup>57</sup>, analisando as virtudes e vícios de seus personagens.

Suetônio participou desse momento de transição política e de tensão. Como vimos, Adriano não foi bem aceito por parte de alguns aristocratas, o que gerou forte oposição no começo de seu principado, terminando por assassinar alguns de seus opositores, mesmo sendo estes provenientes das mais antigas famílias romanas. Logo, o biógrafo estava ciente do contexto no qual vivia, e o seu pensamento político podia ter sido transmitido através de suas obras.

Adriano venceu a disputa pelo principado, mas haviam muitos candidatos ao posto, o que naturalmente gerou descontentamento de outras camadas. Todavia, Leme (2015: 48-49) indica que o fato de Trajano não ter indicado um sucessor tivera um cunho político pacificador, visto que o *princeps* em questão, estava em campanha de expansão territorial. Entretanto indicar um sucessor direto poderia desencadear um conflito bélico, retirando o foco do que realmente importava na época: conquistar territórios.

Ao analisar a obra suetoniana podemos trazer algumas inquietações, sobretudo com relação ao seu grupo político. Afinal, Suetônio era um partidário de Adriano ou seu inimigo político? Destarte, temos que ter em mente que Suetônio sobreviveu a transição de poderes, manteve seu cargo, sendo até elevado a um maior. Portanto, não acreditamos

---

<sup>56</sup> Um dos grandes valores tradicionais dos romanos estaria ligado a dignidade e, no que concerne a Paul Veyne: “‘Dignidade’, essa é a grande palavra! Não se tratava de uma virtude de respeitabilidade, mas de um ideal aristocrático de glória; todo grande se apaixona por essa dignidade que possui, como o Cid se apaixona por seu ponto de honra. A dignidade se adquire, aumenta e pode ser perdida” (Veyne, 2009: 99). Outro fator importante é a respeito de se reconhecer um membro da classe governante, sendo ele distinguido dentre os demais, tais aspectos tipificados, segundo Paul Veyne com: “A severidade das maneiras e da linguagem mostrava melhor o homem de autoridade; todo notável deve ser reconhecido também pela boa educação (*pepaideumenos*), que culmina na cultura literária e no conhecimento da mitologia. Preferia-se nomear senador ou mesmo chefe de departamento pessoas conhecidas por sua cultura, sob pretexto de que saberiam escrever os papéis oficiais em bela prosa; as escolas de retórica tornaram-se viveiros de administradores, pois a cultura elevava a seus próprios olhos o conjunto da classe governante” (Veyne, 2009: 99).

<sup>57</sup> Rocha argumenta que o *mos maiorum* “São valores morais e políticos daquela sociedade especialmente relacionados aos grupos de maior projeção social, os quais recorriam e se apoiam na tradição, ‘*mos maiorum*’, no sentido de tanto defender como criticar determinadas ações e comportamentos no ambiente público”. (Pereira, 2002: 64).

ser *A Vida dos Doze Césares* um ataque direto ao *princeps*. Porém, Suetônio em seu trabalho catalográfico, volta-se ao passado como referência para seu presente, daí remeter ao surgimento do principado, ao contexto dos primeiros doze césares. E é nessa perspectiva que Suetônio disserta sobre alguns aspectos em comum que possam remeter o passado ao seu presente, projetando o seu movimento político para narrar os vícios e virtudes dos primeiros governantes do Império. Nas palavras de Leme,

Nesse sentido, apresentar frente à “sociedade política”, ambiente de Suetônio, um quadro histórico a respeito do que é o Principado e, principalmente, trabalhar com a vida de seu mais alto representante, o príncipe, acaba ganhando um significado especial quando compreendemos essa tarefa como parte de um esforço maior: o autor, no que também podemos considerar aqui um posicionamento político, desejava desenvolver e estimular uma reflexão a respeito de seu presente, avaliando o seu momento histórico tendo por base uma construção referencial, teórica, do passado. Passado que, na inteligibilidade do discurso característico à construção narrativa de Suetônio, não deixava de oferecer incontáveis e dignos exemplos sobre o que poderia ser considerado, no vasto âmbito das relações políticas, uma ação positiva ou negativa, um comportamento elogioso ou reprovável da parte do governante romano, do príncipe. Dessa forma, naturalmente e sutilmente, Suetônio colocava as ações e os comportamentos de Adriano, ao início de seu Principado, sob a apreciação crítica do passado, ou seja, de toda a tradição política romana que, com César e Octaviano, se renovara (Leme, 84: 2015).

O ponto a ser debatido são os efeitos da obra suetoniana no principado, especificamente, no governo do *princeps* Adriano, podendo ajudar na sua popularidade ou servir como arma dos críticos aristocratas. Entretanto, Leme (2015: 84) exemplifica com uma análise interessante, uma “correlação de analogia” temporal. O efeito do texto de Suetônio só seria sentido entre os seus contemporâneos se algo narrado os fizesse lembrar do seu presente, das suas circunstâncias políticas. E como vimos, algumas caracterizações de principados precedentes faziam confluir com o presente suetoniano. Portanto, sua obra deixa entrever algumas possibilidades, alternativas e contextos, presentes nessas *vidas* em comum.

Suetônio buscava ressignificar o seu presente através do relato das *vidas* biografadas do passado, propondo a ponderação a respeito das duas épocas. Consequentemente, acabaria por desenfrear uma reflexão no público a respeito do principado ao qual estavam presentes. É inconcusso que as *uita* dos tidos maus imperadores acabam convergindo com o relato que dispomos da *uita* de Adriano, especialmente ao elencar os lugares de amplificação da retórica dos vícios dos *princeps*, em que o biógrafo permite a digressão e elenca com diversas anedotas, objetificando caracterizar o que considera ser um mal exemplo. O lugar-comum se refere ao Oriente,

em especial ao Egito, palco da disputa de poder entre membros ilustres da antiga República romana.

## 2. INFLUÊNCIAS LITERÁRIAS NA OBRA SUETONIANA

### 2.1 Patronato e clientelismo no círculo de Suetônio

Na Roma Antiga, a esfera do patronato/clientelismo criaria um forte vínculo dos pertencentes a tal estrato. Suetônio, como pudemos perceber nas páginas anteriores, era oriundo de uma família não muito abastada, mas proveniente da ordem equestre e de uma elite provincial. Sua ascensão na carreira pública se deveu aos favores de dois indivíduos que acabaram sendo seus patronos: Plínio, o jovem e Septício Claro. Segundo Venturini: "No modelo político romano, as candidaturas e a busca de apoio político se faziam por meio da recomendação de um indivíduo à carreira pública. Tratava-se de uma relação de caráter pessoal que dependia de um “patrono-amigo” (Venturini, 2001: 215). Porém, o patronato não era apenas uma relação política de trocas de favores, era ao mesmo tempo uma relação de amizade e fidelidade, uma instituição e um rito. Todos orgulhavam-se de ser *amici*, patronos e clientes. No que concerne a relação desses indivíduos, Renata Lopes Biazotto Venturini diz que:

A *amicitia* dentro do contexto político do patronato, era algo engendrado e natural entre os indivíduos. A *amicitia*, que poderíamos traduzir muito genericamente por “amizade”, sugeria diversas formas de envolvimento social. Quando nos referimos à instituição da *amicitia* já deixamos transparecer tal diversidade. Ela significava uma relação entre os *amici*, na qual a afetividade vinha se ligar às determinações pragmáticas da vida política. [...] a *amicitia* não era somente um laço subjetivo de afeição, mas também uma ligação objetiva baseada na assistência mútua e na *fides*, isto é, na lealdade entre os *amici* (Venturini, 2001: 216).

Podemos definir o patronato como uma instituição da sociedade romana, em que o sujeito recebia atenção por conta da sua influência material e moral, o que dava ao indivíduo autoridade e dignidade públicas e proporcionava uma agremiação de *amici* ao seu entorno (Venturini, 2001). Tal situação representa bem o círculo literário de Plínio, do qual nosso biógrafo era membro. Portanto, o patronato era uma relação pessoal entre desiguais em que ocorria uma troca recíproca, por conseguinte, o patronato agia como um sistema para a reprodução do poder. Mais do que isso, as relações patronais atuavam como uma rede de apoio em que os cidadãos eram dependentes e conheciam suas distintas disparidades sociais e de poder. Leni Ribeiro Leite define que a relação patronal se estabelecia com base na fidelidade entre as partes envolvidas, “era uma relação baseada tão-somente na *fides*. Ou seja, historicamente conhecemos o patronato como uma relação

moral e social – jamais legal” (Leite, 2003: 20). Tratava-se de uma relação que envolvia trocas recíprocas entre os indivíduos, era portanto, uma rede de forças de benesses mútuas. Suetônio se beneficiou do apoio de seu patrono Plínio e posteriormente de Septício Claro. Foi graças a Plínio, como vimos, que Suetônio pôde exercer o seu cargo de advogado e depois de bibliotecário imperial, um cargo público para pessoas proeminentes. Plínio era amigo pessoal do imperador Trajano e este lhe concedeu o governo de uma província, o que demonstra que Suetônio era muito bem relacionado na corte imperial, tendo em vista a influência que Plínio exercia diante do imperador. Sobre o controle e o poder dos patronos, Leite argumenta que:

Normalmente o patrono tem controle de forças econômicas e políticas que podem beneficiar o cliente, como apoio e proteção. O cliente, por sua vez, oferece solidariedade (o que inclui votos, quando necessário), contribui para o prestígio de seu patrono, bem como presta assistência financeira em casos de necessidade imediata de capital, ou mesmo serviços diretos (Leite, 2003: 20).

Suetônio se encaixa na primeira categoria de cliente, assim definida por Paul Veyne<sup>58</sup>: “os que desejam fazer carreira pública e contam com a proteção do patrono” (Veyne, 89: 2009). Numa correspondência de Plínio endereçada ao *princeps* Trajano, vemos um pedido em favor de seu amigo equestre. Portanto, Plínio é patrono de Suetônio e cliente de Trajano, Trajano presenteia Plínio com o governo na província da Bitínia. Dessa forma, Suetônio foi beneficiado indiretamente pelo *princeps* Trajano, por intermédio de Plínio. Destarte, a conjuntura do patronato levava a quem estava distante do núcleo de poder a se aproximar, por intermédio dos que habitavam na órbita do principado. O patronato permitiu que o poder do *princeps* fosse sentido por todo o império, segundo Wallace-Hadrill:

O sistema político romano em todos os tempos, demonstrou algum tipo de direito regional na representação no governo. Entretanto, o acesso era mediado através de indivíduos. Foi essa inacessibilidade ao centro, exceto através de círculos pessoais, que gerou o poder do patronato, e foi através do exercício deste poder que o patronato promoveu a integração social sem limites e assegurou o controle social<sup>59</sup> (Wallace-Hadrill, 1989: 74).

---

<sup>58</sup> Plínio tratou de ajudar o seu *amici* a galgar cargos importantes. Podemos definir que para Plínio isso também era importante, pois tinha olhos e ouvidos na corte, quando não pudesse estar presente. Portanto, obtinha as informações antes mesmos de serem postas em prática, podendo se defender ou atacar no universo da corrupção palaciana quando fosse preciso.

<sup>59</sup> Tradução livre.

De acordo com Paul Veyne: “Às vezes patronato constituía mais uma aposta sobre o futuro que um efeito do estado das coisas” (Veyne, 2009: 100). Apostar em Suetônio e o manter dentro da esfera administrativa do principado beneficiava diretamente a Plínio, pois sua rede de clientes prosperava e sua amizade e relação para com o *princeps* só se fortalecia. Vejamos a descrição de Plínio sobre Suetônio endereçada a Trajano, exaltando seu *amici*:

Por muito tempo, meu senhor, eu tenho admitido em meu círculo de amigos Suetônio Tranquilo, o mais digno, honrável e instruído homem, por quem tenho tido grande admiração do caráter e conhecimento, agora tenho começado a amá-lo mais, o quanto mais eu me aproximo dele (Plínio, o jovem. *Cartas X.CIV*).

Plínio escreveu a Trajano solicitando um benefício para seu cliente, Suetônio. Plínio pedia ao *princeps* que concedesse a Suetônio o *ius trium liberorum*. Portanto, toda a apologia feita a Suetônio tinha um determinado fim. O *ius trium liberorum* (direito de três filhos) fora uma medida criada nos tempos de Otaviano para incentivar os cidadãos a terem filhos legítimos dentro do matrimônio. Segundo Góes: “Tal direito concedia muitos privilégios, desde a restituição de herança e desobrigação de ser um tutor, até mesmo as prioridades para votos e ocupação de cargos antes da idade usual” (Góes, 2015: 22). Suetônio não chegou a ter filhos com sua esposa; destarte, a influência administrativa e política do Imperador, por pedido de Plínio, estaria sendo solicitada. Trajano o responderia de forma positiva, demonstrando a relação de amizade e fidelidade que ambos detinham. De acordo com Richard Saller: “O Imperador assegurava a lealdade de um círculo interno de amigos com sua benesse e lhes concedia os recursos para construir seus próprios clientelismos, cuja lealdade era indiretamente assegurada” (Saller, 1982: 78). Foi graças ao poder de Trajano que Plínio conseguira o favor para o seu *amici* Suetônio. Vejamos o trecho da carta de Trajano em resposta a Plínio:

Meu caro Segundo, você está claramente ciente do quão raro eu tenho concedido estes favores, mesmo no Senado, onde eu regularmente declaro que não tenho excedido o número que seria o suficiente para mim, pois esta é a mais augusta ordem que eu tenho preservado. Entretanto, eu atendi ao seu pedido e ordenei que fosse inscrito nos meus registros que eu concedi o 'direito de três filhos' a Suetônio Tranquilo, sujeito às minhas condições habituais (Plínio, o jovem. *Cartas X.XCV*).

Plínio ascendeu a carreira política no principado de Domiciano. Com a morte deste *princeps*, Plínio precisava dar conta das mudanças políticas, caso quisesse permanecer na órbita da corte imperial. Não obstante, precisou apresentar fidelidade a

Nerva e aos seus descendentes, daí a aproximação e amizade com Trajano, o que lhe renderia a nomeação de governador da província da Bitínia.

Plínio parece ter sobrevivido bem à mudança de principado e encontrado um lugar como *amici* e cliente do *princeps* Trajano. Através das análises das cartas percebemos Plínio cumprindo suas funções de governador, perfazendo tudo quando lhe cabia ao cargo da função confiada, sempre buscando conselhos e ajuda de seu patrono sobre aspectos da sua governança em busca de agradar o *princeps*. Conforme afirma Beard:

As cartas mostram-no inspecionando escrupulosamente as finanças das cidades locais, relatando ao imperador o estado dos serviços públicos e pedindo que sejam enviados arquitetos e engenheiros de Roma.

Qualquer parecer do imperador demoraria pelo menos dois meses para chegar a Plínio, mesmo supondo que a resposta fosse expedida imediatamente após a chegada da carta ao palácio. Mas Trajano respondia regularmente, e seu tom ocasional de irritação sugere que as cartas haviam sido ditadas ou esboçadas pelo próprio, e não simplesmente deixadas aos cuidados de algum subordinado (Beard, 2017: 468).

Percebemos o caráter íntimo e de amizade que Trajano e Plínio possuíam. Os clientes de Plínio indiretamente eram também clientes de Trajano, portanto se fazia necessário a "inspeção" sobre o que seus clientes produziam e como poderia atingir o principado; afinal, tinham de demonstrar lealdade para com o patrono imperial. Partindo desse ponto, chegamos à conclusão que Suetônio fora influenciado por Plínio quando dissertou suas biografias. No final da *uita* de Domiciano temos uma clara exaltação aos céssares que vieram depois de Domiciano, vejamos:

Dizem, também, que o próprio Domiciano sonhou que lhe nascera uma bossa de ouro atrás do pescoço e que nisso vira presságio certo de que depois dele o Império seria mais feliz e mais florescente. Foi o que efetivamente aconteceu daí a pouco, graças à moderação e à generosidade dos príncipes que lhe sucederam (Suetônio, *Domiciano*, XXIII.II).

Destacamos a tentativa de Suetônio em exaltar o principado no qual estava inserido. O patronato fluía através de uma rede de confluências que levavam ao Imperador, por intermédio das benesses que o mesmo concedia, beneficiando mutuamente todos ao seu redor. Analisando a natureza do patronato entre Plínio, Suetônio e Trajano, ao que parece, Plínio foi um personagem ímpar na carreira pública de Suetônio.

Outro personagem de carreira pública que seria patrono de Suetônio foi Septício Claro, futuro prefeito do pretório. Septício Claro ocupou a prefeitura do pretório entre

119 e 121 d.C., no início do principado de Adriano, quando Suetônio exercera o cargo de *ab epistulis*, como confirma a *História Augusta (Adriano XI.III)*. Posteriormente, ambos foram destituídos de seus cargos e demitidos da carreira pública. O cargo de Septício certamente proporcionou a indicação de Suetônio para o cargo público de secretário do *princeps*.

A carreira pública era uma função importante na Roma Antiga, um símbolo de status, pois apenas cidadãos ilustres – geralmente de famílias patrícias e tradicionais – ocupavam tais funções. Suetônio como vimos, fora beneficiado pelo patronato de Plínio e Septício Claro, respectivamente. Portanto, a ajuda desses patronos proporcionou a Suetônio a ascensão na carreira pública<sup>60</sup>.

Suetônio demonstra a gratidão para com seus patronos, em especial a Septício Claro, mencionando e agradecendo ao seu patrono na dedicatória de seu célebre livro. Apesar da introdução da obra suetoniana ter lamentavelmente se perdido, podemos encontrar os “principais elementos indicativos do seu momento de composição, a metodologia de análise e escrita do autor, os objetivos da obra e seus destinatários” (Leme, 2014). Graças ao historiador bizantino, João Lido (490 – c. 575), sabemos que Suetônio dedicou seu trabalho ao prefeito do pretório, quando este comenta em sua obra *Magistratibus Reipublicae Romanae*<sup>61</sup>.

Suetônio era um erudito e literato, portanto, a forma de eternizar sua fidelidade para com seu patrono veio através dos seus escritos. Entretanto, esse patronato seria interrompido pelo próprio imperador Adriano, o que ocasionaria o afastamento de Suetônio da vida pública e, consequentemente, de Roma. Logo, a escrita de sua obra está intimamente relacionada com a natureza do patronato, seus aspectos e suas implicações na sociedade romana. Destarte, deve-se enfatizar a importância do clientelismo/ patronato para o convívio social dos cidadãos, sem o qual Roma não seria a mesma e tampouco a obra de Suetônio.

---

<sup>60</sup> A respeito da importância da carreira pública, Paul Veyne afirma: “Pois “levar vida política” – ou “exercer funções públicas” – não constituía uma atividade especializada: era a realização de um homem plenamente digno desse nome, de um membro da classe governante – que se considerava apenas humana -, de uma pessoa privada ideal; não ter acesso aos cargos públicos à vida política da cidade, equivalia a ser mutilado, homem de baixa condição” (Veyne, 2009: 103).

<sup>61</sup> Joannis Laurentii Lydi (II.VI): “Tranquillus igitur Septimio, qui tum erat praefectus praetorianarum cohortium, Caesarum vitas exponens, praefectum eum praetorianorum ordinum, et phalangum ducem esse ostendit”.

## 2.2.1 O poder incutido nas palavras de Suetônio

A palavra exerce uma forma de poder. Afinal, a escrita atende a um objetivo singular de uma determinada pessoa ou grupo, podendo querer legitimar ou denegar o sujeito. Se pensarmos no grupo social ao qual Suetônio pertencia, podemos asseverar que o biógrafo atendia ao interesse da classe senatorial. Destarte, suas biografias tem um determinado fim e um interesse de um grupo e representam o poder da classe senatorial. De acordo com Mafalda Maria Leal de Oliveira e Silva Frade (2007), devemos pensar a escrita biográfica como um processo de mudança que veio junto com a instauração do Principado, pois a figura a ser retratada mudou. Nas palavras de Frade:

Com a instauração do Principado por Augusto, às virtudes é associado o nome do imperador (por exemplo, *Pax Augusta*), num processo de personalização em que o centro não é já o povo romano, mas o *princeps* e o culto pessoal com ele relacionado. Com os Césares que se seguiram, manteve-se esta linha de conduta, sendo cuidadosamente escolhidas as virtudes a apresentar, de forma a que a reputação do imperador então reinante fosse a melhor possível (Frade, 2007: 497).

Não obstante, cabe ao biógrafo representar as virtudes e vícios dos césares biografados, pois está nas mãos de Suetônio o poder de escrever essas *vidas*. Portanto entendemos que seus escritos têm o poder necessário para causar ignomínia ou elevar a figura dos *princeps*. De acordo com Roger Chartier:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (Chartier, 1990: 17).

Indubitavelmente, os escritos de Suetônio ecoam até nossos dias, suas palavras marcaram o mundo ocidental. Suetônio criou a imagem perfeita de seus personagens, captando o gérmen da vida imperial e o cotidiano dos imperadores. De acordo com Mary Beard, os imperadores romanos são figuras presentes no cotidiano do ocidente “seus rostos não só nos encaram em museus e galerias de arte como figuram em filmes, propagandas e charges formais” (Beard, 2022: II).

Como já exemplificado, a imagem dos césares parece ser a égide moral para balizar comportamentos contemporâneos, principalmente no meio político<sup>62</sup>. Os bons e maus imperadores vêm à tona para serem o exemplo de comportamento para os políticos modernos. Segundo Beard “com o passar dos séculos, Calígula e Cláudio ainda dão o que falar, muito mais do que Carlos Magno, Carlos V ou Henrique VIII. A influência deles vai muito além da biblioteca ou do auditório de palestras” (Beard, 2022: II). Podemos dizer que o princípio de vícios e virtudes, o qual, seria o papel da biografia fora alcançado, ao ponto de serem exemplos que medem até as forças dos políticos da nossa era. De acordo com Mirian Hisae Yaegashi Zappone, “A história literária não é um processo linear..., mas um conjunto aberto de possibilidades já que sentidos novos podem ser vistos e textos antigos” (Zappone, 2019). Conte alerta para a estratégia do autor em gerar um texto e qual a finalidade do seu escrito, cativando o seu público-alvo, portanto, o seu objetivo depende da recepção de quem lê e escuta. Na concepção de Gian Biagio Conte:

[...] para ser mais preciso, um texto literário é um produto cujo destino interpretativo pertence a seu mecanismo gerativo. Gerar um texto significa ativar uma estratégia que prevê o movimento de outros. Em minha perspectiva da memória poética em geral e da alusão em particular, tentei mostrar como o autor pressupõe a competência de seu próprio Leitor-Modelo. Hoje eu iria mais longe e diria que o autor estabelece a competência do Leitor-Modelo, isto é, o autor constrói o destinatário e motiva o texto a fazê-lo. O texto institui cooperação estratégica e a regula (Conte, 1986: 30).

Benito Mussolini recorreu às estruturas da Roma Antiga em busca da restauração do Império Romano, buscando a glória de outrora para legitimar seu sistema político, o fascismo. Segundo Beard, “[...] Benito Mussolini recrutou os rostos de Júlio César e seu sucessor, o imperador Augusto, para seu projeto fascista, e chegou a restaurar o imponente mausoléu de Augusto, no centro de Roma, como monumento – ainda que indireto – a si próprio. Não era só uma vitrine” (Beard, 2022: 22). Esse episódio serviu para demarcar o papel importante da obra suetoniana e das fontes da antiguidade<sup>63</sup>, evidenciando seu poder

---

<sup>62</sup> As *vidas* de Suetônio atingem, desse modo, um efeito social no leitor contemporâneo. A obra deve fomentar o discernimento a respeito da vida e incentivar alterações. Concomitantemente com Hans Robert Jauss: “a função social somente se manifesta na plenitude de suas possibilidades quando a experiência literária do leitor adentra o horizonte e expectativas de sua vida prática” (Jauss, 1994: 50).

<sup>63</sup> A importância da obra suetoniana se revela por suscitar um efeito de sentidos, recuperado em eras distintas, pois seu modelo está a serviço de um exemplo. Segundo Jauss: “A obra de arte antecipa caminhos de experiências futuras, imagina modelos de pensamento e comportamento ainda não experimentados e contém uma resposta a novas perguntas” (Jauss, 1994: 39). Ao tratarmos do “contexto”, podemos elencar também que Mussolini, em sua concepção, tentava restaurar um passado glorioso no qual Roma era um grande império e dominava as relações na bacia do Mediterrâneo. Sobre o contexto e sua historicidade, segundo Robson Tadeu Cesila: “Quando se leva em conta o contexto histórico-cultural na análise de um poema, por exemplo, já se está fazendo análise intertextual, pois a história nos chega através de discursos,

e uso como ferramenta que ressignifica novos poderes. Trata-se de um dos exemplos da História Antiga presente “hoje”. Sob o ponto de vista de Beard:

Para o bem ou para o mal, boa parte do público moderno já tem uma ideia formada acerca das figuras imperiais mais famosas, antes mesmo de ver qualquer escultura, camafeu ou moeda romana. Enxergamos o antigo pelas lentes do moderno (Beard, 2022: 39).

Ao pensarmos a obra de Suetônio como um elo de ligação com o passado imperial e analisarmos seus escritos, podemos perceber o poder que exerce no mundo ocidental como uma fonte clássica, canônica, dos tempos de grandes figuras políticas. Entretanto, dentro da perscrutação, não vemos apenas a narrativa de uma vida, revelando também incômodos políticos de uma elite insatisfeita, e traços de autocracia, cultura, moralismo, conspiração e assassinato. A narrativa de Suetônio está, portanto, carregada de elementos de poder. Todavia, os escritos suetonianos também fomentariam prazer e potenciais efeitos no público leitor, embora não possamos captar quais seriam esses efeitos no público, sabemos que durante a análise das vidas os efeitos se atualizam. Segundo Wolfgang Iser:

[...] O texto literário é considerado, por conseguinte, sob a premissa de ser comunicação. Através dele, acontecem intervenções no mundo e nas estruturas sociais dominantes e na literatura existente. Tais intervenções manifestam-se enquanto reorganizações daqueles sistemas de referência, os quais o repertório do texto evoca (Iser, 1996: 15).

Quando acadêmicos perfazem as *vidas* dos maus imperadores e analisam, estudam e ressignificam certos aspectos, as lembranças suscitadas são modificadas, postas a novas perspectivas. Trata-se do jogo da interpretação, do que Suetônio quer transmitir, pois o autor também é um leitor e joga o jogo. É interessante pensarmos neste aspecto, Suetônio quer eternizar os seus biografados na memória coletiva e nada como um rumor anedótico para suscitar no público a curiosidade. Segundo Brandão:

Ao apresentar estas histórias, Suetônio sabe que o leitor não as esquecerá e, ao ligá-las a determinados traços dos imperadores, dá-lhes valor ético. Podem ser apenas rumores ou maledicência, mas correspondem à leitura que Roma fazia, por vezes certamente exacerbada, da pessoa de cada césar. Neste sentido, o imperador é visto como um actor diante do público de Roma que ora aplaude, ora pateia. Além disso, os rumores contribuem para a persuasão do leitor: se se explora o seu conteúdo, servem para acentuar determinados vícios [...] É um monumento ao *Italum acetum*, onde o biógrafo denota o seu gosto do escândalo

---

de textos, e fazer referência ao contexto histórico é, portanto, fazer referência a uma série de textos que nos dão acesso a esse contexto” (Cesila, 2013: 13). Apesar do autor abordar questões de poema, aplico também essa explicação ao caráter biográfico, pois trata-se de uma obra literária, utilizada em um contexto moderno.

e da maledicência que o leitor poderá censurar, mas não deixará de ler nem esquecerá facilmente. A prova do êxito de Suetônio é que estas informações se tornaram famosas e, juntamente com os ditos célebres, são das primeiras coisas que se aprendem sobre César, quer se queira, quer não (Brandão, 2009: 76-78).

Dessa forma, Suetônio atinge o seu escopo, ao eternizar os pormenores de seus biografados. Especialmente dos maus imperadores, que ficaram para a posteridade: Nero o incendiário; Calígula o louco; Tibério o avarento; Júlio César o ditador e Augusto o melhor de todos. Os atos tidos como excessivos e crueis, são ainda mais elucidados e marcantes, não esquecendo as anedotas libidinosas da vida privada do imperador. Suetônio soube escolher bem suas rubricas.

Destarte, o devemos questionar como essa obra influenciou/influencia o nosso cotidiano, nosso modelo político e nossos exemplos. De acordo com Iser: "A leitura só se torna um prazer no momento em que nossa produtividade entra em jogo, ou seja, quando os textos nos oferecem a possibilidade de exercer as nossas capacidades" (Iser, 1999: 10). Sobre o jogo do texto, Iser salienta que:

Os autores jogam com os leitores e o texto é o campo do jogo. O próprio texto é o resultado de um ato intencional pelo qual um autor se refere e intervém em um mundo existente, mas, quanto o ato seja intencional, visa a algo que ainda não é acessível à consciência. Assim o texto é composto por um mundo que ainda há de ser identificado e que é esboçado de modo a incitar o leitor a imaginá-lo e, por fim, a interpretá-la. Essa dupla operação de imaginar e interpretar faz com que o leitor se empenhe na tarefa de visualizar as *muitas* formas possíveis do mundo identificável, de modo que, inevitavelmente, o mundo repetido no texto começa a sofrer modificações. Pois não importa que novas formas o leitor traz à vida: todas elas transgridem - e, daí, modificam - o mundo referencial contido no texto (Iser, 1979: 107).

Nessa perspectiva, Suetônio traslada ao leitor a viver o século I na Roma Antiga, entretanto o leitor – da nossa época, especificamente – está inserido nesse jogo. Portanto, as *vidas* tem o seu papel firmante, são exemplos e modelos do que podem ou não ser seguidos. Destarte, de acordo com Iser, “O significado do texto, no entanto, não é inherente, mas é atribuído e alcançado apenas por meio do movimento do jogo. [...] Quanto mais o leitor é atraído pelos procedimentos a jogar os jogos do texto, tanto mais é ele também jogado pelo texto. Assim novos jogos emergem” (Iser, 1979: 111-116). Portanto, o jogo do texto na obra de Suetônio também pode ser encarado como uma característica do poder incutido em seus escritos, e essa narrativa prestigiosa foi e ainda pode ser

utilizada e ressignificada a determinados interesses. Os césares ainda estão presentes em nosso mundo.

### **2.2.2 As camadas que compõem a narrativa**

Ao pensarmos em biografias tendemos a diferenciá-la de outros gêneros literários, pois aprendemos que história, romance, poema e biografia são distintos em sua construção textual. Entretanto, na Antiguidade, biografia e história não tinham um tutorial bem definido, ambas convergiam, dificultando o entendimento de onde começa ou termina determinado gênero. Como veremos, a biografia antiga detinha várias camadas de ingerência de outros gêneros, “[...] era uma proposta de escrita sobre o passado que, recebendo influências de outros gêneros e ao mesmo tempo apresentando importantes inovações, estava em pleno desenvolvimento” (Leme, 2014: 41).

Entendemos que na Antiguidade história e biografia não tinham fronteiras realmente definidas, tal qual dispomos hoje. Todavia, podemos perceber que existem alguns usos a depender de determinados fins. Para os gregos haveria uma distinção narrativa entre história e biografia, estabelecida como um gênero “diferente”. Destarte, para os romanos a biografia estaria ligada à História, sendo um mesmo gênero literário, embora narrado de forma díspar. Vejamos o que diz Plutarco a respeito do pensamento grego sobre história e biografia:

Dado que a quantidade de realizações a considerar é enorme, não vou fazer qualquer outra introdução que não seja pedir a benevolência dos meus leitores; se eu não incluir todos os feitos notáveis destes homens ou não fizer uma descrição exaustiva em cada caso, e me ficar, na maior parte dos assuntos, por uma síntese, que não reclamem. É que não é História o que me proponho escrever, mas sim Biografia. A verdade é que nem sempre os atos mais relevantes são os mais reveladores de excelência ou de vício; em contrapartida, muitas vezes um episódio insignificante, um dito ou uma anedota, pode ser mais expressivo de um caráter do que batalhas com milhares de mortos, grandes paradas militares, ou cercos a cidades. Assim, do mesmo modo que os pintores, ao produzirem um retrato, se fixam no rosto ou na expressão dos olhos, que são o espelho do caráter, e pouca atenção prestam às restantes partes do corpo, seja-me também permitido dedicar-me sobretudo aos sinais da alma e, a partir daí, retratar a vida de cada um deles. As grandes façanhas e lutas que travaram deixo-as para outros (Plutarco, *Alexandre*, I.I-II).

É perceptível que Plutarco e Suetônio dispõem de vasto material e fontes de consulta para escrever as biografias. De acordo com Jean Orieux, “o biógrafo tem de reunir o maior número possível de conhecimentos sobre um personagem histórico, a fim de se aproximar, tanto quanto possível, da sua verdade viva, com o máximo de precisão,

de autenticidade e de probidade” (Orieux, 1994: 39). E o interesse de ambos é agrupar um grande número de fatos e anedotas e descrever seus personagens a partir dessas informações.

Em nossa memória sempre nos lembramos dos atos mais polêmicos envolvendo as vidas dos imperadores da Roma Antiga. São as anedotas dos maus imperadores que ficaram gravadas e eternizadas nas paredes do tempo histórico, pois como observa Brandão: “É frequente apontar-se a Suetônio a pecha de atribuir acriticamente demasiado valor aos rumores. Muitas das anedotas referidas podem até ser falsidades, mas a verdade é que circulavam e, por isso, são reais e contribuem para recriar o ambiente social de Roma” (Brandão, 2009: 73). Como em todas as eras, o público fica ávido por intrigas das personalidades públicas e de grande poder, quanto mais maledicente for o rumor, com mais rapidez tende a se espalhar. François Dosse, traz outra dimensão a respeito da anedota, afirmando que Suetônio recorre a ela quando quer revelar um traço específico do biografado e demonstrar o seu caráter, pois: “Ao evocar as aberrações sexuais e as crueldades de que por vezes dão mostras seus Césares, atribui-as ao abuso do poder absoluto. É por uma escala de valores morais que são julgados os Césares pelo biógrafo, o qual distribui os pontos bons e maus num quadro de doze verbetes com múltiplas variações” (Dosse, 2015: 135). É o caráter, como diria Plutarco “a alma do biografado”, que humaniza o personagem e o que mais interessa aos notáveis biógrafos, ajudando a definir um objetivo histórico e biográfico na Antiguidade.

Na narrativa biográfica podemos identificar diversos traços históricos que os biógrafos acabam soltando, como quando Suetônio deixa escapar uma fonte, uma frase atribuída a uma personalidade importante, uma lei, ou seja, detalhes que ajudam a personificar o aspecto histórico de uma época na biografia, enriquecendo os “grandes contextos” (Guarinello: 2003). Segundo José Petrúcio de Farias Júnior:

[...] o que confere legitimidade histórica a uma biografia são as alusões que o próprio biógrafo faz a autores ou obras do período em que registra. Esse procedimento condiz com a atuação de um historiador como pesquisador o qual se debruça em um vasto material de pesquisa para concretizar sua investigação. Então, constatado o compromisso do biógrafo em não abandonar o repertório de fontes de sua própria época, a biografia transforma-se, com efeito, em material histórico. No limite, o pano de fundo das biografias revela um material riquíssimo para o historiador (Júnior, 2007: 3).

Averiguemos o trabalho histórico que Suetônio desenvolveu ao perquirir o local de nascimento do imperador Calígula. O biógrafo já inicia sobre a incerteza quanto ao

lugar exato da natividade do *princeps*, devido às diferentes versões. Cita Plínio, o Jovem, afirmando que Calígula nasceu em Tréveris (atual Trier, na Alemanha), no vilarejo de Ambitárvio, e apresenta a inscrição em um altar como prova: “ao parto de Agripina”. Enquanto, Cn. Lêntulo Gentúlico, afirma que nasceu em Tibur (atual Trívoli, comuna italiana da região do Lácio). Todavia, Suetônio se utiliza de documentos oficiais para refutar seus predecessores e afirmar que Calígula nasceu em Âncio, vejamos:

Eu mesmo encontrei nos Atos oficiais que ele nasceu em Âncio. Plínio refuta Getúlico, como se ele houvesse mentido com o intuito de bajular, para acrescentar ao elogio de um príncipe jovem e sedento de glória o fato de ter nascido numa cidade consagrada a Hércules, e mais audacioso foi no uso da mentira porque quase um ano antes um filho de Germânico também chamado Caio César havia nascido em Tibur, de cuja doce infância e morte prematura falamos anteriormente. Contra Plínio pesa o argumento do tempo. Pois aqueles que ficaram encarregados das memórias de Augusto consentem que Germânico foi enviado à Gália depois de seu consulado, quando Caio já havia nascido. E a inscrição do altar em nada ajuda o argumento de Plínio, pois Agripina teve duas filhas naquela região, e o termo “puerperium” designa qualquer tipo de parto, sem distinção de sexo, já que os antigos chamavam também às meninas de “pueras”, assim como os meninos de “puellos”. Há também uma carta de Augusto, escrita à sua neta Agripina poucos meses antes da morte daquele, sobre este Caio (pois naquele tempo não lhe restava nenhuma outra criança com este nome): “Combinei ontem com Talário e Asílio que eles levarão o menino Caio, se os deuses permitirem, no décimo quinto dia antes das calendas de junho. Envio com ele, além disso, um de meus médicos, sobre o qual escrevi a Germânico que pode ficar com ele, se quiser. Fica bem, minha Agripina, e esforça-te por chegar saudável ao teu Germânico”. Julgo ser bastante evidente que Caio não poderia ter nascido lá, já que somente quando tinha quase dois anos, foi levado para lá de Roma. Estes mesmos argumentos retiraram também a legitimidade dos versos com a mesma facilidade, visto que são anônimos. Deve-se seguir, portanto, o único testemunho que resta e a autoridade do arquivo público, sobretudo porque Caio sempre preferiu Âncio a todos os lugares e refúgios, da mesma maneira como se prefere o solo natal e diz-se que, cansado de Roma, quis transferir para lá a sede e a morada do Império (Suetônio, *Calígula*, VIII).

A construção narrativa de Suetônio para designar o local de nascimento de Calígula é notável, pois o biógrafo utiliza-se de diversos materiais à sua disposição para construir a hipótese e termina com uma conclusão que leva ao ouvinte/leitor a dar credibilidade ao seu trabalho de historiador, descrevendo no percurso investigatório a realização de um trabalho sério de erudito no uso das fontes disponíveis.

Se a história tendia a ser mais abrangente e descrever os fatos vistos como realmente importantes, a biografia se pautaria em falar de agentes históricos específicos, mas também não deixaria de revelar ocorrências importantes. Ou seja, apesar da prioridade do gênero ser o conteúdo biográfico, as preocupações históricas se revelam na

discrição da cada principado<sup>64</sup>. Vejamos o que diz Cornélio Nepos e Cícero sobre a história:

Pelópidas de Tebas, mais conhecido pelos historiadores que pelo povo, sobre cujas virtudes hesito a respeito do modo como irei expor. Pois receio, se eu começar por explicar os fatos, não narrar a vida dele, mas que pareça que eu escreva história (Cornélio Nepos, *De Viris Illustribus*, XVI. I).

A história é a testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestre da vida, mensageira do passado (Cícero. *De Oratoria*, II. XXXVI).

Revelar “fatos” e “acontecimentos” era o que guiava o pensamento histórico entre os romanos. Narrar o passado para ensinar e moldar o futuro era uma forma de trazer as memórias de um povo orgulhoso de suas raízes mitológicas e heroicas. Para um romano a história se misturava com os grandes acontecimentos que envolviam a cidade. Em especial, podemos investigar qual o objetivo da história<sup>65</sup> e biografia para os antigos, sem perder de vista que ambas confluem ao mesmo tempo em que se distinguem, em uma relação literária paradoxal.

### 2.2.3 Biografia e as tradições helênicas

A palavra “biografia” foi documentada pela primeira vez no século V a.C. Surge possivelmente na Grécia Antiga, e seu significado advém da língua grega *bios*, que significa “vida” e *graphein*, que tem o sentido de “escrever”. Portanto, biografia significa “escrever uma vida”<sup>66</sup>, “narrar uma vida”. Biografia como entendemos tem como objetivo “narrar os acontecimentos da vida de um indivíduo”. Maria Aparecida de Oliveira Silva define biografia como:

A palavra biografia (*βιογραφία*) deriva do substantivo *Bios*, que significa “escrever”, “descrever” e “desenhar”, o que resulta em algo como “escrever sobre o modo de vida de alguém durante o seu tempo de vida”. Note o aspecto temporal contido em *Bios*, pois, quando nos remete à noção de “duração de vida”, traz ao nosso imaginário à percepção de tempo, que no caso de uma

<sup>64</sup> André Luiz Leme parte do princípio de que devemos encarar a obra de Suetônio, *Os doze césares*, como um documento histórico revelador não apenas da sociedade do século I. d.C., mas do próprio tempo do autor, pois: “Dessa forma, o trabalho de Suetônio surge aos nossos olhos como uma manifestação, por parte do autor, estreitamente relacionada ao seu próprio contexto, a saber, ao seu pensamento e interesses específicos nele” (Leme, 2015: 26).

<sup>65</sup> Segundo Maria Aparecida de Oliveira Silva, na Antiguidade a História é vista como um acontecimento coletivo, sem dar enfoque ao individual, buscando compreender as nuances das sociedades estudadas (Silva, 2008).

<sup>66</sup> François Dosse acrescenta mais um significado etimológico à palavra: “maneira de viver”.

personagem está relacionado ao seu nascimento, vida e morte. Em razão dessa temporalidade marcada pela duração da existência humana que a palavra *Bios* apresenta, a estrutura narrativa básica de uma biografia então corresponde a registrar o 'modo de vida' de sua personagem desde o nascimento até a morte [...] Outro elemento interessante contido na formação desta palavra é o verbo *yáqēiv* significa ainda "desenhar", o que nos leva à representação imagética do biografado. (Silva, 2015: 33).

É interessante o termo “desenhar” que a autora utiliza, de fato, quando nos debruçamos e analisamos as *vidas* dos césares de Suetônio nos deparamos com as características físicas de seus biografados, aspectos sempre apontados pelo biógrafo em cada vida. Sobre o fenômeno da caracterização fisionômica Maria Aparecida de Oliveira Silva diz: "Não por acaso, o biógrafo apresenta características físicas de sua personagem, visto que são elas que acentuam os traços de sua persona, o arquétipo do biografado, ou seja, a "marca principal" de um indivíduo: o seu caráter" (Silva, 2015: 33). Vejamos como Suetônio descreve Calígula<sup>67</sup> em sua biografia:

Era de alta estatura, cor pálida, corpo enorme, mas com pescoço e pernas extremamente magros, têmporas e olhos côncavos, testa larga e ameaçadora, cabelo ralo e calvo no topo da cabeça, mas com um corpo peludo. Razão pela qual era considerado crime e motivo de pena capital falar em bodes, sob qualquer pretexto, ou olhá-lo de cima quando ele passava. Seu rosto já naturalmente feio e horrendo ele tornava ainda mais bestial, treinando diante do espelho todo tipo de terror e espanto. Não era saudável nem de corpo, nem de espírito (Suetônio, *Calígula*, L.I-IV).

A biografia parece ter sido escrita perpassando a vida do indivíduo e julgando sua *uita* sob a ótica moralizante. Partindo desse pensamento, os defeitos são enumerados por tópicos que serão detalhados para um determinado fim. O biógrafo destaca e organiza as virtudes e os vícios para demonstrar o caráter do biografado. Nas palavras de Silva e Dosse, respectivamente:

O biógrafo conta a história de vida de uma personagem ilustre para que seus sucessos e insucessos sirvam de exemplo para os de seu tempo e os vindouros. A eficiência de seus ensinamentos está na sua capacidade de harmonizar caráter e ações, a partir das quais se depreende que a virtude manifesta-se em nossos atos, que é impossível separar o feito do agente sob a perspectiva moral (Silva, 2015: 40).

---

<sup>67</sup> Sobre os aspectos físicos na biografia, em especial na vida de Calígula, Brandão argumenta que “Os defeitos físicos eram, na época, mais significativos do que hoje nos possa parecer, dada a importância da fisiognomia. [...] O retrato físico de Calígula encontra-se na parte em que se descreve o monstro, isto é, onde se referem os *uitia*, que são incomparavelmente mais numerosos que as virtudes. Os traços físicos – que Calígula exagera em frente ao espelho, para provocar terror – são o resultado psicofísico da desordem mental (*Cal.* 50-51). Nesse sentido, o aspecto tem interesse enquanto denuncia o caráter do homem que está à frente dos destinos do Império” (Brandão, 2009: 36).

Prestou-se ao discurso das virtudes e serviu de modelo moral edificante para educar, transmitir os valores dominantes às gerações futuras. O gênero biográfico participa, pois, de um regime de historicidade no qual o futuro é a reprodução dos modelos existentes, que devem perpetuar-se (Dosse, 2015: 123).

É necessário recuar brevemente para a etimologia da palavra biografia, pois ainda não definimos muito bem sua origem e seu uso. Muitos autores afirmam que surge com os gregos, entretanto Arnaldo Momigliano e Marcel Benabou têm outra teoria. Ambos acreditam que a biografia surgira entre os persas e os gregos, consequentemente, aprenderam com eles. De acordo com Benabou, “As origens desse gênero são antigas, relacionadas, sem dúvidas, ao desejo de tornar, através da escrita, memórias às vidas de grandes personagens mortos” (Benabou, 1975: 15). Ainda adentraremos com mais afinco a respeito da influência grega nas biografias e como convergiram com os escritos romanos, culminando no caráter estilístico da escrita suetoniana. Por hora, nos atentemos ao que Momigliano analisa.

É importante termos em mente a possível influência da historiografia persa nesses escritos, pois acaba por desencastelar uma série de pressupostos acerca da “superioridade” ocidental, sobretudo na esfera do gênero literário<sup>68</sup>, em especial o biográfico. Segundo Momigliano:

Scylax escreveu uma biografia de Heráclides, o tirano de Milasa. Tanto o escritor quanto o seu objeto viveram na esfera persa. Em Heródoto as melhores histórias pessoais (por exemplo, a biografia de Democedes) provêm do Leste. A Grécia metropolitana forneceu a Heródoto muito pouco material biográfico. Até mesmo Tucídides dá atenção aos detalhes biográficos apenas quando seus heróis – Pausânias e Temístocles – estão nas fronteiras do Império persa. Suspeitamos que os gregos da Ásia Menor estivessem mais interessados em detalhes biográficos do que os gregos, por exemplo, de Esparta ou de Atenas (Momigliano, 2019: 34).

Momigliano (2019) na primeira parte de seu livro, *As raízes clássicas da Historiografia Moderna*, disserta a respeito da influência persa na historiografia grega e judaica<sup>69</sup> e aborda o tema das biografias e autobiografias. O autor sustenta a hipótese de

<sup>68</sup> Apesar de trazer à tona essa importante informação, Arnaldo Momigliano afirma que “Esses elementos de influência oriental direta são bastante interessantes por si só, mas são, em boa medida, conjecturais e não foram decisivos de modo algum para o futuro da historiografia grega e judaica” (Momigliano, 2019: 39).

<sup>69</sup> A começar pelos relatos bíblicos autobiográficos de Neemias e Esdras, segundo Momigliano: “Hoje é geralmente reconhecido que os dois fragmentos autobiográficos não podem ser tratados de forma isolada em relação à longa tradição oriental de escrita na primeira pessoa” e continua “tanto Esdras quanto Neemias deram um toque judaico à tradição oriental genérica - mas também especificamente persa de escrever autobiografias na primeira pessoa” (Momigliano, 2019: 36).

que os escritos biográficos (gregos e judaicos) tiveram forte incentivo persa. Nas palavras de Momigliano:

Há claramente elementos orientais tanto na historiografia judaica quanto na grega, mas estes devem ser atribuídos a um cenário cultural comum do Império Persa mais do que a uma influência persa específica. Se há uma influência persa específica, ela está limitada ao uso de documentos e, talvez, ao estilo autobiográfico (Momigliano, 2019: 37).

Momigliano também relata as experiências gregas com relatos autobiográficos. Cita que os escritos de Nestor, Ulisses, Hesíodo, Heráclito tinham algo em comum, pois falavam sobre si mesmos, segundo Momigliano: “A poesia lírica e a tragédia estão repletas de relatos na primeira pessoa” (Momigliano, 2019: 37). Destarte, a autobiografia como uma prosa mais longa é algo raro na Grécia Clássica; entretanto, o autor exorta dois personagens importantes que fizeram tais relatos no século V a.C., Íon de Quíos e Hecateu de Mileto, “tanto Hecateu quanto Íon de Quíos pertenciam à cultura jônica, em que as influências orientais eram muito sentidas” (Momigliano, 2019: 37). Entretanto, compreendemos que ao chegar entre os gregos a biografia tomou uma nova característica. Sobre a biografia helênica, Natália Frazão José afirma que:

[...] a biografia helênica, mesmo não sendo considerada como parte integrante da Escrita da História, passa a desempenhar uma nova função, conseguindo um papel de maior destaque dentro da sociedade grega, assim como os que eram biografados. Tais personalidades não possuíam nada de privado, de íntimo, de sigiloso. Não havia nada em sua vida que não estivesse exposto, sujeito à avaliação pública da sociedade (José, 2011: 45).

Mikhail Bakhtin (2014) ressalta que na literatura grega clássica existem dois tipos importantes de autobiografias: o primeiro tipo denominado de “platônica”, segundo o autor: “Esse tipo de conscientização autobiográfica do homem está ligado às formas rígidas de metamorfose mitológica, em cuja base encontra-se o cronotopo o caminho de vida do indivíduo que busca o verdadeiro conhecimento” (Bakhtin, 2014: 250). Não obstante, o que mais se assemelha com as camadas biográficas suetonianas é o segundo tipo grego, o qual o autor denomina como “autobiografia e a biografia retórica”. Bakhtin salienta que a base do segundo tipo grego se encontra no “[...] *enkomion*, o discurso civil, fúnebre e laudatório [...]” (Bakhtin, 2014: 251).

Dentre as camadas que compõem a narrativa biográfica podemos destacar a filosofia. A investigação de uma vida tinha por objetivo destrinchar a personalidade do

sujeito biografado. A busca pela verdade e a neutralidade moldou a ferramenta de pesquisa de tais relatos elaborados por eruditos (José, 2012). Aristóteles propunha a narrativa dos acontecimentos de uma vida somente a partir da vida adulta, pois eram dignos de registros somente a vivência a partir da maioridade do sujeito (Silva, 2015).

Sobre a influência aristotélica, Bakhtin afirma que:

Aqui, antes de tudo, é preciso notar a influência de Aristóteles sobre os métodos caracterológicos dos biógrafos antigos, justamente a doutrina da enteléquia como fim último e, ao mesmo tempo, causa primeira da evolução. Essa identificação aristotélica do fim e do princípio não podia deixar de exercer importante influência sobre as particularidades do tempo biográfico; daí a maturidade completa do caráter como verdadeiro início da evolução. Aqui realiza-se uma “inversão caracterológica” original que exclui o verdadeiro porvir do caráter. Toda a juventude do homem é tratada somente como prefiguração da maturidade. Um certo elemento dinâmico se introduz somente por uma luta de tendências e de emoções e pelo exercício da virtude para lhe dar estabilidade. Tal luta e tais exercícios só reforçam as propriedades do caráter já existentes, mas sem criar nada de novo. Permanece como base a essência estável do homem completo” (Bakhtin, 2014: 258).

Sobre o *enkomion*<sup>70</sup> no século IV a.C, Xenofonte e Isócrates foram os grandes nomes desse modelo de escrita. Utilizando-se de elementos biográficos, os louvadores se baseavam na retórica antiga demonstrativa, epidíctica, buscando o elogio e a recognição do sujeito biografado. Produziram as obras *Agesilao* e *Vida de Evágoras*, respectivamente. Como artifícios retóricos, não buscavam a desonra na imagem do sujeito, mas elevá-los, elogiá-los e bem dizê-los. Sobre os trabalhos de Xenofonte e Isócrates, André Luiz Leme diz:

De fato, são trabalhos que possuem fundamentalmente a intenção de ilustrar as qualidades morais e dignificantes dos biografados, traçando um perfil elogioso de tais personalidades. Na estrutura narrativa são descritas as ações (de maior ou menor amplitude e importância) respectivas a cada um desses homens, mas que justamente colaboravam na construção e evidência do caráter positivo e valoroso deles; tornavam-se, aos olhos do texto, plenos exemplos de cidadãos perante a sociedade em que viviam, ou seja, modelos a serem seguidos (Leme, 2014: 42).

Mikhail Bakhtin destaca a autobiografia de Isócrates como o primeiro texto sob a forma de uma narrativa de apologia. A enorme influência da obra na literatura mundial, segundo Bakhtin: “é o relato apologético e público da própria vida. Os princípios para a

---

<sup>70</sup> Para Bakhtin, o *enkomion* era a imagem ideal da vida de um indivíduo em que estaria preparado para exercer uma posição de poder e concernia numa série de características para alavancar a virtude do biografado, pois “Tudo isso se revela, em seguida, no relato da existência do personagem glorificado” (Bakhtin, 2014: 255).

construção da imagem pessoal são os mesmos que constroem as imagens dos personagens defuntos no encômio”. Diversos são os elementos que compõem a narrativa, desde o social, profissional, privado, nacional, filosófico e até mesmo retóricos. Todos se juntam, amarram e confluem intimamente, “todos esses elementos são percebidos como perfeitamente homogêneos e formam uma imagem do homem única, integral e plástica” (Bakhtin, 2014: 255).

Não obstante, ainda devemos destacar no meio cultural grego, duas outras técnicas ímpares à constituição do gênero biógrafo: as narrativas peripatéticas e a alexandrina. Os peripatéticos, segundo José Luís Lopes Brandão, aperfeiçoaram a biografia. A técnica peripatética, buscou ser mais convencional, querendo caracterizar as diversas facetas das personalidades dos indivíduos<sup>71</sup>. Propõe a montagem de um quebra-cabeça representando as diversas personalidades do mundo antigo, desde políticos a artísticos que comporiam os retratos de uma época. A escola peripatética se caracterizava por ser um “[...] modelo de escrita adotado por grande parte desses autores trabalha com a trajetória de vida do biografado (nascimento, maturidade e morte), analisando, do ponto de vista de uma reflexão moral, suas diferentes ações, sejam elas boas ou ruins” (Leme, 2014: 42). Destarte, a biografia peripatética, objetivava ser a mais detalhada possível, querendo extrair dos biografados tudo que pudesse, em nome de um exemplo moral ou imoral, a ser seguido ou não, trazer a *uita* ao público. Nas palavras de Brandão:

Apesar de mais verídica e realista que o *encomium* – pois tem em conta os aspectos negativos, faz um retrato físico mais sistemático, refere o vestuário e os gostos pessoais –, é corrente (com base em preconceitos modernos) criticar-se a biografia peripatética por valorizar pouco a cronologia e descurar o contexto, por se polvilhar de anedotas, de pitoresco e divagações, só para divertir o leitor, por dar crédito a lendas, aceitar material de fontes duvidosas. A narrativa dos portentos que se geram à volta do nascimento, como prenúncio do brilhante futuro, torna-se um lugar-comum, transmitido, entre outros, acriticamente. O rigor histórico não era essencial (Brandão, 2009: 19).

A narrativa alexandrina estava mais preocupada na acumulação de dados eruditos, não tanto com a moral de seus biografados. O foco principal era na veracidade do que constava em seus escritos, a cronologia dos fatos narrados, e assim, realizavam um

---

<sup>71</sup> Segundo André Luiz Leme: “Estas narrativas são repletas de anedotas e apresentam uma estrutura de análise baseada em categorias, tais como a aparência física, vestuário e tipos de preferências pessoais do biografado” (Leme, 2014: 42). Uma característica marcante na biografia de Suetônio em que o biógrafo busca diversas caracterizações e especificações para definir o perfil do *princeps*. Percebemos o constructo de camadas de diversos ramos literários que ajudaram a construir a *vida* dos césares de Suetônio e conferem o caráter singular à obra suetoniana.

trabalho mais escrupuloso. Segundo Verger: “os filólogos alexandrinos não estavam interessados nos aspectos morais ou filosóficos dessas biografias, mas no acúmulo de dados acadêmicos. Eram, portanto, mais áridos, mas, por outro lado, buscavam mais a verdade dos fatos” (Verger, 1992: 12). Logo, a narrativa alexandrina se debruçava pela caracterização multisciente de seus biografados, se preocupando menos com as digressões e impressões a respeito dos vícios e virtudes.

#### 2.2.4 Biografias e as tradições latinas

Saindo da esfera grega e partindo objetivamente para a latina, observamos diversas influências sobre o gênero biográfico, dentre elas, o papel que as famílias desempenharam no processo de conservação da memória e biografia dos antepassados seria enorme. As *laudationes fúnebres* eram discursos proferidos a respeito do falecido, seus feitos, sua vida e trajetória. Há uma diversidade de modelos biográficos na cultura latina que podem ter servido de inspiração na escrita biográfica, dentre elas: *carmina convivalia*<sup>72</sup>, *neniae*<sup>73</sup>, *stemmata*<sup>74</sup>, *elogia*<sup>75</sup> e *laudationes funebres*<sup>76</sup>, que são elementos constituintes de uma tradição essencialmente romana de observação e valorização do indivíduo, sua vida pública e política.

A declamação pública sobre os homens ilustres está relacionada com a função familiar no acondicionamento da reminiscência e *vidas* dos *paterfamilias*. A família patriarcal surge em Roma como base dos discursos biográficos, um elo entre os que se foram e a futura geração que ainda participaria da vida pública. Segundo Bakhtin, “o cronotopo real é a praça pública [...]. Foi ali que, pela primeira vez, surgiu e tomou forma a consciência autobiográfica e biográfica do homem e da sua vida na Antiguidade clássica” (Bakhtin, 2014: 251).

A literatura romana fazia uso de longos discursos com o intuito de evocar a memória. Segundo Leni Ribeiro Leite (2013), devemos descrever a literatura romana como “auditiva” e não oral. Destarte, a importância do discurso e da recitação que eram

---

<sup>72</sup> “Canção que, realizada no momento de um banquete, tinha por objetivo rememorar os grandes feitos de um antepassado ilustre” (Leme, 2015: 32).

<sup>73</sup> “Antiga forma de lamento fúnebre que rememorava os bons feitos de um indivíduo” (Leme, 2015: 32).

<sup>74</sup> “Uma representação da árvore genealógica de uma determinada personalidade, traçando os seus vários graus de parentesco” (Leme, 2015: 32).

<sup>75</sup> “Inscrição funerária que apresentava os *tituli* do falecido, ou seja, seus vários cargos na política e no exército, suas ações e virtudes” (Leme, 2015: 32).

<sup>76</sup> “Um discurso público realizado em honra à memória de um personagem falecido; apresentada, sob uma alta carga retórica, um retrato elogioso de sua vida e de seus feitos” (Leme, 2015: 32).

fundamentais no âmbito político romano, pois valorizava a memória da família eternizada nas futuras gerações. Os romanos valorizam mais os discursos do que necessariamente os demais conteúdos escritos, "a recitação pública era, nesse período, a principal forma de divulgação dos textos literários, e talvez de alguma forma equivalente à publicação modernamente entendida" (Leite, 2013: 85). Através dos discursos poderia se utilizar de elementos retóricos, como o *pathos*, para suscitar emoção no ouvinte. De acordo com Leni Ribeiro Leite:

A literatura era então apreciada primeiramente através dos ouvidos, ao invés dos olhos. Ou seja, a literatura romana era feita para uma leitura que raramente dela fazemos hoje em dia: a auditiva. O impacto desse fato não só na apreciação do texto mas na sua própria composição é difícil de medir. Naquele contexto, as recitações eram a principal forma de divulgação e contato com os textos escritos, principalmente os literários – a leitura silenciosa era geralmente reservada a escritos em que o conteúdo era o essencial, e o estilo tinha pouca importância, tais como documentos legais ou de negócios (Leite, 2013: 85).

Na *uita* de Júlio César vemos Suetônio utilizando o gênero latino das *laudationes funebres*<sup>77</sup>, comprovando a premissa de Leite sobre a questão da oralidade. O hábito do elogio fúnebre parece ser uma das raízes da produção da biografia em Roma. Os discursos e recitações eram atributos dos bons cidadãos romanos, elevando a categoria da família em meio a *urbs*. Sabemos que a obra de Suetônio é herdeira de diversas outras tradições e gêneros estilísticos. Ademais, percebemos outros dois aspectos importantes: o primeiro, se refere ao cargo ocupado por Júlio César no momento em que discursou, visando demonstrar que o biografado cumpria à risca os cargos que os cidadãos da República romana deveriam galgar para serem proeminentes em suas carreiras. O segundo, tem a ver com o conteúdo do discurso em si; César, além de elogiar sua tia, resgata a memória dos ouvintes e chama a atenção para sua linhagem advinda dos deuses, consolidando e legitimando o poder e influência que a sua família<sup>78</sup> exercia em Roma, buscando não haver contestações a sua questura. Vejamos a passagem:

---

<sup>77</sup> Segundo Brandão, a *laudatio* são elogios aos antepassados falecidos, em que são elencados os cargos públicos que ocupou e os seus grandes feitos, além de fazer referências acerca da vida pessoal. A continuidade dessa prática levou a preservação dos discursos em arquivos familiares, e a utilização desses modelos fúnebres como fontes para os trabalhos literários vindouros, tal qual fez Suetônio, em uma exaltação da moralidade do falecido, são aspectos que influenciaram a produção da biografia romana (Brandão, 2009).

<sup>78</sup> O papel das famílias ilustres romanas era de extrema relevância para o aparato estatal da república, pois seriam esses aristocratas que governariam a esfera pública, ocupando cargos, legislando, marcando sua linhagem no percurso na história da república romana. Nas palavras de Mikhail Bakhtin: "Os ancestrais eram representantes do ideal nacional" (Bakhtin, 2014: 256).

Uma vez questor, tendo perdido sua tia Júlia e sua mulher Cornélia, pronunciou, como era de costume, o seu elogio fúnebre perante a tribuna. No elogio de sua tia, eis como se referiu à dupla ascendência da defunta e do seu próprio progenitor: “Pelo lado materno, minha tia Júlia descende de reis, pelo lado paterno, entronca nos deuses imortais. Com efeito, de Anco Márcio provém a dinastia real dos Márcios, nome de minha mãe; de Vénus, descendem os Julius, e nós somos ramo dessa família. Há, pois, na nossa raça quer santidade dos reis, que tão grande poder têm entre os homens, quer a majestade dos deuses, de quem depende o próprio poder dos reis” (Suetônio, *Júlio César*, VI).

Como sabemos, a história de Roma foi marcada por extrema violência e lutas políticas. Ao longo do século II. a.C., segundo José (2011), ocorreram intensas lutas de líderes políticos autocráticos e nesse entrevero latino, as biografias foram importantes, pois eram registros que narravam as vidas privadas de tais homens ávidos pelo poder, além de relatar os acontecimentos da época. Desse modo, a biografia era uma propaganda para elevar a imagem de um político ou vilipendiar o adversário.

Seguindo o fio das biografias em Roma, Marco Terêncio Varrão e Cornélio Nepos foram alguns dos primeiros biógrafos latinos. Suas obras utilizavam personagens gregos e romanos, fazendo a comparação entre eles. Cornélio Nepos seria uma espécie de predecessor de Plutarco, ao fazer biografias comparadas de homens ilustres, embora não só comparando gregos e romanos, mas chegando a comparar cartagineses e persas. Brandão salienta que Nepos escrevia na tradição peripatética, pois: “Na linha da tradição peripatética, escreve para divertir e moralizar: característica que também Suetônio apresenta. Mistura os capítulos relativos à vida privada com os da vida pública e os que seguem a ordem cronológica com o de carácter sistemático” (Brandão, 2009: 22).

No período republicano de Roma os *Annales* eram os registros históricos que contavam a história da sociedade romana, em especial o período dos primórdios de Roma até os do governo dos cônsules, preservando a memória e os feitos do passado. Tratava-se de uma escrita historiográfica responsável por registrar, sistematicamente, os acontecimentos pertinentes ao período. Tácito (55-120), viria a ser um dos grandes historiadores do período.

Não obstante, Tácito iria escrever uma biografia dedicada ao seu sogro, Agrícola. Na obra, *Sobre a vida e o caráter de Júlio Agrícola*, o autor profere elogios ao seu sogro, um importante senador e militar. Logo, percebemos a biografia sendo utilizada pelo historiador romano para um determinado fim, como bem definiu Plutarco: “o retrato da

alma”, mesmo escrevendo histórias, Tácito não se eximiu de utilizar a biografia para enaltecer um romano ilustre. A biografia estava ao seu serviço.

### 2.2.5 A biografia em disputa

Percebemos que entre os antigos havia um entendimento do que era uma narrativa histórica e biográfica, apesar de ambos os gêneros não serem propriamente definidos e não terem modelos únicos a serem seguidos, os gêneros confluíam entre si nessa época. Não obstante, com a figura do *princeps* orbitando o cenário político e social em Roma, as biografias passaram a se fazerem mais presentes. Nas palavras de Brandão,

Se, durante a República, se fazia história à volta da rotação anual dos cônsules, no Império, a unidade política é definida pelo tempo da duração de cada principado. Se, durante a República, prevalecia o registo dos acontecimentos e feitos levados a cabo pela comunidade do *senatus populusque Romanus*, com o advento do Império cresce o protagonismo da figura do *princeps* daquela colectividade: a pessoa do imperador, com os seus vícios e virtudes, torna -se o principal agente da história – e o registo biográfico impõe-se naturalmente (Brandão, 2009: 15).

Com o novo sistema político, a contagem do tempo foi modificada, agora, o principado é que iria evidenciar as atenções históricas romanas, o governo da pessoa do imperador, pois a partir de Augusto havia uma indefinição entre a pessoa do Imperador e o Estado, o que levaria ao clímax na ambiguidade das relações entre História e Biografia (Levillan, 2003: 146). Como já mencionado, Tácito escreveu os *Annales*, narrando a história do I século de Roma, enquanto Suetônio optou por escolher a biografia, por se tratar do governo de um só homem.

Sem dúvidas, o trabalho de Suetônio representou uma mudança quanto ao estilo biográfico da época ao descrever o governo imperial do primeiro século. Entre tantas influências na composição narrativa das suas biografias, fica claro que sua obra pretendia não somente esmiuçar vidas, mas também retratar um período histórico e político de um povo. Salientamos um aspecto da biografia de Suetônio que é muito importante: o seu aspecto não cronológico dos acontecimentos<sup>79</sup>. Tomemos por exemplo a vida de Augusto,

---

<sup>79</sup> Ao analisar a vida de Júlio César (Suetônio, *Júlio César*, XXXIV.I), muitas páginas já se passaram, deixando claro que o biógrafo não se preocupava com a cronologia quando diz: "Eis aqui, por ordem cronológica, a súmula dos actos que ele em seguida cumpriu". Destarte, Suetônio utiliza as rubricas não cronológicas para dar ênfase em acontecimentos que o autor considera importantes de serem descritos, que é o objetivo último da biografia.

Françoise Frazier define o tempo nas *vidas* como: “o *bios* atribui pouca importância ao tempo, pessoal ou histórico; só o que conta realmente é o tempo da narração, a marcha narrativa que reproduz em aparência

o autor diz: “Tal é o quadro sumário da sua vida. Vou examinar agora uma a uma as suas diferentes partes, não segundo a ordem cronológica, mas agrupando os factos, para que possam vê-los e conhecê-los mais nitidamente” (Suetônio, *Augusto*, IX). As vidas são analisadas por detalhes a caracterizar os seus biografados com o intuito de guiar o ouvinte/leitor para um julgamento moralizante do César,<sup>80</sup> de acordo com o pensamento do biógrafo. Suetônio inaugura uma nova forma de se escrever biografias na antiguidade com novas técnicas que se mesclam com as antigas, com novas funções e outros métodos.

De acordo com José:

A nova forma de se escrever uma biografia não se limitava mais à análise exclusiva dos acontecimentos de uma vida: estendia-se às características psicológicas, morais e físicas. Descreviam-se as ações políticas, militares e sociais. A biografia tentava concentrar em suas linhas um inventário completo sobre o biografado, perpassando por pontos que antes não lhe eram de tanta importância. Para tanto, a escrita biográfica passou a aderir novos objetos e, com isso, vieram novos métodos de investigação e de análise. Novos documentos, antes relegados apenas à História, passaram a fazer parte das linhas biográficas, atribuindo à biografia outra figuração em meio à sociedade romana e grega. A escrita biográfica mantinha, ainda, estreita relação com a memória, uma vez que pretendia resgatar a memória sobre um personagem. Tal escrita trabalhava com o imaginário das sociedades (José, 2011: 47).

A obra de Suetônio não pretende apenas legitimar a figura do imperador, mas todo o sistema político do principado romano. Suetônio não está à margem ou imune aos acontecimentos ao seu redor, traz consigo os acontecimentos para seus escritos.

Concomitantemente com Mikhail Bakhtin:

Ao falar sobre esse tipo clássico, é preciso antes de tudo notar o seguinte: essas formas clássicas de autobiografias e biografias não eram obras de caráter livreiro, desligadas do acontecimento político e social e concreto, e da sua publicidade retumbante. Ao contrário, elas eram inteiramente definidas por esse acontecimento, eram atos verbais cívico-políticos, de glorificação ou de autojustificação públicas. É justamente nas condições desse cronotopo real que se revela (se publica) a sua vida ou a dos outros, que se especificam as facetas da figura do homem e da sua vida, que se dão esclarecimentos definidos a respeito delas (Bakhtin, 2014: 251).

Desse modo, se justifica o caráter analítico das vidas dos césares de Suetônio, que caracteriza o bom imperador de acordo com os caminhos corretos da virtude e os maus

---

o curso da vida”. FRAZIER, Françoise. *Histoire et morale dans les Vies parallèles de Plutarque*, op. cit., p.55.

<sup>80</sup> Poderíamos pensar no conceito de proto-orientalismo aqui, visto que Suetônio, de uma classe tradicional, visa preservar o *mos maiorum*; todavia, quando o imperador passa a se “helenizar” mais do que “romanizar”, é um problema moral, segundo Brandão: “Suetônio avalia o papel dos imperadores na destruição ou preservação do tradicional modelo de vida romano” (Brandão, 2009: 33).

pela tirania e *hybris*. A forma com que Suetônio desenha e representa seus biografados é minuciosamente escolhida para atingir um determinado fim. Mesmo as cenas engraçadas, o hílare, está a serviço da moral, punindo tais comportamentos. Os defeitos são enumerados por tópicos que serão detalhados para um objetivo. Dentre os exemplos, o biógrafo destaca e organiza os defeitos e vícios para demonstrar o caráter do biografado. Um dos escopos de narrar as vidas é demonstrar os vícios e virtudes do *princeps* biografado, como exemplos para o bem ou mal<sup>81</sup>. Suetônio expõe a vida privada de tais césares, asseverando o seu interesse pela vida do homem público, pondo sua trajetória ao olhar e julgamento popular. De acordo com Mikhail Bakhtin:

Fica bem claro que tal homem biográfico (imagem do homem), não havia e não podia haver nada de íntimo-privado, de sigiloso-pessoal, de introvertido, nenhuma privatividade. Esse homem é aberto de todos os lados, ele está todo de fora nele não há nada “para si só” não há nada que não esteja sujeito ao controle e à avaliação público-estatal. Tudo aqui é público do começo ao fim (Bakhtin, 2014: 252).

Um ponto em comum das *vidas* suetonianas são os presságios precedentes ao assassinio dos maus imperadores, e a extrema violência de seus relatos. Como se percebe no relato de um não imperador, Júlio César, que fora alertado pelos idos de março, como também quando descreve o lado paranoico de Domiciano que repetidamente anuncia seu fim. O presságio é um aspecto muito importante da biografia, eles antecedem a morte dos biografados, e se unem tanto na esfera particular como na esfera pública. Segundo Bakhtin: "Os prodígio são um elemento importante para o início e a realização de todas as iniciativas e atos do Estado, que não dá um passo sem consultar os presságios" (Bakhtin, 2014: 256-257). Vejamos como Suetônio narra esse fenômeno na *Vida de Calígula*:

Houve muitos prodígio que prediziam sua morte. A estátua de Júpiter em Olímpia, que ele havia ordenado que se desmontasse e trouxessem para Roma, de repente, começou a ruir tanto que os andaimes caíram e os operários se puseram a fugir; e então chegou lá um homem chamado Cássio, afirmado que

---

<sup>81</sup> Como o biógrafo organiza as suas narrativas por rubricas (*per species*), a distinção de vícios e virtudes são a força motriz e são a classificação dos atos dos imperadores. Geralmente, entre os maus imperadores, Suetônio começa a narrativa pelas virtudes, após a ascensão ao trono se dedica a demonstrar os atos de crueldade que se caracterizariam como os vícios. Na vida de Calígula, desde o capítulo XV se falava de um príncipe, a partir do XXII, nos deparamos com o *monstrum*. E esses vícios serão distendidos até a rubrica LV. Brandão (2009) atribui isso a uma estratégia de Suetônio para que a imagem negativa do imperador perdurasse mais. Os exemplos de vícios e virtudes acentuam as ações e anedotas acerca do caráter do imperador, segundo Brandão: “Para Suetônio, as ações, tomadas em si mesmas, surgem como manifestações exteriores e acessórias do essencial, que são as virtudes e os vícios. As ações, embora históricas, têm uma importância que não deriva directamente do seu valor histórico. Mas, juntamente com as anedotas, estão ao serviço das opções estético-literárias de Suetônio, pois permitem “colorir” as species e dar vida concreta ao que é apenas abstracto – as virtudes e os vícios. Realmente, sem ações e ditos reveladores da personalidade, virtudes e vícios seriam abstracções vazias” (Brandão, 2009: 59-60).

recebera em sonho ordens para sacrificar um touro em honra de Júpiter. O Capitólio em Cápua tinha sido atingido por um raio no quinze de março, assim como o quarto do guarda do átrio do palácio, em Roma. E não faltou quem concluisse por um desses presságios que um perigo era anunciado ao senhor através de seus guardas, e que o outro se referia à morte de um outro homem insigne, que se dera certa vez naquele mesmo dia. E também o matemático Sula, com quem Calígula consultou seu horóscopo, afirmou-lhe que sua morte certíssima se aproximava. Os oráculos de Áncio também advertiram de que devia tomar cuidado com um homem chamado Cássio, razão pela qual ele mandou que matassem Cássio Longino, então procônsul da Ásia, esquecendo de que Queréa se chamava Cássio. No dia anterior à sua morte, sonhou que estava no céu, junto ao trono de Júpiter e que era lançado à terra pelo dedão do pé direito do deus. Também foram tidas como prodígios algumas coisas que aconteceram por acaso um pouco mais cedo naquele dia. Enquanto sacrificava um flamingo, o sangue lhe respingou; e o pantomimo Mnester dançou uma tragédia que outrora Neoptolemo havia encenado durante os jogos teatrais nos quais Filipe, rei da Macedônia, havia sido morto. Na farsa chamada ‘Lauréolo’, na qual o ator que se precipitava para a própria ruína, vomitava sangue, uma vez que muitos dos atores em papéis secundários queriam dar testemunho de sua arte, o palco se inundou de sangue. Também se encenou à noite um espetáculo, cujo argumento relacionado aos infernos seria apresentado por egípcios e etíopes (Suetônio, *Calígula*, LXVII).

Os presságios da morte de Calígula são bem elucidativos do caráter biográfico suetoniano. Os presságios parecem ser um escrutínio da natureza cruel e ultrajante deste César. Suetônio relembra o dia da morte de Júlio César, quinze de março, que lhe parecia ser uma data específica para o fenecimento dos autocratas. A figura do deus Júpiter demonstra que a morte deste César é um ato divino e que sua punição seria justa, sendo Calígula o sacrifício.

O estilo de escrita suetoniano de narrar as vidas desde o nascimento, a família, a carreira pública, os casamentos, o governo, as virtudes e vícios, até chegar ao momento da morte, não foi uma escolha qualquer. Ao selecionar vários episódios sobre rubricas específicas ele destrincha todo o seu material. A escolha de Suetônio se dá pelo fato de poder agrupar o enorme número de informações e detalhes que possam representar de forma precisa a natureza de seus biografados. Para Bakhtin (2014) o estilo de Suetônio é analítico pois sua escrita se mantém num esquema de rubricas, que se destrincha por todo material biográfico: “a vida social, a vida familiar, comportamento na guerra, relações com os amigos, aforismos dignos de lembrança, virtudes, vícios, aparência exterior, habitus, etc.” (Bakhtin, 2014: 258-259). O biógrafo enumera diversas facetas e particularidades dos seus biografados, agrupando-os em diversos episódios que acontecem em épocas distintas de suas vidas, mas não postas necessariamente dentro de uma mesma rubrica pois o objetivo é usá-las para comprovar o caráter do imperador.

## 2.2.6 A arte de persuadir: retórica

Outro elemento importante da obra de Suetônio e que permeia todas as vidas é a retórica, que foi elaborada pelos gregos e aperfeiçoada entre os romanos. O retórico latino mais renomado é Cícero. Em sua gênese, a retórica tinha o papel de formar o cidadão que desejava desenvolver uma vida política. A retórica se tornou mais expressiva após a batalha de Salamina no ano 480 a.C., pois como muitos cidadãos tiveram suas terras tomadas pelos persas, e com a partida dos mesmos da Grécia após a derrota, ocorreu uma confusão a respeito de indivíduos querendo reclamar propriedades que antes lhe pertenciam, ou mesmo praticar a rapina, ao querer terras que outrora não foram suas. Como nessa época não existiam advogados, cabia aos cidadãos discutir a natureza de suas solicitações em meio às assembleias da *polis*.

Córax/Tísias<sup>82</sup> fora contratado por muitos cidadãos por ser um excelente retórico, utilizando suas técnicas através da arte de persuadir, de “falar bem”, de discursar na assembleia e conquistar a atenção do público, com a finalidade de ganhar o debate e, assim, garantir aos seus clientes o triunfo. Um estilo fora adotado na elaboração do discurso com finalidades persuasivas com a “capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (*Rhet.* I, II, XXV).

Poderíamos caracterizar a retórica como um conjunto de técnicas que municia os cidadãos para uma participação ativa na vida pública, conectada ao exercício da democracia. Inicialmente, não era compreendida como uma teoria, mas uma técnica amplamente desenvolvida pelos sofistas, que aprenderam possivelmente por meios de estudos da “disciplina” visando a boa fala. Destacamos três gêneros do discurso retórico: deliberativo<sup>83</sup>, demonstrativo<sup>84</sup> e forense<sup>85</sup>.

---

<sup>82</sup> Naturalmente podem ser a mesma pessoa.

<sup>83</sup> “[...] nos induz a fazer ou a não fazer algo. Um destes procedimentos é sempre adotado por conselheiros sobre questões de interesse particular, bem como por indivíduos que se dirigem a assembleias públicas a respeito de questões de interesse público. [...] o essencial é o presente, uma vez que se louva ou se censura em vista do estado de coisas presentes, embora seja frequente o orador do discurso demonstrativo também evocar o passado e efetuar conjecturas a respeito do futuro” (*Aristóteles, Retórica, livro I*, cap. III, 1358 b10-20, p. 53-54).

<sup>84</sup> “[...] ocupa-se do louvor ou da censura de alguém. [...] o orador deliberativo tem a ver com o futuro; é sobre coisas a serem realizadas doravante que ele aconselha ou desaconselha” (*Aristóteles, Retórica, livro I*, cap. III, 1358 b10, p. 53-54).

<sup>85</sup> “[...] comporta a acusação ou a defesa de alguém; uma ou outra tem sempre que ser sustentada pelas partes em um caso. [...] No discurso forense ou judiciário, trata-se do passado; é sempre em torno de fatos passados que gira a acusação ou a defesa” (*Aristóteles, Retórica, livro I*, cap. III, 1358 b10, p. 53-54).

Persuasão é a palavra que mais caracteriza a retórica e sua finalidade. Muitos dos oradores e escritores na Antiguidade utilizavam-se desse método. Suetônio traz na sua obra a técnica retórica da persuasão para colocar as *vidas* em julgamento. O valor que damos ao discurso de Suetônio se justifica pelo seu esforço de dar verossimilhança ao relato, recorrendo a diversos meios e fontes confiáveis para lhe dar crédito. Segundo Aristóteles: “A persuasão é obtida graças ao caráter pessoal do orador, quando o discurso é proferido de tal maneira que nos faz pensar que o orador é digno de crédito” (*Aristóteles, Retórica, livro I, cap. II, 1356 a5, p. 45*). Aristóteles também valoriza o caráter pessoal do orador, que sua conduta ilibada pode ser um fator importante no convencimento do público. Suetônio, membro da classe equestre, tinha em seu círculo íntimo figuras importantes e de boa reputação, logo sua obra tinha uma preponderância importante. Nas palavras de Aristóteles:

[...] a persuasão é obtida através do próprio discurso quando demonstramos a verdade, ou o que parece ser a verdade, graças à argumentação persuasiva apropriada ao caso em pauta (*Aristóteles, Retórica, livro I, cap. II, 1356 a20, p. 46*).

Na *Vida dos Doze Césares*, Suetônio faz uso de algumas testemunhas e ouvintes, visando o método retórico da persuasão. Quando o autor põe seu avô como testemunha, como “óculos” no principado de Calígula, além de dar “credibilidade ao relato”, demonstra a importância de se trazer emoções para o discurso. Seu avô narra de maneira perplexa o episódio da ponte de Puteoli. Segundo Aristóteles, “[...] a persuasão pode ser obtida através dos ouvintes quando o discurso afeta suas emoções; com efeito, os julgamentos que emitimos variam segundo experimentamos sentimentos de angústia ou júbilo, amizade ou hostilidade” (*Aristóteles, Retórica, livro I, cap. III, 1356 a10, p. 45-46*). Portanto, quando o biógrafo narra episódios violentos, macabros, imorais ou de tirania, está usando da emoção do público leitor e ouvinte para alcançar seu objetivo e convencer o público. O poder se articula em Suetônio, nas palavras de Brandão:

[...] o biógrafo manobra, de modo subtil, a arte da persuasão, através da sedução dos sentidos e do estímulo dos afectos do leitor. Se a abordagem *per species* condiciona à partida a estrutura e impõe enumerações, o biógrafo procura tornar este tipo de exposição agradável, de modo a cativar o interesse. O intuito de deleitar parece presidir à exposição (breve, clara e verosímil) de anedotas, de curiosidades e do *Italum acetum* com que recheia as *Vidas*; à forma como dá vida aos Césares, contando os pormenores mais variados sobre as personagens, mesmo os mais escabrosos; ao modo como encadeia as rubricas e dá ao leitor a ilusão de que está a ler uma narrativa continuada (Brandão, 2009: 71).

Compreendemos que a História está carregada de segmentos retóricos, cuja narrativa deve convencer pela beleza, estruturação, ordenação dos argumentos e dos elementos que constituem o acontecimento. Nesse sentido, o próprio gênero da História, não poderia deixar de representar um tipo específico de persuasão. “A persuasão dá-se pelo uso seletivo das fontes, pelo arranjo dos argumentos, pela seleção de um repertório de imagens e de elementos da cultura material que se conformam à cadeia explicativaposta em marcha pelo historiador” (Funari, 2011: 143).

Segundo França (2011), a mentalidade erudita de Suetônio é acompanhada por uma curiosidade típica dos aspectos humanos do personagem, que talvez não seja apenas uma herança da biografia helenística, mas também uma contribuição da sua própria época na qual era comum a análise dos caracteres, como vimos. Como já discutido, Funari e Silva (2019) argumentam que os escritos de Suetônio visavam a construção de um *ethos* que se fizesse perceber nas anedotas, não precisavam ser verdadeiros, mas sim exemplares.

Na antiguidade, biografia e historiografia são associados, por vezes descritos como ramos da retórica, mas não é fácil definir a retórica. Em conformidade com Olivier Reboul, trata-se da “a arte de persuadir pelo discurso” constituindo “uma frase ou sequência de frases, que tenham começo e fim”, apresentando uma unicidade que tenha logicidade, “portanto, a retórica diz respeito ao discurso persuasivo, ou ao que um discurso tem de persuasivo”. A elaboração do discurso ou escrita persuasiva deve estar carregada de lucidez e emoção, segundo Reboul, esses elementos são inseparáveis: “Em resumo, o persuasivo do discurso comporta dois aspectos: um a que chamaremos de “argumentativo”; e outro, de “oratório”. Dois aspectos nem sempre fáceis de distinguir”. Destarte, Reboul salienta a importância de ser um orador por completo, não se trata apenas de saber falar, é necessário saber com quem se está falando, compreendendo o discurso do outro, “seja esse discurso manifesto ou latente, detectar suas ciladas, sopesar a força de seus argumentos e sobretudo captar o não-dito”. O orador nunca está sozinho, a arte do discurso persuasivo implica a arte de compreender e possibilita a arte de inventar (Reboul, 2004: XV, XVII). Nas palavras de Aristóteles:

É, pois, evidente que a retórica não pertence a nenhum género particular e definido, antes se assemelha à dialéctica. É também evidente que ela é útil e que a sua função não é persuadir mas discernir os meios de persuasão mais pertinentes a cada caso, tal como acontece em todas as outras artes; de facto,

não é função da medicina dar saúde ao doente, mas avançar o mais possível na direcção da cura, pois também se pode cuidar bem dos que já não estão em condições de recuperar a saúde (*Aristóteles, Retórica, livro I, cap. I, 1355 b, p. 94*).

Reboul apresenta três tipos de argumento: *ethos*, *pathos* e *logos*, baseando-se em Aristóteles, que os define como instrumento de persuadir (*pisteis*); *ethos* e *pathos*, que são de ordem afetiva, e *logos*, que é racional. Destacamos o *pathos* pois parece-me pertinente atribuir esse caráter argumentativo da obra suetoniana, de acordo com Reboul: “O *pathos* é o conjunto de emoções, *paixões* e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com o seu discurso” (Reboul, 2004: 48). Suetônio descreve minuciosamente cada etapa da vida do biografado. Quando pormenoriza os desmandos, a bestialidade e atos tirânicos do *monstrum*, sucinta no leitor um sentimento de repulsa quanto ao que está sendo descrito, principalmente quando o autor retrata a teatralidade latente nessa vida, “em todo caso, a retórica criou uma verdadeira psicologia, de que tirará proveito a literatura, em particular o teatro. Toda a análise dos sentimentos e das paixões deriva da retórica” (Reboul, 2004: 48). Reboul recomenda encontrar os argumentos por lugares, “como lugares de amplificação, servem para persuadir os juízes de que a causa ultrapassa a pessoa do réu, que ela compromete o futuro” (Reboul, 2004: 51). É dentro desse espaço do lugar comum que Suetônio amplifica sua crítica ao *princeps*, e entretém o público na sua narrativa retórica. Especificamente, na *uita de Calígula*, percebemos a tentativa do biógrafo em querer conglutinar a imagem do imperador ao Egito, a Grécia e ao oriente helenístico e, dessa forma, depreciar sua figura. A ideia de realeza também se vê justaposta nesses lugares-comuns.

Como vimos, a biografia na Antiguidade não era um gênero literário singular com regras próprias, mas era um constructo de camadas envolvendo outros gêneros literários. Portanto, a junção e a convergência literária que dá sentido as *vidas*, fazendo da obra de Suetônio um singelo esforço em retratar a sociedade da Roma Imperial dentro do principado, asseverando suas muitas *vidas* privadas nos determinados períodos, o que dá sentido e coesão aos seus escritos. Os césares de Suetônio são um retrato parcial do que foram as cortes dos *princeps* do século I d.C., a vida dos governantes com suas ações positivas e negativas em meio ao seu povo.

## 2.2.7 Biografia na construção do poder do *princeps Adriano*

Como vimos, as divisões entre biografia e história sempre foram problemáticas, e na Antiguidade ambas confluem com frequência. Entretanto, compreendemos que a biografia é, também, uma forma de escrita da história<sup>86</sup>. Logo, analisar uma narrativa biográfica é também uma perquirição historiográfica, pois de acordo com Marcela de Oliveira Santos Silva, Maria da Glória de Oliveira e Thais França Guimarães: “reconstruir o caminho que levou à composição da vida de um indivíduo, o biografado, é um problema historiográfico complexo e relevante. Narrar a vida de alguém, implica incorporá-la a um contexto histórico, representado por meio da figura biografada” (Silva; Oliveira; Guimarães, 2021: 145). Do mesmo modo, concordamos com Alexandre de Sá Avelar e Benito Bisso Schmidt sobre o debate no campo biográfico:

A biografia, situada entre suas ambições de verdade e seu caráter inventivo, e com sua aposta no papel do indivíduo, arrastaria para si todas as dúvidas epistemológicas que a história portava. O desafio de reflexão sobre a escrita biográfica é também um exercício de aproximação em relação a alguns dos debates mais recentes do campo historiográfico (Avelar; Schmidt, 2018: 11).

Sabina Loriga (2011) disserta a respeito das origens biográficas. A autora assegura quanto ao seu caráter híbrido e suas transformações ao longo do tempo, desde a elaboração dos fatos à estrutura narrativa. Mary Del Priore afirma que entre Heródoto e Tucídides houve uma mudança a respeito do discurso narrativo biográfico, pois “a narrativa era história em Heródoto, mas também retórica, em Tucídides” (Del Priore, 2018: 74). A autora toma por exemplo os personagens de Tucídides na sua história da guerra do Peloponeso, em que Tucídides deu “a palavra a seus atores a fim de que eles exprimissem análises sobre suas próprias ações” (Del Priore, 2018: 74). Todavia, a biografia, em sua égide, sempre será o objeto que tenta dar coesão e sentido às vidas narradas, segundo Maria da Glória de Oliveira: “[...] nenhuma história de vida é pensável sem o recurso da mediação narrativa que estaria na base da própria circunscrição do gênero” (Oliveira, 2017: 18).

Avelar e Schmidt (2018: 11) caracterizam a biografia como um local de investimentos “afetivos”, “políticos” e “memoriais”, “é o lugar de organização a dialética do eu e do outro. A sedução do gênero biográfico é, como tudo sugere, praticamente irresistível”. Além da erudição e comprometimento em tornar a narrativa um objeto digno

---

<sup>86</sup> Littré definiu a biografia como “uma espécie de história que tem por objeto a vida de uma única pessoa”.

de crédito, ou seja, uma obra de erudição. Suetônio não deixa de transpor seu universo, seus meios e as memórias da sociedade romana em suas vidas. De acordo com Oliveira:

Não por acaso, o argumento narrativo nos remete à própria circunscrição do gênero, posto que a noção moderna do biografado baseia-se na confluência entre um sentido próprio (de *relato* de uma vida) e um metonímico (os *acontecimentos* de uma vida). Dito de outro modo, para a biografia, uma só palavra designa, ao mesmo tempo, a operação e o artefato textual que ela resulta. Assim, esta imbricação reforça a centralidade da configuração narrativa, porquanto uma vida não adquire sua verdadeira e definitiva “realidade” senão *por meio* de e *através* do seu relato (Oliveira, 2018: 60-61).

Seria enganoso acreditarmos que o relato biográfico são os passos da trajetória que permeia toda uma vida, em que tudo estaria narrado de forma linear e coerente<sup>87</sup>. Segundo Pierre Bourdieu: “produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos, com significados e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica” (Bourdieu, 1998: 185). A narrativa biográfica diz respeito a escolha do biógrafo sobre a vida do sujeito biografado. É o biógrafo que dá o sentido e uma sequência à narrativa. Cataloga-se os fatos e o autor põe ao seu serviço, dando um sentido artificial à vida, pois “é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade das suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais” (Bourdieu, 1996: 187). Logo, por mais que o biógrafo preencha detalhes e pormenores sobre os biografados, quem lê, jamais poderá compreender se alcançou uma imagem plena do biografado. Contudo, o relato do biógrafo não deixa de ser minimamente verossímil visto que houve todo um trabalho de levantamento de informações sobre determinada vida, de acordo com Avelar e Schmidt, “a biografia pode ser, simultaneamente, verdadeira e incapaz de alcançar a vida” (Avelar; Schmidt, 2018: 8).

Não obstante, não devemos encarar a biografia, em especial a suetoniana, como um mero conglomerado de informações. Nunes (2011) evidencia que o relato de uma vida precisa ser compreendido como “estrutura comunicativa, plural, ambígua, inacabada, aberta a múltiplos sentidos”. O historiador precisa entender que o “sentido” de um texto é constituído por relações de forças que envolvem os diferentes espaços tanto de quem

---

<sup>87</sup> Paul Ricoeur introduz uma pergunta pertinente quanto a esse fenômeno: “o que significa que se considere que o sujeito da ação, assim designado por seu nome, é o mesmo ao longo de toda uma vida que se estende do nascimento à morte?” (Ricoeur, 2010: 418). Para Ricoeur, essa resposta só pode ser encontrada na narrativa.

narra quanto de quem analisa, evitando que se feche em absoluto na compreensão biográfica, mas abrindo novos caminhos e contextos a serem explorados e analisados. Portanto, é cabido ao historiador investigador, submeter a biografia a críticas, como deve ser feito em relação a qualquer fonte. O objetivo não é separar o que é verdadeiro e falso, mas sim alvitrar e entender os meandros da sua confecção. Destarte, o historiador deve montar o quebra-cabeça da narrativa biográfica, buscando entender a ideia que o autor quer passar no seu relato. De acordo com Silva, Oliveira e Guimarães:

Ao compreender a linguagem escrita como um instrumento para comunicar, como também para atribuir autoridade àquilo que os autores dizem, a escrita biográfica torna-se o mecanismo para se concretizar as ideias que os pensadores se propõem a construir por meio de suas obras. Portanto, a narrativa é o local por onde temos acesso às imagens construídas e às intenções de escrita dos autores. O texto é um objeto de estudo e interpretação para a compreensão do significado transmitido do que foi dito e o valor que o autor atribuiu às suas afirmações. O historiador, neste caso, deve ir além do significado que o texto aparentemente transmite, isto é, das intenções identificáveis no e pelo próprio texto, ainda que não tenham sido explicitamente formuladas (Silva; Oliveira; Guimarães, 2021: 156).

Dessa forma, ao sujeitarmos a biografia ao modelo de análise histórica, podemos concebê-la como uma narrativa historiográfica, sem interpor limites. Desse modo, a proposta é interpretar a caracterização do retrato do biografado. Não devemos meramente emular o que Suetônio nos relata, e encarar a biografia como uma fonte já acabada, “O historiador deve estar compromissado com a descoberta da presença das matrizes discursivas e o contexto linguístico nos quais o discurso foi realizado em determinado momento, isto é, na operação historiográfica” (Silva; Oliveira; Guimarães, 2021: 156).

Durval Muniz Albuquerque Júnior coloca questões pertinentes a respeito da análise e contingências sobre a biografia como escrita da História. O autor utiliza uma metáfora sobre o migrante, pois a biografia se põe na condição de quem emigra:

[...] é um sujeito partido segmentado, não é uma unidade, uma totalidade. Assim como a sua vida é errante e aberta, ele, enquanto sujeito, é também um sujeito aberto, atravessado por diferentes fluxos sociais. Ele não consegue totalizar as experiências que passam por ele mesmo, que o atravessam. Ele é um entroncamento em que diferentes estradas, diferentes séries históricas, vêm encontrar-se e, ao mesmo tempo, vêm separar-se. Ele não é só ponto de partida, nem só ponto de chegada, ele é travessia, transversalidade (Albuquerque Júnior, 2007: 248).

Outro ponto importante na análise é a investigação dos demais sujeitos que estão justapostos na biografia. Portanto, precisamos compreender o biografado em seu contexto

histórico e como sua trajetória marca uma determinada sociedade. Se pensarmos que Calígula, o terceiro e mais jovem imperador de Roma, que herda de Tibério um rico e próspero império. Ao mesmo tempo, busca referências em antigos reis helenísticos, trazendo elementos orientalizantes para uma sociedade extremamente tradicional. Dessa forma, analisar o contexto faz parte de um movimento do século XX de reabilitação da biografia histórica. Não devemos tomar as biografias, em especial na Antiguidade, como meros exemplos de *vidas* (apesar de ser um de seus objetivos), mas um documento depoente de uma determinada época, sobre isso Mary Del Priore diz:

A reabilitação da biografia histórica integrou as aquisições da história social e cultural, oferecendo aos diferentes atores históricos, uma importância diferenciada, distinta, individual. Mas não se tratava mais de fazer simplesmente a história dos grandes nomes em formato hagiográfico - quase uma vida de santo, sem problemas nem máculas -, mas de examinar os atores (ou ator) célebre ou não, como testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época. A biografia não era mais a de um indivíduo isolado, mas a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Ele ou eles não eram mais apresentados como heróis, na encruzilhada de fatos, mas como uma espécie de receptáculo de correntes de pensamento e de movimentos que a narrativa de suas vidas torna mais palpáveis, deixando mais tangível a significação histórica geral de uma vida individual (Del Priore, 2018: 78).

Nunca é demais reiterar e reforçar, que as biografias dizem muito mais das relações sociais construídas numa determinada época do que necessariamente e, somente, a respeito do biografado. O biografado nunca é um ser totalmente solitário; os sujeitos examinados são postos em um curso de tempo em que se constrói uma relação de forças entre ele e o seu meio social, demonstrando que muito pode ser apreendido e extraído do senso coletivo. No primeiro século de Roma, sobretudo na *vida de Calígula*, percebemos uma interação de forças entre o *princeps* e a aristocracia tradicional representada pelo Senado que cada vez mais perdia força. Porém, essas relações de poder, entre a pessoa do imperador e o Senado eram extremamente paradoxais. Calígula, tenta romper com uma tradição secular em uma sociedade aristocrática que se orgulha das suas tradições. Logo, o filho de Germânico é visto como uma ameaça a uma categoria social tradicionalmente ilustre.

Pensando especificamente no principado de Adriano em que Suetônio estava inserido, seria plausível considerar que a descrição de seus césares poderiam ser versões da representação deste *princeps*. François Dosse (2015) nos leva a refletir sobre aspectos que levariam o biógrafo a se apropriar de um universo de exterioridade, pois no exercício

de narrar uma vida, acaba por transformar a figura de quem escreve em um reflexo sobre si, não podendo distinguir o exterior do interior. De acordo com Dosse: “Em consequência da projeção necessária e exigida pela empatia com o tema, o biógrafo não só acaba modificado, transformado pela figura cuja obra escreve, como passa a viver, durante o período de pesquisas e redação, no mesmo universo [...] (Dosse, 2015: 14). Não obstante, ao refletirmos sobre os aspectos da *vida de Adriano* percebemos que muitas das características dos imperadores tidos como autocratas, exemplares de violências e conspirações, permeiam a vida dos *princeps* narrados por Suetônio. Nas palavras de Dosse:

Contemporâneo e frequentador de Adriano, parece ter feito desse imperador o modelo a partir do qual se declinam as qualidades e os defeitos dos Césares. Adriano seria o ideal personificado, em cujo horizonte as *Vidas* ganham valor demonstrativo. Suetônio encontra em Adriano seu próprio zelo pela ordem moral e sua ânsia de equilíbrio entre generosidade e rigor na gestão das finanças do Estado. [...] Suetônio escreve sobre o passado de Roma com a intenção de esclarecer e apoiar o jogo político atual, de que ele mesmo participa como ator (Dosse, 2015: 134-135).

Dessa forma, poderia fazer críticas veladas, sem precisar citar diretamente Adriano. Todavia, podemos ponderar que seu escrito não caíra muito bem nas graças do imperador, culminando em seu exílio. Suetônio nunca mais retornou à Roma, pelo que se sabe, e não voltou a exercer cargos públicos proeminentes.

A ausência de prólogo e de parte do começo da *vida de Júlio César* acabaram por limitar as falas de Suetônio enquanto autor da obra, nos inibindo de conhecer através das palavras de Suetônio qual o seu objetivo em produzir seu material, sobre as motivações e os interesses do biógrafo ao narrar as *vidas*, François Dosse diz:

Em geral, o biógrafo expõe as motivações que o levaram a acompanhar a vida do biografado e retraçar-lhe a carreira. Revela seus objetivos, suas fontes e seu método, elaborando assim uma espécie de contrato de leitura com o leitor. Essa prática de expor intenções é bastante clássica, mas assume no gênero biográfico uma importância singular que a transforma num rito quase obrigatório - tanto mais que, muitas vezes, o biógrafo não é o primeiro a seguir as pegadas da personagem. Ele sente a necessidade de se explicar junto aos leitores, de antecipar-lhes o que irão descobrir em termos de questões novas e aberturas de arquivos inéditos. O biógrafo justifica sua escolha e enfatiza os argumentos que ensejarão uma maior proximidade com a personagem escolhida, em função de suas pesquisas, de sua sensibilidade e de seus compromissos (Dosse, 2015: 95).

Suetônio não é passível de ser imparcial e não cometer erros em sua narrativa, o que é uma das grandes contradições que a biografia carrega. Suetônio se coloca enquanto

narrador e ao mesmo tempo se diferencia ao destacar os seus biografados em cena, ficando como a terceira pessoa da cena. François Dosse resume as grandes contradições dos biógrafos em duas:

A primeira se situa entre a ambição de objetividade e a postura real do biógrafo. Seu discurso, sua competência e sua erudição tendem a “mascarar a inevitável parcialidade e os fundamentos ideológicos de seu projeto. Por que se escrevem biografias? Nunca, sem dúvida, alguém escreveu a vida de outro homem só com vistas ao conhecimento”. A segunda grande contradição, da qual a maior parte dos biógrafos sequer parece consciente, diz respeito ao fato de que querer registrar a vida de uma pessoa pressupõe o domínio e a visão totalizante daquilo que ela foi durante sua carreira. “Ora, os textos dos biógrafos, embora ‘compactos’ no nível do discurso, são em geral muitíssimo lacunares no que toca à informação” (Dosse, 2015: 96).

Levando em consideração a sua categoria social e o seu círculo literário, sabe-se que o biógrafo tinha que considerar a autoridade da aristocracia senatorial. Ademais, seus principais patronos, Plínio, o jovem e Septício Claro, são membros proeminentes e ligados à corte imperial. E todo *imperator* quer ser mais reconhecido que seus predecessores, quer marcar o seu nome e, uma das armas eficazes de depreciação ao que veio antes era através dos relatos biográficos. Muitas dinastias foram desabonadas por detratores e rumores maldosos, por exemplo, da dinastia júlio-cláudia, somente Otaviano é considerado um bom imperador.

Um exemplo da parcialidade política em Suetônio é o final da *vida de Domiciano*<sup>88</sup>, onde o biógrafo por meio do presságio diz que os príncipes que viriam após sua morte fariam do Império mais feliz. É um claro aceno e uma visão teleológica a respeito da dinastia dos antoninos, período no qual Suetônio construiria sua carreira pública pujante, graças aos seus patronos e aos *princeps* Trajano e Adriano.

A escolha do gênero biográfico não é meramente estilística, mas, sobretudo, política. *Moderatio, civilitas* e *clementia* são virtudes celebradas nos bons príncipes em oposição a *inhumanitas* e a tirania, que permeiam as narrativas dos maus imperadores. Suetônio como um bom erudito não despeja tamanha riqueza de detalhes ao vento, o biógrafo escolhe onde e quando colocar os exemplos na narrativa, “segundo uma

<sup>88</sup> “Pouco antes da sua morte, uma gralha, empoleirada no Capitólio, disse: “Tudo irá bem”, prodígio que levou alguém a escrever logo os versos seguintes; *A gralha que outrora se empoleirou no alto do monte Tarpeio, não disse tudo vai bem, mas tudo irá bem*. Dizem, também, que o próprio Domiciano sonhou que lhe nascera uma bossa de ouro atrás do pescoço e que nisso vira presságio certo de que depois dele o Império seria mais feliz e mais florescente. Foi o que efectivamente aconteceu daí a pouco, graças à moderação e à generosidade dos príncipes que lhe sucederam” (Suetônio, *Domiciano*, XXIII). Entretanto, Suetônio deixa escapar que Domiciano era benquisto pelos soldados, que após sua morte queriam divinizá-lo e punir os conjurados; todavia, transparece também a ojeriza que os senadores tinham pelo imperador quando celebram sua morte e querem apagar a memória deste principado.

gradação que leva o leitor a uma conclusão sintética, ilustrativa de cada biografado” (Dosse, 2015: 136). Não obstante, todas as vidas estão em confrontamento no palco do *mos maiorum*. Logo, a que serve a biografia? Creio que respondemos parcialmente ao longo dessas páginas sobre o conceito e objetivos da biografia para os antigos. Entretanto, na modernidade, a biografia de Suetônio ainda é muito evocada e lembrada sobretudo no meio político. Se para os antigos elas representavam exemplos, hoje esse conceito foi ressignificado. A biografia serve para demonstrar o talento erudito de seus autores, através da elaboração do retrato de seus personagens e dos problemas que assolararam uma época, sob o prisma de um olhar detalhista e inventivo do biógrafo.

### **3. ESQUADRINHANDO UMA VIDA: OS TÓPOS NA VIDA DE CALÍGULA**

A consolidação do principado, dentre outros aspectos, se baseava no poder que o *princeps* exercia. E cada imperador iria exercê-lo de uma forma singular.

A *vida de Calígula* começa com um contraste intrigante entre as personalidades de seu pai, Germânico e a do *princeps*. Germânico era admirado e amado pelo povo romano, um descendente natural para a sucessão imperial de Tibério. Suas ações em campanhas militares lhe renderam títulos e honras próprias a um ilustre general romano. Logo, sua família era também admirada e reverenciada. Se esperava de Calígula as mesmas virtudes justapostas em seu pai, naturalmente o assunto que Suetônio queria relatar. Entretanto, o que se observa principalmente pelas anedotas relatadas, é a natureza cruel e dissimulada de um autocrata nada parecido com Germânico. O retrato de Calígula descreve uma *vida* encurtada devido a sua incivilidade e natureza despótica, diferenciando-se do ideal de um bom *princeps* inaugurado por Otaviano.

Esse trabalho propõe investigar a *vida de Calígula*, sob a perspectiva de três imagens que identificamos em sua biografia: as “travessias” (simbólicas ou literais), a caracterização de um *monstrum* e a teatralidade. Foram identificados em Suetônio lugares-comuns para conglutinar Calígula ao Egito, Grécia e o oriente helenístico, assim, relatando a degradação de seu principado. É a argumentação de Suetônio nestes pontos chaves da narrativa que levaria o público a dar crédito ao seu relato sobre o *monstrum*.

Um dos objetivos específicos desta pesquisa é analisar a teatralidade utilizada pelo *princeps* como forma de simbolismo de poder e legitimação de seu principado. Logo, iniciaremos a análise pelos aspectos da teatralidade que são associados com a noção de poder de Calígula e que resultam em uma das acusações de Suetônio a respeito dos excessos cometidos neste principado. Em seguida iremos abordar a construção narrativa do *monstrum* e posteriormente o lugar de “travessia” posto por Suetônio, onde Calígula sairia de sua “romanidade” e adotaria elementos de uma realeza em seu principado.

#### **3.1 Teatralidade**

A característica teatral começa ainda na tenra infância do biografado. Aqui Suetônio aborda a origem do apelido de Caio César, “Calígula”, demonstrando que já na infância o futuro imperador demonstrava o gosto por representar-se pelo intermédio de

personagens. O biógrafo narra que Calígula fora criado entre os legionários, acompanhando as campanhas de seu pai, Germânico. Os soldados comandados por seu pai o vestiam como um pequeno militar, como uma brincadeira, “essa criação valeu-lhe em grande medida, entre outras coisas, a dedicação e o amor junto às tropas<sup>89</sup>” (Suetônio, *Calígula*, IX.II).

Suetônio continua o seu relato, para provar que o *princeps* era benquisto entre os legionários. Narrou que após a morte de Augusto a presença daquela criança abrandara os corações revoltosos por sedição: “isso se viu sobretudo quando, depois da morte de Augusto, por si só – inegavelmente – abrandou os que haviam sido levados à revolta somente com sua aparição<sup>90</sup>” (Suetônio, *Calígula*, IX.II).

Aqui temos um relato conciso de que Suetônio entendia que o principado de Calígula tinha o potencial de vir a ser um sucesso, visto que o *princeps* detinha o controle do exército, um dos símbolos do poder imperial. Sendo o imperador admirado e aprovado pelas legiões, se manteria no poder sem grande tumulto no aparato estatal do exército.

Ainda na parte em que fala do *princeps*<sup>91</sup>, Suetônio traz à tona um elemento que caracteriza a teatralidade dissimulada que o imperador tentava esconder, mas não conseguia: “Nem então conseguia esconder a natureza cruel e ultrajante<sup>92</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XI.I). Suetônio narra o interesse de Calígula pela sanguinolência de condenados no principado de Tibério, dado que “assistia com grande interesse aos castigos e penas dos condenados<sup>93</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XI.I). É uma espécie de prelúdio para os dias de terror que aguardavam a quem sobrevivesse em seu governo.

Suetônio ilustra mais uma vez a inclinação de Calígula pela indumentária, agora o colocando num aparato de travestismo, associado ao descomedido apetite sexual, outra característica dos tiranos, conforme vimos em Brandão. Suetônio relata que “Durante a noite, frequentava as orgias e aos adultérios, disfarçado com uma peruca e uma veste longa, e dedicava-se com grande esforço às artes do teatro, da dança e do canto<sup>94</sup>”

---

<sup>89</sup> “Apud quos quantum praeterea per hanc nutrimentorum consuetudinem amore et gratia ualueri”.

<sup>90</sup> “Máxime cognitum est, cum post excessum Augusti tumultuandis et in furorem usque praecipites solus haud dubie ex conspectu suo flexit”.

<sup>91</sup> Suetônio divide a *uita* de Calígula em duas, a parte que narra o *princeps* e a parte que narra o *monstrum*. “Hactenus quase de principe, reliqua ut de monstro narranda sunt” (Suetônio, *Calígula*, XXII.I).

<sup>92</sup> “Naturam tamen saeuam atque probrosam ne tunc quidem inhibere poterat”.

<sup>93</sup> “Quin et animaduersionibus poenisque ad supplicium datorum”.

<sup>94</sup> “Cupidissime interesset et ganeas atque adulteria capillamento celatus et ueste longa noctibus obiret ac scaenicas saltandi canendique artes studiosissime appeteret”.

(Suetônio, *Calígula*, XI.I). Destarte, o futuro imperador poderia até conhecer tais artes liberais anteriormente, entretanto, na medida em que se torna um ator enquanto *princeps*, era uma demonstração de indignidade com o cargo que ocupava, pois eram atividades vistas com maus olhos pelas elites aristocráticas, logo, Calígula se torna histrião.

Suetônio comunica que Tibério permitia tais facilidades na expectativa de que “pudesse abrandar seu gênio feroz<sup>95</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XI.I). Não obstante, Suetônio caracteriza Tibério como um velho sábio que previa o desastre que Calígula poderia proporcionar ao povo romano: “O sagaz ancião profundamente o compreendera, que disse algumas vezes que ‘Caio vivia para sua ruína e de todos’ e que ele criara ‘uma hidra para o povo romano e uma Faetonte para o mundo<sup>96</sup>’” (Suetônio, *Calígula*, XI.II). Aqui vemos que Suetônio denuncia que Calígula aprendera tais atrocidades no tempo de seu predecessor, que já as antecipara.

O mais curioso é que tais exemplos se voltam para elementos da cultura helênica: a hidra e o Faetonte, que eram dois desastres ligados a elementos opostos: fogo e água. Faetonte é uma personagem da mitologia grega, filho da divindade solar Helios, que queima a terra e a si mesmo ao tentar conduzir a carruagem sagrada do sol. Só foi parado graças a Zeus que o matou com um raio. Suetônio provavelmente refere-se ao mito como transmitido por Ovídio, nas *Metamorfoses*, ou por Platão, no *Timeu*.

Poderíamos ciar a hipótese de que Suetônio já justificaria seu assassinio mesmo antes de Caio César assumir o principado, visto que só por intermédio do Senado, a mando dos deuses, a morte de Calígula poderia trazer paz ao império. Logo, Calígula era incapaz de governar, representava um perigo ao *mos maiorum* e a *libertas* romana.

Nas passagens que analisaremos a seguir (Suetônio, *Calígula*, XLIII-XLVII), Suetônio narra de maneira sucinta as campanhas militares de Calígula. Entretanto, podemos perceber o interesse do biógrafo em retratar a personalidade do *princeps* de modo a depreciar sua imagem e avultar a sua suposta loucura. Destaquemos que nesta parte da *uita* está a descrição narrativa do governo do *monstrum*.

Suetônio narra uma campanha militar à Germânia, onde Calígula completa seus soldados com homens de diversas partes, considerados bárbaros pelos romanos,

---

<sup>95</sup> “Facile id sane Tibério patiente, si per has mansuefieri posset ferum eius ingenium”.

<sup>96</sup> “Quod sagacissimus senex ita prorsus perspexerat, ut aliquotiens praedicaret exitio suo omniumque Gaium uiuere et se natricem, Phaethontem orbi terrarum educare”.

especialmente os soldados batavos. Suetônio repreende o *princeps* quando diz que “sem fazer diferença, reuniu legiões e tropas auxiliares vindas de toda parte, recrutados em todo lugar e conduzidos com grande rigor<sup>97</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XLIII.II).

Aparentemente, de acordo com Suetônio o *princeps* não fazia distinção entre bárbaros e romanos, aglutinando-os da mesma maneira, e criticou a celeridade com que conduziu as tropas ao dizer que “põe-se a caminho e saiu com tanta pressa e rapidez que as coortes pretorianas puseram suas insígnias sobre os jumentos – o que era contrário ao costume – e assim foram obrigadas a acompanhá-lo<sup>98</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XLIII.II).

Dessa forma, Suetônio demonstra o total desprezo de Calígula para com as tradições romanas, além de a sua total inabilidade militar, um contraste com a exigência e dignidade que o cargo necessitava e, a maior de todas as dissimilitudes, Suetônio inconscientemente leva a reflexão do leitor ao narrar no começo dessa *uita* os feitos de Germânico, um exímio general, enquanto Calígula parecia não seguir os passos do progenitor.

Para completar tal falta de vergonha e inatividade perante a natureza séria do serviço militar, Suetônio retrata a lentidão com que o *princeps* fazia as coisas. Descreve-o como um *basileus*, num aparato preguiçoso onde não conseguia se mover como um general, mas como um *basileus* conduzido por seus súditos, “às vezes era tão lento e vagaroso, que se fazia transportar numa liteira carregada por oito homens e exigia do povo das cidades próximas que varressem as estradas para ele e as aspergissem para evitar a poeira<sup>99</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XLIII.II).

Suetônio amplifica a narrativa ao falar da dissimulação teatral de Calígula mediante o comando de suas tropas, demonstrando mais uma vez sua crueldade e severidade desmedida. Podemos observar que no começo dessa *uita* Suetônio fala a respeito do carinho e honra com que Calígula fora tratado pelo exército enquanto criança, e que agora, como imperador não soubera retribuir, demonstrou desrespeito e severidade na relação com a ordem, evidenciando sua natureza dissimulada. Para piorar, ainda deixou em situação ridícula membros mais experientes do exército, ratificando seu total

---

<sup>97</sup> “Neque distulit, sed legionibus et auxiliis undique excitis, dilectibus ubique acerbissime actis”

<sup>98</sup> “Contracto et omnis generis commeatu quanto numquam antea, iter ingressus est confécitque modo tam festinanter et rapide, ut praetorianae cohortes contra morem signa iumentis imponere et ita subsequi cogerentur”.

<sup>99</sup> “Interdum adeo segniter delicateque, ut octaphoro ueheretur atque a propinquarum urbium plebe uerri sibi uias et conspergi propter puluerem exigeret”.

descomedimento e desrespeito diante da ordem. Se mal sabia conduzir seu exército, como se esperava que fosse um conquistador? De acordo com Suetônio:

Depois de chegar aos acampamentos, para se mostrar um general cruel e severo, dispensou com ignomínia os embaixadores que haviam trazido as tropas auxiliares de diversas localidades com atraso; e ao fazer a revista do exército retirou o comando da primeira companhia muitos dos centuriões mais velhos – e alguns já a pouquíssimos dias de cumprir seu tempo de serviço – sob o pretexto de sua velhice e fraqueza de espírito; acusando a avareza dos outros, reduziu o estipêndio dos soldados veteranos de seis mil sestércios<sup>100</sup> (Suetônio, *Calígula*, XLIV.I).

Para reafirmar a maneira teatral com que Calígula levava sua expedição militar, Suetônio diminui a importância do contexto em que *princeps* captura Admínio, filho de Cunobelino, rei da Bretanha. Mas, é imprescindível analisar essa informação. Mesmo tendo realizado o feito da captura de um príncipe “bárbaro”, Suetônio menospreza o feito desse César ao chegar até a Bretanha, a despeito de Calígula ter pavimentado a conquista da ilha confirmada por seu sucessor Cláudio.

É notável que o biógrafo está interessado em diminuir esse feito, ao ponto de criticar a condução de tal notícia ao Senado e aos cônsules. Suetônio começa caracterizando a suposta natureza infantil e sádica de Calígula com o seu exército, referendada nos rumores anedóticos de seus vícios (crueldade, teatralidade, severidade, dissimulação, incivilidade, desrespeito), que culmina em um exagero desesperado do relato de um episódio apenas para legitimar a sua narrativa ignominiosa. Dessa forma, despreza uma realização que nem Júlio César, Augusto e Tibério conseguiram. Segundo Suetônio:

E não conseguiu nada mais do que a rendição de Admínio, filho de Cunobelino, rei da Bretanha, que tinha sido expulso pelo pai e fugira com uma pequena tropa. E mandou cartas sumtuosas a Roma, como se houvesse capturado toda a ilha, aconselhando aos batedores que fossem num carro até o Fórum e a Cúria, e não entregassem a mensagem antes de chegar ao Campo de Marte e diante do senado e dos cônsules<sup>101</sup> (Suetônio, *Calígula*, XLIV.II).

---

<sup>100</sup> “Postquam castra attigit, ut se acrem ac seuerum ducem ostenderet, legatos, qui auxilia serius ex diuersis locis adduxerant, cum ignominia dimisit; at in exercitu recensendo plerisque centurionum maturis iam et nonnullis ante paucissimos quam consummaturi essent dies, primos pilos ademit causatus senium cuiusque et imbecillitatem; ceterorum increpita cupiditate commoda emeritae militiae ad senum milium summam recidit”.

<sup>101</sup> “Nihil autem amplius quam Adminio Cynobellini Britannorum regis filio, qui pulsus a patre cum exigua manu transfugerat, in ditionem recepto, quase uniuersa tradita insula, magnificas Romam litteras misit, monitis speculatoribus, ut uehiculo ad fórum usque et curiam pertenderent nec nisi in aede Martis ac frequente senatu consulibus traderent”.

Posteriormente, Suetônio começa a narrar episódios considerados autoritários e desmedidos na condução da liderança do exército. O biógrafo insinua que Calígula não tinha motivos para a guerra, e começou a provocá-los. Talvez essa tenha sido uma tentativa de diminuição do triunfo proporcionado pelo Senado ao imperador, pois ao “fabricar” conflitos e guerras, o retratava como indigno e incapaz militarmente, tornando o seu principado uma falácia.

Ao dizer que: “mandou que alguns poucos reféns germanos atravessassem o Reno e se escondessem, e que se anunciasse a ele com grande tumulto, depois do jantar, que o inimigo estava perto<sup>102</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XLV.), Suetônio claramente está demonstrando a forma teatral e pueril com que Calígula conduzia seu governo, o colocando como um histrião, um ator a serviço da comédia. Complementa tal aquiescência ao afirmar a “razão pela qual arrancou com alguns companheiros e parte da cavalaria pretoriana para uma floresta próxima, e depois de cortar algumas árvores e adorná-las como troféus, retornou com archotes e censurou os que não o haviam seguido por sua covardia e indolência<sup>103</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XLV.).

Ao narrar a expedição de Calígula diante do exército, Suetônio ainda mostra a severidade com que tratou o Senado e o povo de Roma. Afirma que o imperador promulgou um edito em que: “repreendeu o senado e o povo ausentes em Roma com um edito muito severo, pois ‘enquanto César lutava e era objeto de tantos perigos, celebravam banquetes sumptuosos, aproveitando os jogos circenses, teatros e退iros amenos<sup>104</sup>’” (Suetônio, *Calígula*, XLV.).

Presumimos que nestas passagens Suetônio não quer exemplificar somente as encenações e dissimulações de Caio César, mas também demonstrar que o *princeps* era incapaz de dar prosseguimento a funções importantes, o que era papel do imperador. Ao chamá-lo de *Calígula* ao longo da sua *uita*, Suetônio demonstra que o pequeno “botinhas” (*caliga*), não amadureceu as virtudes ao longo do tempo, o que floresceu em seu espírito e natureza foram apenas a irresponsabilidade, incivilidade e a dissimulação, além de não

---

<sup>102</sup> “Mox deficiente belli matéria palcos de custodia Germanos traici oculique trans Rhenum iussit ac sibi post pradium quam tumultuosissime adesse hostem nuntiari”.

<sup>103</sup> “Quo facto proripuit se cum amicis et parte equitum praetorianorum in proximam siluam, truncatisque arboribus et in modum tropaeorum adornatis ad lumina reuersus, eorum quiden qui secuti non essent timiditatem et ignauiam corripuit”.

<sup>104</sup> “Atque inter haec absentem senatum populumqye grauissimo obiurgavit edicto, quod Caesare proeliante et tantis discriminibus obiecto tempestiu conuiuia, circum et theatra et amoenos secessos celebrarent”.

sentir vergonha ou remorso do que fazia, considerava seus atos como normais para o cargo que ocupava.

Ao dissertar sobre a tenra infância de Calígula no exército - demonstrando que desde esse período o *princeps* já tinha predisposição as encenações - e, nestas passagens, ao narrar o retorno do filho de Germânico como imperador que guiará as tropas, o biógrafo se serve dos exemplos para caracterizar o caráter pueril e inconsequente do “pequeno botinhas”. Encarava as adversidades da vida e do seu cargo como uma eterna encenação, uma comédia, uma peça, uma tragédia, sempre um ator em busca da sua diversão. Suetônio o trata como um *puer aeternus* (eterno menino) irresponsável no poder e as supostas encenações e teatralidade corroboram essa hipótese<sup>105</sup>.

A passagem XLVI é um importante relato, quando Suetônio tenta demonstrar mais uma vez a “insensatez caligoleana” ao narrar o episódio do exército às margens do mar. Por muito tempo, se utilizaram dessa narrativa para exemplificar a falta de habilidade de governar deste César, ao ordenar que seus soldados recolhessem conchas do oceano e enchessem os bolsos e os capacetes, configurando a sua recompensa. Entretanto, Winterling (2011) diz que esse episódio pode ter sido o resultado de um motim por parte das legiões que acompanhavam Caio César, quando os soldados teriam se recusado a atravessar o oceano. Em contrapartida, Calígula age de forma a querer discipliná-los pela covardia ao mandar que catassem as conchas como seus espólios de guerra. E no final, Suetônio ainda utiliza da ironia, ao afirmar que “anunciando ao exército uma recompensa de cem denários para cada homem, como se tivesse ultrapassado todo exemplo de generosidade, disse-lhes: ‘Ide em alegria! Ide enriquecidos’” (Suetônio, *Calígula*, XLVI).

Suetônio parece questionar o valor do espólio distribuído aos seus soldados, e relata a humilhação com que Calígula os tratara ao proferir que supostamente iriam voltar ricos. Vejamos a passagem na íntegra:

---

<sup>105</sup> Em outra parte da *uita* de Calígula vemos os nomes atribuídos ao *princeps*: “Tendo assumido diversos nomes (pois era chamado de “pio”, “filho dos acampamentos militares”, “pai do exército” e “César Ótimo Máximo”)” (*Compluribus cognominibus adsumptis – nam et “pius” et “castrorum filius” et “pater exercituum” et “optimus maximus Caesar”*) (Suetônio, *Calígula*, XXII.II). Calígula nutria forte relação com as legiões romanas e, Suetônio explora este aspecto, perfazendo as anedotas da depreciação em torno das passagens onde o *princeps* se mostra negligente para com essa instituição, pois a trata como se ainda fosse um *puer* (menino), utilizando-se dessa ordem para realizar suas cenas teatrais. Entretanto, o exército era uma das égides que legitimavam o imperador em seu cargo. Destarte, Calígula ao querer utilizar a teatralidade com essa ordem demarcaria sua autoridade enquanto *imperator*, um símbolo de poder.

Por fim, como se estivesse para pôr um fim a uma guerra, levou o exército às margens do Oceano e armou catapultas e máquinas de guerra, sem que ninguém soubesse ou pudesse imaginar o que ele faria, e de repente mandou que fossem recolhidas conchas e que os soldados enchessem os bolsos e os capacetes, chamando-as de ‘espólios do Oceano, devidas ao Capitólio e ao Palatino’, e ergueu uma altíssima torre em sinal de vitória, da qual, como em Faros, brilhariam luzes para guiar o caminho dos navios durante a noite; e anunciando ao exército uma recompensa de cem denários para cada homem, como se tivesse ultrapassado todo exemplo de generosidade, disse-lhes: ‘Ide em alegria! Ide enriquecidos!’<sup>106</sup> (Suetônio, *Calígula*, XLVI.).

Após sua campanha militar, Calígula regressa à Roma e traz consigo cativos e fugitivos “bárbaros” em triunfo. O triunfo era até então uma cerimônia concedida e regulada pelo Senado aos generais merecedores, principalmente aos grandes conquistadores. Calígula queria todo o aparato que a cerimônia pudesse lhe proporcionar, queria demonstrar o seu poder enquanto imperador a todo o povo e, especialmente, ao Senado. O imperador parecia querer medir forças com esta instituição, ao afirmar que “tinha autoridade sobre os bens de todos os homens”<sup>107</sup> (Suetônio, *Calígula*, XLVII.III), afinal era ele César.

Como vimos nas páginas anteriores a relação entre imperador e senado era extremamente paradoxal e complexa. Calígula quer demonstrar a essa ordem que detém o poder e autoridade, tal qual um *rex*. Não obstante, o Senado queria manter a roupagem de República no funcionamento do principado, o que denota as tensões entre esses poderes. Logo, Suetônio trata esse episódio como mais uma encenação de Calígula, que na visão do biógrafo era indigno de tal cerimônia. Acentua também a falta de respeito para com membros ilustres da Gália, então província romana conquistada por Júlio César.

De acordo com Suetônio:

Voltando-se ao cuidado do seu triunfo, além dos cativos e dos fugitivos bárbaros, escolheu os mais eminentes de cada uma das Gálias e, como ele mesmo dizia, ‘os mais dignos de triunfo’, e alguns dentre os príncipes e os reservou à cerimônia, coagindo-os não somente a tingir de vermelho os cabelos e a deixá-los crescer, mas também a aprender a língua dos germanos e adotar nomes bárbaros. Instruiu também que se trouxesse para Roma as trirremes nas

---

<sup>106</sup> “Postremo quase perpetraturus bellum, derecta acie in litore Oceani ac ballistis machinisque dispositis, nemine gnaro aut opinante quidnam coepturnus esset, repente ut conchas legerent galeasque et sinus replerent imperauit, “spolia Oceani” uocans “Capitolio Palatioque debita”, et in indicium uictoriae altissimam turrem excitauit, ex qua ut Pharo noctibus ad regendos nauium cursus ignes emicarent; pronuntiatoque militi donatiou centenis uiritim denariis, quase omne exemplum liberalitatis supergressus: “abite”, inquit, “laeti, abite locupletes”.

<sup>107</sup> “Sed quantus numquam aliis fuissest, quando in omnium hominum bona ius haberent”.

quais ele havia adentrado o Oceano, e isso foi feito na maior parte pelo caminho terrestre<sup>108</sup> (Suetônio, *Calígula*, XLVII.I-II).

Outra questão abordada por Suetônio que queremos ressaltar aqui são os trajes utilizados por Calígula em seu governo. Para os romanos a indumentária era extremamente importante, pois discernia as categorias sociais e as honras devidas a cada cidadão. Ao Calígula não se vestir “à moda nacional (*habitu neque patrio*), nem dos cidadãos (*neque ciuali*)” (Suetônio, *Calígula*, LII.I), ele quebrava uma tradição secular, vista como sinal de respeito e preservação da memória dos antepassados.

Podemos ressaltar que a questão dos trajes utilizados por Calígula está inserida na parte ruim da sua *uita*, ou seja na descrição do *monstrum*. Suetônio critica Calígula pelas suas escolhas nada convencionais de vestuário, fugindo às tradições romanas e abraçando trajes orientais, denuncia também a sua *hybris* ao se comparar com os deuses e ao se trajar como tal. Termina o relato, evocando a emulação que Calígula tenta fazer de Alexandre III, um rei macedônico e estrangeiro, mas não tentou imitar Augusto seu avô e modelo de *princeps*. Nas palavras de Suetônio:

Nunca usou roupas e calçados e outras vestimentas à moda nacional, nem dos cidadãos, nem dos chefes de família, e, por fim, nem dos seres humanos. Frequentemente vestia-se com capas coloridas e adornadas com pedras, saía em público com túnicas de manga e com braceletes, às vezes usando sedas e cíclade, às vezes sandálias ou coturnos, às vezes botas de batedor, ou ainda borzeguins femininos; foi visto várias vezes usando uma barba dourada, segurando um raio, um tridente ou um caduceu, insígnias dos deuses, e até mesmo vestido de Vênus. Em muitas ocasiões vestiu os ornamentos triunfais mesmo antes de sua campanha militar, às vezes usando a couraça de Alexandre Magno, tirada de seu túmulo<sup>109</sup> (Suetônio, *Calígula*, LII.).

Este relato exemplifica como Calígula fazia da teatralidade um marcador simbólico para demarcar seu poder. Aparentemente ele compreendia que não era apenas imperador dos romanos, mas também *rex* das províncias conquistadas no Oriente. Na sua

<sup>108</sup> “Conuersus hinc ad curam triumphi praeter captiuos ac trâns fugas bárbaros Galliarum quoque procerissimum quemque et, ut ipse dicebat, ac nonnullos ex principibus legit ac suposuit ad pompam coegitque non tantum rutilare et summittere comam, sed et sermonerem Germanicum addiscere et nomina barbárica ferre, Praecepit etiam triremis, quibus introierat Oceanum, magna ex parte itinere terrestri Roman duehi”.

<sup>109</sup> “Vestiu calciatuque et cetero habitu neque pátrio neque ciuilli, ac ne uirili quidem ac denique humano semper usus est. Saepe depictas gemmatasque induitus paenulas, manuleatus et armillatus in publicum processit; aliquando sericatus et cycladatus; ac modo in crepidis uel coturnis, modo in speculatoria caliga, nonnumquam socco muliebri; plerumque uero aurea barba, fulmen tenens aut fuscinam aut caduceum deodorum insignia, atque etiam Veneris cultu conspectus est. Triumphalem quidem ornatum etiam ante expeditionem assidue gestauit, interdum et Magni Alexandri thoracem repetitum e conditorio eius”.

perspectiva, o *princeps*, tal qual um governante helenístico, absorvia e asseverava tal poder, trajando-se a maneira de seus súditos. O problema era que Calígula se trajava dessa maneira em Roma, se portando como um *rex*<sup>110</sup> em um sistema político que ao menos na fachada e nos rituais pretendia demonstrar a continuidade da República. Dessa forma, promovia uma quebra nos ritos do *mos maiorum*.

É possível que Calígula se baseasse nos modelos de reis helenísticos. A realeza helenística demostrava seu poder através da “suntuosidade” dos trajes e dos tidos “excessos”, que Suetônio acusa Calígula de cometer. Reforça também sua natureza *puer* ao ainda adulto ser fascinado por botas. E por fim, o acusa de ser um violador de túmulos, ao rapinar uma peça do vestuário de Alexandre Magno. Sobre as denúncias “orientalizantes” de Suetônio, Brandão argumenta que:

A enumeração das roupas e adornos de Calígula denuncia gostos orientalizantes, efeminados e monárquicos, de que é exemplo o uso da seda, proibida por Tibério. Fazendo jus à sua alcunha, Calígula parece interessar-se por calçado exótico. Usa peças orientais, que, em Roma, só têm lugar no palco: as sandálias e socos (*cripidae, socci*), o coturno (usado pelos reis helenísticos), sinal de tirania. Além disso, enverga a couraça de Alexandre Magno. O travestismo é objecto de condenação, bem como o uso de roupas das divindades, pois a imitação dos deuses é sinal inequívoco de *inciuilias*. Ao ostentar atributos divinos, Calígula parece estar a imitar o seu bisavô Marco António que, no Oriente, se apresentou como Dioniso; ao empunhar o raio, imitando Júpiter, parece seguir os passos de Alexandre e outros monarcas (Brandão, 2008: 129).

Ao utilizar a couraça de Alexandre, Calígula reforçaria ainda mais o aspecto helenístico de seu governo. Suetônio menciona que Otaviano e Júlio César haviam prestado homenagens a Alexandre, que César chegou até a chorar (Suetônio, *Júlio César*, VII), mas Calígula ultrapassou os limites ao querer se vestir como Alexandre (Suetônio, *Calígula*, LII.III). Segundo Brandão (2009), o travestismo denota a versatilidade das facetas que Calígula assumia, entre a tendência “orientalizante” e o seu comportamento teatral. Percebemos a teatralidade do *princeps* se acentuar quando exercia as artes diferentes e de outros gêneros (Suetônio, *Calígula*, LIV).

Percebemos o claro desinteresse de Calígula pelos entretenimentos tradicionais, diante da dedicação do *princeps* às artes, práticas que desagradavam os valores da aristocracia senatorial. De acordo com Brandão (2009), o cenário a serviço do poder poderia vir a ser proveitoso, se a teatralidade tomasse o leme do poder, acabava por se

---

<sup>110</sup> Segundo Brandão: “O cidadão romano, cioso da sua *libertas*, abominava a *dominatio*: não aceitava submeter-se a um *rex*. O castigo para quem desejasse tomar para si o poder era a morte; e diversas *declamationes* tratavam o tema do *praemium* a conceder ao tiranicida” (Brandão, 2008: 131).

tornar uma arbitrariedade, quando as convenções cênicas não eram morais nem sociais. Ao se colocar como um ator, muitas das representações histriônicas acabavam por definir ao público o que era a sua vida privada. Nas palavras de Suetônio:

Mas também exerceu diligentemente artes bem diferentes, e de outros gêneros. Como trácia ou piloto de biga, ou mesmo como cantor e dançarino, batia-se com armas de lutador, e conduzia a biga nos diversos lugares em que se havia construído um circo; era tão afetado pelo desejo de cantar e de dançar, que nem mesmo durante os espetáculos públicos conseguia impedir-se de declamar junto com o ator de tragédia ou de imitar os gestos do histrião, como se o elogiasse ou corrigisse<sup>111</sup> (Suetônio, *Calígula*, LIV.I-II).

Suetônio evidencia a naturalidade com a qual Calígula tratava de assuntos triviais, não merecedores da atenção do *princeps*, mas que eram abordados como assuntos de primeira ordem. Narra que tais talentos eram temidos por membros da mais alta ordem, tendo em vista que os mandava chamar para simplesmente os verem dançar e estes compareciam pois temiam por suas vidas caso se ausentassesem. Calígula se comportava como se tudo lhe fosse permitido, agindo sem pudores, sem clemência e sem respeito.

Nas palavras de Suetônio:

E não parece ter sido por outro motivo que, no dia em que morreu, tinha determinado um culto noturno com vigília, para que inaugurasse o início de seu aparecimento no palco, usando a ocasião como desculpa. Dançava muitas vezes até durante a noite; e certa vez, durante a segunda vigília, colocou sobre os bancos três consulares – que temiam coisas extremas e diversas – que ele havia mandado trazer ao palácio, e então, de repente, com grande estrondo de flautas e escabelos, saltou diante deles com uma túnica que ia até os tornozelos e vestes de ator trágico e, tendo feito seu canto e sua dança, foi embora. E este homem, tão versado em outras matérias, não sabia nadar<sup>112</sup> (Suetônio, *Calígula*, LIV.III-IV).

É curioso notar como Suetônio termina essa passagem ironizando o fato do *princeps* não saber nadar, enquanto sabia coisas tida como “inúteis”, aos olhos da aristocracia senatorial. Observamos como Suetônio amplifica o *topos* da teatralidade da *vida* de Calígula na sua argumentação para ojerizar seu principado.

---

<sup>111</sup> “*Sed et aliorum generum artes studiosissime et diuersissimas exercuit. Thraex et auriga, idem cantor atque saltator, battuebat pugnatoriis armis, aurigabat exstructo plurifariam circo; cannendi ac saltandi uoluptate ita efferebatur, ut ne Publicis quidem spectaculis temperaret quo minus et tragœdo pronuntianti concineret et gestum histrionis quase laudans uel corrigenſ palam effigeret*”.

<sup>112</sup> “*Nec alia de causa uidetur eo die, quo perit, peruigilium indixisse quam ut initium in scaenam prodeundi licentia temporis auspicaretur. Saltabat autem nonnumquam etiam noctu; et quondam tres consulares secunda uigilia in Palatium accitos multaque et extrema metuentis super pulpitum conlocauit, deinde repente magno tibiarum et scabellorum crepitu cum palla tunicaque talari prosiluit ac desaltando canticō abiit. Atque hic tam docilis ad cetera natare nesciit*”.

A teatralidade deve ser vista como uma das facetas de seu principado e um dos pilares de simbolismo da autoridade de Calígula, que parece ter buscado respaldo em figuras helenísticas para agir dessa forma e se manter no poder.

### 3.2 Caracterização do *monstrum*

Ainda na parte em que Suetônio enumera os aspectos positivos da *uita de Calígula*, afirma que quando estava exilado em Capri, convivendo com seu avô Tibério, aprendeu as mais sórdidas maneiras de dissimulação. Suetônio narra o fim trágico que membros da sua família tiveram e a total inabilidade que o levou a ter suas lembranças obliteradas mediante as desgraças que acometeu os seus.

Porém, o que chama a atenção neste relato é a pretensa submissão de Calígula aos caprichos de Tibério, numa relação senhor-escravo, considerada desonrosa para um ilustre cidadão. Segundo Suetônio: “tamanha era a submissão ao avô e aos que o acompanhavam, que não sem mérito se disse “não haver melhor escravo nem pior senhor”<sup>113</sup> (Suetônio, *Calígula*, X. IV). Destarte, tratar-se-ia de uma grave acusação, pois Suetônio ilustra a relação de dois cidadãos romanos considerados “iguais” numa situação de escravização do outro, o que seria uma quebra da *libertas*.

Eis que chegamos na parte crucial da biografia, onde Suetônio divide a balança moral da vida de Calígula em duas: “Até aqui se falou de um príncipe – deve-se agora falar de um monstro”<sup>114</sup> (Suetônio, *Calígula*, XXII.I). Consideramos a passagem como um explícito sinal de “travessia”, pois literalmente, Suetônio encaixa Calígula na esfera romana quando define seu *princeps*, e o transfere para a esfera do *regnum* elaborando a figura do *monstrum*<sup>115</sup>. Entendemos que Suetônio dividiu essa *uita* entre um *principatus* governo de um *princeps* e um *regnum* governo de um *basileus*.

Para acentuar a divisão, ressalta as características gregas de seu governo. Suetônio atribui a Calígula a expressão homérica: “Um só tenha o posto supremo; Um, seja o rei”<sup>116</sup>

---

<sup>113</sup> “[...] transmittens tantique in auum et qui iuxta erant obsequii, ut non immerito sit dictum “nec seruum meliorem ullum nec deteriorem dominum fuisse” (Suetônio, *Calígula*, X. IV).

<sup>114</sup> “Hactenus quase de principe, reliqua ut de monstro narranda sunt”.

<sup>115</sup> Tomei por base o termo latino no qual Suetônio exemplifica que faltou pouco para Calígula transformar em reinado/realeza o seu principado. “Nec multum afuit quin statim diadema sumeret speciemque *principatus* in regni formam conuerteret” (Suetônio, *Calígula*, XXII.II).

<sup>116</sup> (*Εἷς κοίρανος ἔστω, εἷς βασιλεύς*) Poderíamos traduzir também para: “Não há mais que um senhor, não há mais que um basileus”. É interessante termos em mente que Suetônio utiliza um termo grego “basileus” para narrar a *uita* de um *princeps* romano. Aspirar a realeza era um crime moral cometido por outros

(Suetônio, *Calígula*, XXII.II). Essa expressão não fora jogada ao vento ou declamada sem motivo, ocorreu no contexto em que Calígula recebera em Roma um grupo de reis que fazia uma visita ceremonial. Tais monarcas discutiam entre si a nobreza de sua linhagem, quando Calígula rouba a cena ao arrebatar a expressão homérica e angariar para si o posto supremo. Através da expressão homérica Calígula reafirma o caráter grego e/ou helenístico de seu principado, assim como reforça em que condição se encontrava quem estava abaixo do *princeps*.

Ao desejar ser um *basileus*, o imperador explicitava sua incapacidade e *incivilitas*. Suetônio põe o problema numa dimensão moral: o afastamento dos códigos morais ancestrais. Calígula abandonou completamente o molde augustano de governar o principado e se volta ao marco-antoniano, cujo modelo adota, porém fora ainda mais ousado do que Júlio César e Marco Antônio ao querem supostamente um *regnum* em Roma.

Outro símbolo importante e sacralizador da realeza helenística é a diadema (coroa), que antes tinha sido oferecida a Júlio César por Marco Antônio e fora rejeitada. É importante destacarmos essa passagem da *vida de Caio Júlio César*, em que Suetônio narra os sinais que Júlio César ambicionava a realeza e queria ser tratado como um *rex*. Mais uma vez Alexandria aparece como um lugar-comum, da mesma forma que o símbolo da realeza persa e helenística, a diadema. Não sem demora, o biógrafo menciona outro povo do oriente, os partos. Toda essa conglutinação com o oriente serviria para um fim: desqualificar o seu caráter enquanto um cidadão romano que atravessou um limite estabelecido pela civilidade da República e usa o exemplo do divino Júlio que também teria realizado a “travessia”. Vejamos a passagem:

A uma tão insigne ofensa à majestade do Senado acrescentou um traço de arrogância ainda mais grave. No seu regresso das festas latinas, enquanto o povo o cercava com exclamações excessivas e inauditas, um homem poisou sobre a sua estátua uma coroa de loiros enlaçada com uma faixa branca. Os tribunos do povo Epídio Marcelo e Cesécio Flavo mandaram arrancar a faixa da coroa e o homem para a prisão. Mas César, enfurecido por aquela alusão à realeza haver obtido tão pouco êxito, ou, que assim ele o pretendeu, por lhe terem roubado a glória de recusar o trono, censurou asperamente os tribunos e privou-os do seu cargo. Desde esse dia, nunca mais conseguiu dissipar a presunção infamante de haver pretendido, mesmo, o título de rei; no entanto, um dia em que a plebe o saudava com esse nome, respondeu “que era César, mas não rei”, e nas Lupercales, na tribuna das alocuções, repeliu e mandou levar ao Capitólio, a Júpiter, muito bom e muito grande, o diadema que Antônio por várias vezes tentou aproximar-lhe da cabeça. Mais ainda, espalhou-se o

---

cidadãos que, ao tentarem fazê-lo, acabaram sendo depostos e retirados de seus cargos por causa da atitude autocrática, vide os exemplos de Júlio César e Marco Antônio.

rumor, por vários lados, de que ele iria a Alexandria ou a Tróia, levando consigo as riquezas do Império, depois de esgotar a Itália com recrutamentos, entregando a administração de Roma aos seus amigos. Dizia-se também que na próxima sessão do Senado, o quindecênviro Lúcio Cota proporia que fosse dado a César o título de rei, visto estar escrito nos livros do destino que os partos só por um rei podiam ser vencidos<sup>117</sup> (Suetônio, Júlio César, LXXIX).

O mesmo rumor tenebroso que pairou na *uita* de Calígula: mudar-se para Alexandria, flertar com a realeza, adotar símbolos como a diadema. Suetônio sabia como espavorir o público romano com lembranças de Alexandria outorgadas pela propaganda augustana. Suetônio relata que Calígula “por pouco não tomou a coroa naquele momento, convertendo em realeza a falsa aparência de principado<sup>118</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XXII.II). Entretanto, como discutimos anteriormente o principado era uma forma de monarquia, logo Calígula utilizar a coroa ou não seria mais um aspecto de caráter propagandístico do que necessariamente jurídico.

A diadema era o objeto mais importante das insígnias da realeza helenística, sendo um dos grandes símbolos de poder. Segundo Alfaro (2013), era um objeto de vitória, sacralizando aquele que a possuía como o melhor entre todos. Era um símbolo da realeza persa que passou a ser utilizada pelos macedônicos e posteriormente nos reinos helenísticos.

Ao aderir à diadema demonstraria que os romanos eram seus súditos, o que contrariaria a *libertas*. Sua postura intensificaria o medo que as classes senatoriais tinham de perder o privilégio de serem livres e tornarem-se súditos abertamente, apesar de relações da corte perpassarem a figura do cargo imperial.

Em seguida Suetônio continua o relato revelando os excessivos “horrores” que o principado de Calígula inaugurava. A começar cita a questão do culto imperial associado ao seu nome, que na visão de Suetônio era uma inversão de valores e uma degradação

---

<sup>117</sup> “Ad tam levem contumeliam majestati senatus, etiam gravius arrogantiae vestigium addidit. Inde ad epulas Latinas regressus, cum populus eum nimia et inusitata exclamazione circumdedisset, coronam candidam corona alba alligatam in statua sua collocavit. Epidio Marcelo et Cesécio Flavo de corona detrahi tribuni plebis, hominemque comprehendendi iussit. Sed Caesar iratus vel parum prosperam hanc de regno, vel, quod ei gloriae erectum esset, abnuenti imperio, graviter increpans tribunos increpitans se magistratu ademit. Ex eo die numquam potuit depellere tam nefariam arrogantiam, ut etiam regium nomen in animo haberet; Quadam tamen die, cum vulgo eo nomine salutassent, Caesarem se, sed non regem esse respondit; et in Lupercalibus orationibus tribunorum repulsam in Capitolium deferri iussit. lovi optumo et amplissimo, diadema Antonio aliquoties ad caput eius adducere conatus est. Praeterea in plures partes rumor percrebruit, se Alexandream seu Troiam iturum, assumptis secum divitiis imperii, exhaustam conscribi Italiam, tradendamque amicis rem publicam. Quindecemvir Lucio Cota proponeret, ut in libris fatis scriptum esset, Parthos solum a rege superari posse”.

<sup>118</sup> “Nec multum aſuit quin statim diadema ſumeret ſpeciemque principatus in regni formam conuerteret”.

moral, a *hybris* avultada nesse governo. Como vimos o culto imperial era uma das formas de propaganda e consolidação do *princeps*. Augusto e Tibério foram cultuados, mas não foram repreendidos pelo biógrafo, enquanto Calígula seria. Supôs ainda que o grupo de reis que tinha ido à Roma numa visita ceremonial<sup>119</sup> - bajulou Calígula ao ponto de sobressair com extrema demasia a sua *hybris*. Nas palavras Suetônio:

No entanto, como tinham dito que ele havia superado o mais alto grau dos príncipes e dos reis, começou a atribuir a si mesmo a majestade divina. E, tendo dado a ordem de que fossem trazidas da Grécia as estátuas de deuses mais distintos pela devoção e pela arte, entre elas uma de Júpiter Olímpico, às quais, retiradas as cabeças, acrescentou sua própria imagem, ele fez com que uma parte do palácio se estendesse até o Fórum e, transformando o templo de Castor e Pólux num vestíbulo, se punha frequentemente entre as imagens dos deuses irmãos, e se oferecia à adoração dos visitantes. E houve aqueles que o saudassem como “Júpiter do Lácio”<sup>120</sup> (Suetônio, *Calígula*, XXII.III).

Suetônio narra os excessos divinos cometidos por Calígula. Sabemos que nos reinos helenísticos cultuar reis e atribuir a majestade divina a eles eram práticas comuns. Aqui existe também uma denúncia por sua arrogância ao se comparar aos deuses e querer emulá-los e desrespeitá-los, retirando sua glória.

Suetônio relata ainda que Calígula criara um templo a seu *nume* – prática normalmente aceita nos principados anteriores – que detinha sacerdotes e sacrifícios, “Nesse templo havia uma estátua dourada sua, em tamanho natural, que era vestida todos os dias com vestes semelhantes às que ele mesmo utilizava<sup>121</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XXII.V). Se levarmos em conta que os trajes utilizados por Calígula não eram convencionais, a estátua do César-rei também se vestiria assim. Logo, os romanos estavam cultuando não um *princeps*, mas um *basileus*, o que contraria todas as virtudes nobiliárquicas da aristocracia senatorial.

De acordo com Suetônio, não bastava a soberba de se equiparar aos deuses, Calígula ainda os desafiava e os ameaçava. O biógrafo conta que Calígula chegara a discutir com o deus Júpiter, em voz alta vociferou mais uma vez outra expressão

---

<sup>119</sup> Na citação acima podemos perceber a continuação dessa passagem. Na primeira frase fica explícita a suposta adulação que os que estavam ao seu redor proferiram à Calígula, terminando com o processo de deificação do *princeps*.

<sup>120</sup> *Verum admonitus et principum et regum se excessisse fastigium, diuinam ex eo maiestatem asserere sibi coepit; datoque negotio, ut simulacra numinum religione et arte praeclera, inter quae Olympii Iouis, apportarentur e Graecia, quibus capite dempto suum imponeret, partem Palatii ad forum usque promovit, atque aede Castoris et Pollucis in uestibulum transfigurata, consistens saepe inter fratres deos, medium adorandum se adeuntibus exhibebat; et quidam eum Latiarem Iouem consalutarunt.*

<sup>121</sup> *In templo simulacrum stabat aureum iconicum amiciebaturque cotidie ueste, quali ipse uteatur.*

homérica: “Ou me levanta ou a ti faça eu o mesmo<sup>122</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XXII.IX). Suetônio enfatiza nessa narrativa o nível de arrogância de Calígula até para com os deuses, pois sua *hybris* era desmedida.

Juntou seu Palácio com o Capitólio, ao habitar e dividir a morada com os deuses, seu Palácio se assemelhava ao Olimpo, aos campos Elísios, e o tornaria um local de adoração incessante. Ademais, ao construir “uma ponte que passava sobre o templo de Augusto” demonstrou que seu poder era maior e mais significativo do que o imperador divinizado, o modelo perfeito de *princeps* de acordo com a aristocracia senatorial. Dessa forma, Calígula queria demarcar a sua presença e consolidar seu recente principado. Afrontava abertamente o *mos maiorum* e o jeito de ser romano, tal qual seu bisavô Marco Antônio fizera ao se unir com Cleópatra e seu antepassado Júlio César ao se tornar ditador.

A ascensão de Cleópatra ao poder foi resultado de uma disputa bélica entre ela e seus irmãos. Assassinatos, traições e violência generalizada marcaram a dinastia dos Ptolomeus, de acordo com a tradição literária, o que levou romanos egrégios a participarem destas disputas, tais como Júlio César e Marco Antônio. Este último flertou incessantemente com a realeza alexandrina, mudando até os seus trajes, tal qual seu bisneta Calígula o fizera.

A evocação aos Ptolomeus é translada por Suetônio ao relatar o tratamento que dava aos seus amigos e pessoas próximas. Outro Ptolomeu, dessa vez parente do *princeps* foi assassinado, segundo Suetônio a mando do imperador. Vejamos o relato: “Ptolomeu filho do rei Juba, seu primo (era, também, neto de Marco Antônio, pela mãe Selene) e, em particular, o próprio Macrôn e a própria Ênia que o ajudaram a chegar ao poder: todos eles receberam como recompensa por seu parentesco e pelos méritos uma morte sangrenta<sup>123</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XXVI. I).

Em outra passagem, Suetônio explica o motivo da morte de Ptolomeu, que era filho de Cleópatra Selene II, filha de Marco Antônio, e como já dito do rei Juba II, que foi educado em Roma. Logo, pelo elo de Marco Antônio, eram esses homens parentes. Vejamos o motivo da morte de Ptolomeu nas palavras de Suetônio:

---

<sup>122</sup> “*H μ' ἀνάειρ' ἦ ἐγώ σέ,*”

<sup>123</sup> “*Ptolemaeum regis Iubae filium, consobrinum suum – erat enim et is M. Antoni ex Selene filia nepos – et in primis ipsum Macronem, ipsam Eniam, adiutores imperii; quibus omnibus pro necessitudinis iure proque meritorum gratia cruenta mors persoluta est*”.

Matou de repente a Ptolomeu, de quem já falei, que ele havia mandado trazer de seu reino e recebido com honras, por nenhuma outra causa que não o fato de que, quando entrou num anfiteatro em que oferecia jogos públicos, percebeu que os olhos das pessoas se voltaram a ele por causa do fulgor de seu manto púrpura<sup>124</sup> (Suetônio, *Calígula*, XXXV. II).

Suetônio reprova o assassinio de seus parentes, entretanto, nas coortes imperiais muitas das alternativas para se consolidar no poder também ocorriam por intermédio do assassinato de vários adversários, o próprio Otaviano fizera isto, Tibério (que inclusive mandara executar toda a família de Calígula) e o próprio “chefe” de Suetônio, o imperador Adriano. Como dissemos anteriormente, partimos da hipótese de que ao narrar as execuções do principado de Calígula, muitos destes episódios se assemelham com a violenta ascensão do *princeps* Adriano.

Logo, mediante o relato da *uita de Calígula*, Suetônio poderia estar promovendo uma denúncia velada ao seu próprio *Princeps*, tendo em vista que Adriano também detinha fortes ligações com o Oriente, em especial com o Egito e a Grécia. Brandão (2016) levanta a questão de que a morte de Ptolomeu pudesse estar ligada a política e ser o resultado do envolvimento deste príncipe em uma conjuração. Basicamente, ao narrar estes assassinios Suetônio não estaria preocupado em abordar questões políticas, mas queria relatar que a残酷和暴力 típicas de monarcas, eram também características do *monstrum*.

Nesta mesma parte, Suetônio narra o tratamento dispensando por Calígula a mais ilustre ordem senatorial com quem seu predecessor Augusto mantinha boas relações e demonstrava respeito. Calígula inverte essa relação ao ambicionar o poder autocrático os tratando como súditos e escravizados mediante a vontade do imperador, o que para Suetônio evidenciava o caráter cruel e tirânico do imperador. Mais uma vez o traje aparece nesta *uita* para designar uma estratificação social e demarcar um limite, desta vez obrigando senadores a vestirem linho, uma vestimenta associada a condição de escravizados, o que foi visto como uma afronta moral direta ao Senado, pois os romanos se curvavam apenas para sua lei, não para reis. Nas palavras de Suetônio:

Não foi mais respeitoso ou gentil em relação ao Senado, cujos membros que haviam ocupado os cargos mais importantes ele deixou correr vestidos de toga, junto a seu carro, por alguns milhares de passos e ficar ora junto de seu leito,

---

<sup>124</sup> “Ptolemaeum, de quo rettuli, et arcessitum e regno et exceptum honorifice, non alia de causa repente percussit, quam quod edente se munus ingressum spectacula convertisse hominum oculos fulgore purpureae abollae animaduertit”.

enquanto jantava, ora junto de seus pés, usando vestes de linho; outros foram mortos em segredo, e ele insistia em chamá-los como se ainda estivessem vivos, e poucos dias depois, mentia dizendo que haviam cometido suicídio<sup>125</sup> (Suetônio, *Calígula*, XXVI.II).

Na passagem XXVII, Suetônio descreve especificamente a *saeuitiam* (crueldade) desmedida de Calígula, caracterizando o *monstrum*. O imperador não demonstrava a *moderatio* que um *princeps* precisava exercer em público. Narra que o *monstrum* condenou prisioneiros a serem devorados pelas feras, servindo de comida: “sem conferir nenhum dos registros criminais, mas simplesmente parando no meio do pórtico, mandou que fossem levados ‘cabeça por cabeça’” (Suetônio, *Calígula*, XXVII. II). Em uma ocasião que Calígula ficou doente, à beira da morte, - muitos diziam que talvez fosse esse o motivo de sua “loucura” - acabou levando diversas pessoas a fazerem promissões aos deuses objetivando a cura do imperador.

Segundo Suetônio, Calígula passou a querer cobrar tais pactos e “exigiu o cumprimento da promessa a um homem que havia jurado, por sua saúde, lutar como gladiador e o assistiu lutar com espada em punho” e ainda um outro que “pela mesma causa havia jurado se matar, mas que hesitava, disse a seus escravos que “conduzissem-no pelas ruas adornado com ínfulas e com ramos sagrados, pedindo a todos que o juramento se cumprisse, até que se precipitasse de uma colina” (Suetônio, *Calígula*, III-IV).

O biógrafo parece realmente empenhado em emaranhar uma série de vícios para demonstrar o *monstrum* que é o imperador, que só cometia o excesso de autoridade e crueldade. Porém, percebemos uma pequena denúncia velada de Suetônio a respeito da bajulação na corte de Calígula. Na mesma passagem, denuncia a falta de civilidade do imperador ao imputar a pessoas de alta ordem trabalhos braçais, tidos como trabalhos de escravizados e evidencia o motivo banal de tal ato. Nas palavras de Suetônio:

Muitas pessoas de alta ordem foram primeiro desfiguradas com marcas de ignomínia e depois condenadas a trabalhar nas minas, ou na construção das estradas ou foram jogadas às feras, ou colocadas em jaulas, obrigadas a permanecer de quatro, como animais ou cortadas ao meio com uma serra. E

---

<sup>125</sup> “Nihilo reuerentior leniorue erga senatum, quosdam summis honoribus functos ad essendum sibi currere togatos per aliquot passuum milia et cenanti modo ad pluteum modo ad pedes stare succinctos linteo passus est; alios cum clam interemisset, citare nihilo minus ut uiuos perseuerauit, paucos post dies uoluntaria morte perisse mentitus”.

tudo isso não por motivos graves, mas por terem falado mal de seus espetáculos ou por nunca terem jurado pelo seu nome<sup>126</sup> (Suetônio, *Calígula*, XXVII. V).

Se já não bastasse narrar os eventos da suposta crueldade de Calígula, Suetônio agora amplifica essa característica com a “monstruosidade de suas palavras<sup>127</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XXIX. I). Parece se tratar de uma retórica do poder, manifesto através das palavras. O poder estaria em disputa entre Calígula e a aristocracia, ao tratar de eventos em que demonstra o poder de ação mediante a espada. Suetônio quer solidificar o *topos* da vilania neste *princeps*. Entretanto, Otaviano fora violento na mesma medida, especialmente no contexto da consolidação de seu poder, que estabeleceria o modelo para os principados posteriores. Mais uma vez Suetônio seleciona as anedotas a serviço da depreciação de Calígula e da construção da imagem de um autocrata. Nas palavras de Suetônio:

Dizia que a coisa mais admirável na sua natureza era, para usar suas próprias palavras, sua ἀδιατρεψίαν, ou seja, sua falta de vergonha. À avó Antônia, que lhe dava então conselhos, como se já não fosse o bastante não a obedecer, disse: “Lembra-te que posso fazer o que eu quiser a quem eu bem entender”. Quando estava para matar o irmão, de quem suspeitava ter-se munido de um antídoto, por medo de ser envenenado, disse: “Existe um antídoto contra César?<sup>128</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XXIX. II-IV).

Na passagem seguinte, XXX, Suetônio parece querer demonstrar claramente a crueldade de Calígula e apresenta o *princeps* como sedento pela violência e orgulhoso pelo temor que causava entre os senadores. Ao vociferar a expressão da peça do Ácio: “Que eles me odeiem, mas que me temam!<sup>129</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XXX. II), Suetônio estaria explicitamente relatando que Calígula governava por meio do terror, mesmo sendo odiado entre os membros ilustres.

Poderíamos nos lembrar de Tarquínio, o soberbo, o *rex* que a elite aristocrática derrubou ao instaurar a República. Tarquínio também governava pelo medo, e a elite senatorial temia um retrocesso à servidão, ou pior, a uma *regnum*. Os romanos adoravam

---

<sup>126</sup> “*Multos honesti ordinis deformatos prius stigmatum notis ad metalla et munitiones uiarum aut ad bestias condemnauit aut bestiarum more quadripedes cauea coercuit aut medios serra dissecuit, nec omnes grauibus ex causis, uerum male de munere suo opinatos, uel quod numquam per genium suum deierassent*”.

<sup>127</sup> “*Immanissima fact augebat atrocitate uerborum*”.

<sup>128</sup> “*Nihil magis in natura sua laudare se ac probare dicebat quam, ut ipsius uerbo utar, ἀδιατρεψίαν, hoc est inuercundiam. Monenti Antoniae auiae tamquam parum esset non oboedire: "Memento," ait, "omnia mihi et in omnis licere."* 4Trucidatur fratrem, quem metu uenenorum praemuniri medicamentis suspicabatur: “Antidotum,” inquit, “aduersus Caesarem?”.

<sup>129</sup> “*Oderint, dum metuant*”.

se distinguir dos outros povos e se sentirem singulares mediante o processo do imperialismo romano. Nesta passagem os papéis que supostamente haviam sido queimados e descartados contendo os detratores e cúmplices da ruína de sua família, aparentemente não foram destruídos, Calígula os trouxe à tona e ressaltaria crueldade de Tibério<sup>130</sup>.

Na passagem XXXIV Suetônio trata os relatos tidos como invejosos por parte do *princeps*, entretanto, nesta parte analisaremos a tentativa do imperador de centralizar o poder em torno da sua figura, a começar por derrubar as estátuas de homens ilustres levadas ao Campo de Marte por Augusto e “proibiu que dali em diante se fizesse qualquer estátua ou imagem de qualquer pessoa ainda viva, sem consulta e ordem dele<sup>131</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XXXIV. II). Segue-se ainda a tentativa de seguir os passos do filósofo Platão, ao tentar abolir os poemas de Homero, segundo Suetônio Calígula disse: “Por que não me será permitido fazer o que foi permitido a Platão, que o expulsou da cidade que ele havia idealizado?<sup>132</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XXXIV. III).

Suetônio nos permite perceber o quanto Calígula era conhecedor das obras gregas, desde os momentos que o biógrafo relata que o *princeps* declamava Homero e outras peças latinas. O biógrafo afirma que não poupara nem mesmo os autores latinos das críticas, ao afirmar que: “por pouco não removeu de todas as bibliotecas os escritos e imagens de Virgílio e Tito Lívio, os quais repreendia dizendo que o primeiro não tinha qualquer gênio ou instrução, e que o segundo era prolixo e negligente com a história<sup>133</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XXXIV. IV).

Por fim, evoca Hércules para reclamar dos jurisconsultos, “por Hércules, farei com que não possam dar consultas que sejam contrárias a mim<sup>134</sup>” (Suetônio, *Calígula*,

<sup>130</sup> “Frequentemente se voltava a todos os senadores, chamando-os de clientes de Sejano, de delatores de sua mãe e seus irmãos, trazendo à tona os documentos, que ele fingira ter queimado, e defendia a crueldade de Tibério como se fosse necessária, em vista de quantos o acusavam de ser cruel” (*Saepe in cunctos pariter senatores ut Seiani clientis, ut matris ac fratrum suorum delatores, inuestus est prolatis libellis, quos defensaque necessaria, crematos simulauerat, Tiberi cum saeuitia tot quasi criminantibus credendum esset*) (Suetônio, *Calígula*, XXX. IV).

<sup>131</sup> “Statuas uirorum inlustrium ab Augusto ex Capitolina area propter angustias in campum Martium conlatas ita subuerit atque disiecit ut restitui saluis titulis non potuerint, uetuitque posthac uiuentium cuiquam usquam statuam aut imaginem nisi consulto et auctore se ponit”.

<sup>132</sup> “Cogitauit etiam de Homeri carminibus abolendis, cur enim sibi non licere dicens, quod Platonis licuisset, qui eum e ciuitate quam constituebat eiecerit?”

<sup>133</sup> “Sed et Vergili ac Titi Liui scripta et imagines paulum afuit quin ex omnibus bibliothecis amoueret, quorum alterum ut nullius ingenii minimaeque doctrinae, alterum ut uerbosum in historia neglegentemque carpebat”.

<sup>134</sup> “De iuris quoque consultis, quasi scientiae eorum omnem usum aboliturus, saepe iactauit se mehercule effecturum ne quid respondere possint praeter eum”.

XXXIV. V). Entendemos ser uma tentativa de centralizar as decisões de diversas facetas de seu principado em sua figura, afim de assegurar as principais decisões. Vimos anteriormente que o *princeps* era um homem das artes liberais e divulgador da cultura e literatura, diferente de seus predecessores (Suetônio, *Calígula*, XVI).

Nas passagens em que Suetônio retrata os presságios que aludem a iminente morte de Calígula, o autor enfatiza um prenúncio de morte que liga Calígula ao pai de Alexandre Magno, Filipe II, rei da Macedônia, um *rex* estrangeiro. Estaria Suetônio querendo narrar que os autocratas teriam fins trágico? Vejamos o relato:

Também foram tidas como prodígio algumas coisas que aconteceram por acaso um pouco mais cedo naquele mesmo dia. Enquanto sacrificava um flamingo, o sangue lhe respingou; e o pantomimo Mnester dançou uma tragédia que outrora Neoptolemo havia encenado durante os jogos teatrais nos quais Filipe, rei da Macedônia, havia morrido<sup>135</sup>. (Suetônio, *Calígula*, LVII. IX).

Existem muitos elementos macedônicos e gregos nesse presságio, desde a figura do monarca a elementos da tragédia grega, além do realce em torno do sangue. Logo, o assassinio de Calígula é legitimado por tais elementos. Nessa mesma passagem Suetônio descreve a presença de egípcios e etíopes, que representariam um espetáculo cujo conteúdo estaria relacionado aos infernos (Suetônio, *Calígula*, LVII. X). É interessante pensar neste aspecto, ao escolher egípcios e etíopes, dois povos vizinhos, o primeiro povo representando o inferno é muito significativo, sobretudo neste principado, visto que se trata de um presságio referente a morte do imperador associado justamente aos egípcios. Os atores evidenciam a decadência e ruína de Calígula ao representarem os infernos, o submundo, a franca queda de um histrião.

Na última passagem desta biografia, LX, Suetônio narra o fim do principado de Calígula e o medo que tomou conta da classe senatorial. O seu assassinato fora legitimado pelos deuses e pelos homens, porém os conjurados não tinham escolhido um substituto. Ademais o governo de Calígula fora tão traumático para essa ordem que o senado “estava tão decidido a reclamar a liberdade, que fez a primeira convocação dos cônsules não na

---

<sup>135</sup> "Sacrificans respersus est phoenicopteri sanguine; et pantomimus Mnester tragediam saltauit, quam olim Neoptolemus tragedus ludis, quibus rex Macedonum Philippus occisus est, egerat; et cum in Laureolo mimo, in quo a[u]ctor proripiens se ruina sanguinem uomit, plures secundarum certatim experimentum artis darent, cruento scaena abundauit".

Cúria porque tinha o nome de Júlia, mas no Capitólio, e alguns propunham, como parecer, que se abolisse a memória dos Césares e se destruíssem os seus templos<sup>136</sup>" (Suetônio, *Calígula*, LX. II).

Os membros da classe senatorial, segundo Suetônio, estavam inclinados ao retorno da República, para que a sua *libertas* fosse restaurada e privilégios mantidos e reparados. Assim como fizeram com Júlio César, o Senado tentou frear a ambição de autocracia por parte de um só homem. Suetônio termina essa *uita* observando uma espécie de maldição sobre o nome “Caio”, pois “também se observou e notou que todos os primeiros Césares cujo primeiro nome era Caio haviam morrido pela espada, desde aquele que tinha sido morto nos tempos de Cina<sup>137</sup>” (Suetônio, *Calígula*, LX. III).

Por fim, Suetônio insinua o suposto incesto de Calígula e suas irmãs, e principalmente a sua favorita, Drusila. Dialogando com Aloys Winterling na obra *Loucura Imperial na Roma Antiga* a respeito do incesto com as irmãs sinalizados por Suetônio e considerando outras fontes da Antiguidade, como Sêneca e Filo de Alexandria, ambos contemporâneos do imperador e ligados a corte e a aristocracia senatorial, não confirmam o suposto incesto com suas irmãs que Suetônio afirma com veemência (Winterling, 2007: 5). Nas palavras de Suetônio:

Teve frequentes relações incestuosas com todas as suas irmãs, e em pleno banquete, as colocava abaixo de si, uma de cada vez, enquanto sua esposa ficava por cima. Dentre elas, acredita-se que tenha tirado a virgindade a Drusila, enquanto ele ainda vestia a toga preta, e foi pego deitando-se com ela pela avó Antônia, que os havia criado; mais tarde, a tomou do consular Lúcio Cássio Longino, com quem ela havia se casado, e a tratou abertamente como sua esposa legítima. Quando ele ficou doente, a escolheu como herdeira de seus bens e do império. Quando ela morreu, instituiu um luto oficial, no qual quem risse, se banhasse, jantasse com a família ou o cônjuge, era condenado à morte. E, incapaz de suportar a dor, partiu de Roma à noite, repentinamente, atravessou a Campânia e chegou a Siracusa, de onde voltou rapidamente com a barba e o cabelo crescidos. E depois disso, não importando a grandeza do assunto, nem mesmo diante do povo reunido ou dos soldados, não fez juramentos senão ao nome de Drusila<sup>138</sup> (Suetônio, *Calígula*, XXIV. I-IV).

<sup>136</sup> “et senatus in asserenda libertate adeo consensit, ut consules primo non in curiam, quia Iulia uocabatur, sed in Capitolium conuocarent, quidam uero sententiae loco abolendam Caesarum memoriam ac diruenda templo censuerint”.

<sup>137</sup> Caio Júlio César Estrabão, morto durante as guerras civis em 87 a.C.

“Obseruatum autem notatumque est in primis Caesares omnes, quibus Gai praenomen fuerit, ferro perisse, iam inde ab eo, qui Cinnanis temporibus sit occisus”.

<sup>138</sup> “Cum omnibus sororibus suis consuetudinem stupri fecit plenoque conuiuio singulas infra se uicissim conlocabat uxore supra cubante. Ex iis Drusillam uitiasse uirginem praetextatus adhuc creditur atque etiam in concubitu eius quondam deprehensus ab Antonia auia, apud quam simul educabantur; mox Lucio Cassio Longino consulari conlocatam abduxit et in modum iustae uxoris propalam habuit; heredem quoque bonorum atque imperii aeger instituit. Eadem defuncta iustitium indixit, in quo risisse lauisse cenasse cum

Se prosseguirmos com a linha que Suetônio tenta traçar na *uita de Calígula*, percebemos a tentativa de associar o *princeps* ao casamento entre irmãos que ocorria na monarquia egípcia dos Ptolomeus, ao mencionar o suposto incesto com sua irmã, Drusila, que fora nomeada sua herdeira.

Além disso, ao reagir de forma considerada “exagerada” à perda da irmã e, posteriormente, criar um culto em sua homenagem – o primeiro oferecido a uma mulher – Calígula remete ao culto divino entre Íris e Osíris<sup>139</sup>. Porém, como já discutido, a possibilidade de tal fato ter ocorrido é praticamente nula, visto que somente Suetônio narra esses acontecimentos. Percebemos então a tentativa de “egipcianizar” Calígula, munindo assim de uma imagem negativa e difamatória.

Ilustramos o caráter do *monstrum* da *uita de Calígula*, versaremos a seguir sobre outro lugar-comum importante da biografia, a noção de travessia que Suetônio incute na *uita* do biografado. São elementos ainda próximos a este tópico, pois retratam momentos em que o *princeps* abandona sua romanidade de uma maneira literal ou simbólica e almeja a realeza divina. Tais passagens nitidamente amplificadas relatam um *princeps* realizando constantes travessias, terminando por adotar elementos de um reino/realeza em seu governo de forma definitiva, tal qual a travessia literal do Rubicão realizada por Júlio César.

### 3.3 “Travessias” simbólicas e literais

Iniciaremos este tópico ainda focando na parte da *uita* que Suetônio narra o *princeps*. Nesta rubrica Suetônio mostra a boa relação que Calígula estabelece com reis orientais, especificamente com o rei Artabano, da Partia, a região que durante séculos iria rivalizar com Roma o poderio no Oriente. Contudo, ao menos no principado de Calígula as duas unidades políticas gozavam de uma relativa paz. Suetônio diz que “acresce ao

---

*parentibus aut coniuge liberisue capital fuit. Ac maeroris impatiens, cum repente noctu profugisset ab urbe transcurrissetque Campaniam, Syracusas petit, rursusque inde propere rediit barba capilloque promisso; nec umquam postea quantiscumque de rebus, ne pro contione quidem populi aut apud milites, nisi per numen Drusillae deierauit*".

<sup>139</sup> Unindo realeza e divindade ainda em vida, algo comum aos egípcios que por gerações foram acostumados a adorar o seu deus-rei, o faraó. Como narra Suetônio, Calígula em muitas noites conversava e convidava a lua a vir se deitar com ele, de acordo com Brandão: “Alguns autores vêm na apóstrofe à lua um aproveitamento hostil de um ritual associado ao culto de Ísis, em que o imperador se identificava com o Sol (Osíris). Ísis aparece associada à lua em Apuleio. Nesta perspectiva, Calígula, nas suas aspirações a uma monarquia de tipo egípcio, poderia muito bem estar a identificar-se com o sol (Hélios/Osíris), que tem comércio com a sua irmã, a lua (Selene/Ísis). Crê-se que Calígula tinha uma capela ísíaca no seu palácio” (Brandão, 2005: 4-5).

imenso amor dos cidadãos também o notável favor dos estrangeiros<sup>140</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XIV. IV). Aqui vemos um César apaziguador das relações, diferentemente de seu antecessor Tibério que nutria desprezo para com os partos.

Em seguida, Suetônio narra o relato em que Artabano “solicitou a amizade de Calígula, uma entrevista com o legado consular e, tendo atravessado o Eufrates, prestou culto às águias e estátuas romanas e às imagens dos Césares<sup>141</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XIV. V). Vimos aqui dois pontos interessantes, o primeiro é a menção de Suetônio à excelente relação que Calígula conseguia construir com um reino do Oriente, sendo até procurado e saudado; o segundo aspecto se refere à travessia literal do rei Artabano de um rio importante da Mesopotâmia, o Eufrates, onde prestara cultos ao poderio romano e à imagem dos imperadores, sinal de respeito e amizade para com Calígula.

Em outra passagem, a situação se inverte, quando Suetônio narra Calígula em um ato de respeito para com seus súditos helênicos. O biógrafo narra que o *princeps* tinha planejado reconstruir o palácio do tirano Polícrates, em Samos, e demonstra honras ao deus Apolo ambicionando também terminar a construção de seu templo em Mileto e edificar uma cidade no cume dos Alpes, porém “antes de tudo, cortar o istmo em Acaia – e já tinha mandado um centurião para fazer as medidas necessárias à obra<sup>142</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XXI. IV). O Istmo de Corinto era uma estreita faixa de terra que une a Grécia continental à Península do Peloponeso. Calígula ambicionava a construção de um canal que facilitaria a navegação no Peloponeso. Esses fatos salientam a vontade do *princeps* em empreender obras na Grécia Balcânica alimentando ainda mais a admiração de seus súditos nesses locais, associando-se a figuras de grande poder e influência tal qual Artabano e Polícrates, conhecido como um tirano.

Também nutria uma forte amizade com Herodes, rei da Judeia, e Antíoco IV de Comagena. Dion Cássio também faz referência a presença dos reis na corte de Calígula: “[...] nada disso afligia tanto (os romanos), como a suspeita de que a crueldade e a libertinagem de Caio cresceria com o tempo, especialmente porque sabiam que os reis Herodes e Antíoco viviam com ele, como dois mestres da tirania” (Dion Cássio, *Historia*

---

<sup>140</sup> “Accessit ad immensum ciuium amorem notabilis etiam externorum fauor”.

<sup>141</sup> “Namque Artabanus Parthorum rex, odium semper contemptumque Tiberi pree se ferens, amicitiam huius ultro petuit uenitque ad colloquium legati consulares et transgressus Euphraten aquilas et signa Romana Caesarumque imagines adorauit”.

<sup>142</sup> “Destinauerat et Sami Polycratis regiam restituere, Miletii Didymeum peragere, in iugo Alpium urbem condere, sed ante omnia Isthmum in Achaia perfodere, miseratque iam ad dimetiendum opus primipilarem”.

*Romana*, LIX.XXIV.I). Percebemos que o proto-orientalismo não existia apenas no relato suetoniano, mas também nos escritos posteriores de Dion Cássio.

Nossa próxima passagem (XIX) trataremos de uma demonstração de teatralidade, realeza e travessia literal. Suetônio narra o encontro de duas *baías* importantíssimas para esta pesquisa que materializavam o encontro entre Roma e as sociedades mediterrânicas e orientais: a baía de Puteoli e a de Nápoles. Simbolizando o local da helenização, do encontro e choque de culturas.

Para o biógrafo o local era uma “zona de alerta” para os perigos estrangeiros. Puteoli era um local estratégico para Roma, pois era um nódulo comercial importante, onde diversos povos da bacia do Mediterrâneo e além, se encontravam. Conforme afirma David Abulafia, “Puteoli também era bem-localizada para os que buscavam um mercado para artigos de luxo orientais” (Abulafia, 2014: 232). Para entendermos a importância comercial de Puteoli para o Império e da confluência cultural na região, vejamos o relato de Abulafia a respeito da chegada de grandes frotas de navios alexandrinos:

O imperador Caio Calígula (morto em 41 d.C.) ficou orgulhoso da frota alexandrina baseada em Puteoli e desencorajou o príncipe judeu Herodes Agripa de regressar à Judeia via Brindisi, Grécia e Síria, insistindo que zarpasse de Puteoli – os capitães de Alexandria eram famosos por conduzirem seus navios como cocheiros de bigas. Dias após sua partida de Puteoli, Herodes Agripa chegara ao Egito. Puteoli ficou famosa por seu cimento, feito de pó vulcânico e usado no concreto por toda Itália. Mais importante, esse cimento era usado na construção de píeres e molhes para acolher até os maiores navios. Puteoli já era um centro para o comércio de bens de luxo como mármore grego ou papiro egípcio e vidro quando o Egito caiu em mãos romanas. Mercadores puteolanos eram ativos em Delos, onde havia um animado contingente de comerciantes do sul da Itália. A conexão delíaca trouxe muitos escravos à Itália via Puteoli. Como a própria Roma, Puteoli abrigava uma população muito heterogênea, com poucas colônias de mercadores fenícios de Tiro, de nabateus das terras desertas além da Palestina, de egípcios que introduziram o culto de Serápis (Abulafia, 2014: 230).

Suetônio narra um episódio interessante, em que cita muitos personagens da realeza, sendo essa travessia faustosa e triunfal, nas palavras de Suetônio:

Criou, além disso, um novo tipo de espetáculo. Pois construiu no espaço entre Baías e o quebra-mar de Puzzuoli – uma distância de quase três mil e seiscentos passos – uma ponte, que foi feita com navios de carga trazidos de toda parte e postos, ancorados, numa fila dupla, sobre a qual se colocou terra, moldando-a até parecer com a Via Ápia. De imediato, pôs-se a ir e vir, de lá para cá, durante dois dias<sup>143</sup> (Suetônio, *Calígula*, XIX. I).

---

<sup>143</sup> “*Nouum praeterea atque inauditum genus spectaculi excogitauit. Nam Baiarum medium interuallum [ad] Puteolanas moles, trium milium et sescentorum fere passuum spatium, ponte coniunxit contractis*

Neste relato Calígula pavimentaria a sua travessia para glória do triunfo. Dessa forma, o biografado atravessaria o limite do ser *princeps* e transpassaria para o lado de um *rex*, o que representaria uma mudança na forma de gerir o governo. Essa é a primeira grande demonstração de excentricidade pelo imperador. Continuemos:

No primeiro dia, num cavalo coberto de insígnias militares, usando uma coroa de folhas de carvalho, um pequeno escudo, uma espada e uma clâmide dourada, e no dia seguinte, vestido como um piloto de quadriga, num carro puxado por dois cavalos célebres, levando à sua frente Dário, um jovem refém do Império Parta, acompanhado de uma tropa de guardas pretorianos e uma companhia de amigos que vinham em carros de guerra<sup>144</sup> (Suetônio, *Calígula*, XIX. II).

Esse aparato é carregado de importância, pois primeiro demonstra o poder militar de Calígula com suas insígnias e sua guarda pessoal, depois mostra um conquistador e “rei dos reis”, ao transportar em seu carro um jovem do reino da Pártia. Ao representar-se como piloto de quadriga, o ilustra como o senhor do próprio destino<sup>145</sup>. Faltava-lhe apenas a diadema, o que Suetônio relata em outra passagem (Suetônio, *Calígula*, XXII.II).

Porém, Suetônio quer descobrir a natureza de tal desfile e enumera as possibilidades. Primeiro, diz que muitos viam esse desfile como uma forma de Calígula rivalizar com o rei persa Xerxes, “que, não sem produzir considerável admiração, cobriu o Helesponto, mais estreito<sup>146</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XIX. III). Entretanto, o biógrafo traz outra hipótese coerente, de que Calígula fizera esta encenação para ameaçar a Germânia e a Bretanha, pois sugeria que o oceano não limitaria os planos do *princeps*. Vimos no

---

*undique onerariis nauibus et ordine dupli ad ancoras conlocatis superiectoque terreno ac derecto in Appiae uiae formam*".

<sup>144</sup> "Per hunc pontem ultro citro commeauit biduo continenti, primo die phalerato equo insignisque quercea corona et caetra et gladio aureaque chlamyde, postridie quadrigario habitu curriculoque biungi famosorum equorum, prae se ferens Dareum puerum ex Parthorum obsidibus, comitante praetorianorum agmine et in essedis cohorte amicorum".

<sup>145</sup> O professor José Luís Lopes Brandão tem uma versão alternativa desse episódio, argumenta que: “A presença do jovem parto é a chave para entender a mensagem deste cortejo apoteótico. Os Partos imolam cavalos ao Sol, cuja quadriga atravessa diariamente os céus. Sobre a ponte, Calígula identifica-se com o Sol. Esta cavalgada é a antecipação da apoteose a que está destinado depois da morte, em que acompanhará viagem do Sol imortal” (Brandão, 2005: 87). Sobre a presença do exército romano no desfile, segundo Alfaro (2013: 111, 112), o episódio da ponte de barcos entre Baías e Putéolos não é apenas um desfile suntuoso carregado de excessos, como Suetônio deixa transparecer, mas também uma forma em que Calígula buscou manipular uma série de símbolos para legitimar a sua posição frente a oposição do seu governo. Através desse ritual, estreitaria sua relação com os soldados do Império, dando-lhes dinheiro e oferecendo banquetes e desfilaria como um triunfador na ponte.

<sup>146</sup> "Scio plerosque existimasse talem a Gaio pontem excogitatum aemulatione Xerxis, qui non sine admiratione aliquanto angustiorem Hellespontum contabulauerit; alios, ut Germaniam et Britanniam, quibus imminebat, alicuius inmensi operis fama territaret".

tópico sobre a teatralidade as passagens que falam das campanhas militares empreendidas por Calígula, que pavimentou a conquista da Bretanha finalizada por seu sucessor e tio, Cláudio.

Suetônio recorre a uma outra fonte oral mais familiar, o seu avô. O biógrafo relata que ouviu de seu ancestral quando era *puer* (menino), que o motivo de tal desfile, segundo uma informação repassada pelos cortesãos, era por conta de um presságio de um astrólogo de nome Trasilo que disse a Tibério que: “Caio tinha tanta chance de ser Imperador quanto de atravessar a cavalo o Golfo de Baías<sup>147</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XIX. IV), e assim, Calígula superou as expectativas.

Voltemos a Puteoli, desta vez mencionada na parte da *uita* que trata do *monstrum*. Suetônio, agora segue a tônica da degradação, entendendo que essa *baía* torna-se o ponto de virada para a natureza cruel do *princeps*. Tratar-se-ia agora de uma travessia à tirania em uma área propensa a isso. Examinemos o relato: “Durante a inauguração da ponte em Putéoli, que dissemos ter sido planejada por ele, como chamasse para si muitas pessoas que estavam à margem, de repente as fez cair ao mar, e as empurrou com varas e remos enquanto elas se seguravam ao leme<sup>148</sup>” (Suetônio, *Calígula*, XXXII. III). É surpreendente o uso que Suetônio faz deste episódio, pois guarda essa anedota para mencioná-la na parte em que pretende acentuar os vícios do biografado, e tal ação do *princeps* colabora para definir seu caráter.

Na parte XXXVII, Suetônio trata da extravagância de Calígula e da forma rápida com que gastava os recursos do estado romano. A navegação parece ter sido uma das “extravagâncias” preferidas do *princeps*, visto que Suetônio narra com detalhes a construção de um navio suntuoso visando o prazer do então imperador. É notável que nesta mesma passagem se faça uma alusão a outra figura que desperdiçava dinheiro, adorava jantares suntuosos e viver no luxo, Cleópatra<sup>149</sup> (Suetônio, *Calígula*, XXXVII. I). Suetônio narra:

---

<sup>147</sup> “*Sed auum meum narrantem puer audiebam, causam operis ab interioribus aulicis proditam, quod Thrasyllus mathematicus anxiō de successore Tiberio et in uerum nepotem proniori affirmasset non magis Gaium imperaturum quam per Baianum sinum equis discursurum*”.

<sup>148</sup> “*Puteolis dedicatione pontis, quem excogitatum ab eo significauimus, cum multos e litore inuitasset ad praecipitauit, se, repente quosdam omnis gubernacula apprehendentes contis remisque detrusit in mare*”.

<sup>149</sup> A alusão a qual nos referimos é o fato de Calígula supostamente ter dissolvido uma pérola no vinagre, assim como Cleópatra presumivelmente fizera no jantar no qual rivalizava com Marco Antônio sobre quanto de dinheiro ela gastaria num único banquete.

Também fabricou navios libúrnicos de dez fileiras de remos, com popas recobertas de pedras preciosas, velas de cores variadas, com grandes espaços para banhos, galerias e triclínios, e ainda com grande variedade de vinhas e árvores frutíferas, navios nos quais ele, entre concertos e danças, reclinava-se durante o dia enquanto percorria as praias da Campânia<sup>150</sup> (Suetônio, *Calígula*, XXXVII. III).

Como epílogo deste capítulo retornaremos novamente a fase final da biografia em que Suetônio se debruça em querer narrar o planejamento do assassinato do imperador. Agora o biógrafo evoca a mais tradicional travessia dos autocratas trazendo Alexandria para o foco, o lugar valorizado pelos governantes romanos tidos como maus imperadores e que tinham uma relação conflituosa para com a aristocracia senatorial.

Alexandria tornou-se um *tópos* na tradição literária como o lugar perfeito para acusar autocratas que visavam trazer a realeza ao império: Júlio César, Marco Antônio e Calígula, seriam o “triunvirato dos *rex*” que ousaram supostamente retirar o poder da capital imperial. Como vimos, os romanos temiam o Egito, além do poder e da influência que Alexandria poderia ter no Mediterrâneo. Nessa passagem, Suetônio acusa Calígula de planejar cometer ainda mais atrocidades e a maior delas culminaria na mudança da capital imperial. Talvez, em Alexandria, Calígula conseguisse ser cultuado como um rei-deus como queria. Segundo o relato de Suetônio:

E tendo atrasado ou desistido do triunfo, entrou na cidade no dia de seu aniversário em meio a uma ovação; e dentro de quatro meses morreu, tendo ousado cometer crimes enormes, e planejando cometer outros ainda maiores, visto que pretendia se mudar para Áncio, e depois para Alexandria, depois de matar os mais importantes membros de cada ordem<sup>151</sup> (Suetônio, *Calígula*, XLIX. IV).

Mais uma vez o assassinato de Calígula é justificado, pois não bastasse sua natureza cruel e violenta, tinha ainda aspirações da realeza, o que levaria a quebra de um protocolo secular e ancestral: o *mos maiorum*. Eis que a figura do “Calígula *basileus*” assustaria toda uma aristocracia senatorial acostumada a seguir os ritos republicanos e a partilha dos poderes que Augusto instituiu.

---

<sup>150</sup> “Fabricauit et deceris Liburnicas gemmatis pupibus, uersicoloribus uelis, magna thermarum et porticum et tricliniorum laxitate magnaue etiam uitium et pomiferarum arborum uarietate; quibus discubens de die inter choros ac symphonias litora Campaniae peragraret”.

<sup>151</sup> “Atque omisso uel dilato triumpho ouans urbem natali suo ingressus est; intraque quartum mensem periit, ingentia facinora ausus et aliquanto maiora moliens, siquidem proposuerat Antium, deinde Alexandream commigrare interempto prius utriusque ordinis electissimo quoque”.

Porém, Calígula tinha outras ambições de poder, como pretendemos evidenciar neste último tópico do capítulo, analisando de que forma Suetônio utiliza imagens de travessia para deslocar Calígula da cultura romana e associá-lo ao oriente helenístico. Dessa forma, Suetônio define a tendência orientalizante de Calígula com o intuito de destruir sua reputação.

Entendemos que a *Vida de Calígula* está carregada de segmentos retóricos que viabilizam um discurso desqualificante deste principado. A escolha do biógrafo por conglutinar Calígula às culturas egípcia, grega e helênica, serviria ao seu propósito de amplificar os vícios, sobrepujando a virtude, deste imperador, o que evidencia que a caracterização do *monstrum* repleto de vicissitudes está atrelada a noção de poder que Calígula queria exercer, dando ares de realeza a um principado.

Ao associá-lo ao Oriente, Suetônio corrobora com versões sobre o “outro” realizadas pelos autores e personagens anteriores a ele, sobretudo Otaviano que empreendeu uma campanha maciça de depreciação da imagem de Marco Antônio e Cléopatra. Suetônio utilizou os mesmos lugares-comuns, pois se os romanos temiam a ameaça da realeza alexandrina, temiam mais ainda imperadores que se “coroassem” portando os símbolos e títulos mencionados por Suetônio: *diadema* e *basileus*.

Concebemos que para a sociedade romana tradicional era mais prudente seguir a “pantomima augustana”, onde na teoria havia divisão dos poderes. Entretanto, quando os ditos maus imperadores transcendem a “pantomima augustana” e desnudam a real natureza do principado, a monarquia. Dessa forma, mexiam na natureza paradoxal da relação entre *Princeps* e Senado, desencadeando uma narrativa injuriosa e o justificado assassinio de Calígula.

## CONCLUSÃO

Este estudo tentou demonstrar ao longo das páginas anteriores o principado de Caio César, mais conhecido como Calígula, sob um aspecto diferente, forcejando discutir como a (des)construção da figura deste *princeps* estava arraigada em uma égide moral (*mos maiorum*) e no proto-orientalismo acentuado nos escritos de Suetônio, abalizando uma preocupação que membros da aristocracia senatorial romana tinham desde o tempo da República.

A alteração do regime político engendrada por Otaviano serviu para uma mudança que visava a manutenção do *status quo* em torno de um eixo republicano. Otaviano tratou de manter as aparências e a jurisdição de uma República, porém com ares de uma monarquia. Não obstante, Otaviano serviu como um modelo de *princeps* para seus sucessores seguirem seu *exemplum*, o seu bom governo fora estimulado e elogiado pelas elites aristocráticas em diversos gêneros literários.

Todavia, para Otaviano conseguir tal feito, precisou elaborar uma intensa campanha de (des)construção da imagem de Marco Antônio e Cleópatra, se situando na condição de restaurador da *auctoritas* da República cuja decadência se acentuou com Marco Antônio, segundo Otaviano. Otaviano precisava eliminar seu concorrente direto para o estabelecimento do governo de um só homem, sendo este o projeto político herdado de seu tio-avô Caio Júlio César, outro romano ilustre que foi acusado de tentar ser um *rex* em Roma, mas que foi logo eliminado por desagravar o Senado. Logo, Otaviano precisava de um plano mais elaborado para conseguir consolidar seus planos autocráticos e encontrou em Marco Antônio, e na impopularidade de sua união com a rainha estrangeira Cleópatra, os personagens perfeitos para alcançar a sua ambição política e promoção.

Interpretamos que a propaganda difamatória de Otaviano contra Marco Antônio e Cleópatra encontrou ebullição no já latente proto-orientalismo da sociedade romana, temerosa com a ameaça do outro, do estrangeiro ou como gostavam de definir: o “bárbaro”. Havendo este terreno fértil para a amplificação da difusão dos discursos injuriosos, Otaviano utilizou bem da retórica para o seu intento. Manifestando-se como um defensor e restaurador da República, se colocava ao lado dos membros ilustres do Senado – ordem que era o bastião dos costumes ancestrais -, Otaviano exteriorizava a sua natureza republicana e o respeito para com as tradições, mesmo logrando um objetivo

maior velado, que buscara acobertar pelo seu caráter “humilde”. Através deste caráter módico conseguiu granjear a constituição do governo do principado.

Destarte, este propósito só foi conquistado graças a intensa disputa política interna e externa, com a eliminação de adversários políticos e possíveis ameaças aos seus planos. Otaviano consegue a *pax romana*, arranja uma atribuição para o Senado, se consolida no poder como um *imperator* e *princeps*, sem contestações significativas. Tornou o principado um governo republicano sem o parecer ser.

Como vimos, foi a instituição do patronato - engendrada no centro do poder com a figura *princeps* – que possibilitou a carreira do Suetônio nos cargos públicos e posteriormente a confecção de sua obra, *A Vida dos Doze Césares*. Suetônio estava a serviço da classe senatorial como seu cliente. Seus escritos eram um retrato da aristocracia de sua época ciosa e temerosa com o principado de Adriano, observando o ataque a sua ordem diversas vezes por este *princeps*. Não obstante, sugerimos que muitos dos retratos dos maus imperadores do I século d.C. (Tibério, Calígula, Nero, Galba, Otão, Vitório e Domiciano) possuem similitudes com o principado de Adriano.

O império romano de Suetônio é também marcado pela violência extrema, o que polemiza até a própria ideia de *pax* forjada na tradição por Augusto. Neste aspecto, ao analisarmos e refletirmos sobre a *uita* de Calígula, percebemos a desenvoltura deste *princeps* com elementos ditos orientais, gregos e egípcios, tal qual Adriano que era conhecido como “greguinho”; poderíamos também aludir que o apelido “Calígula” esteja desenvolto numa campanha de desonra, tendo em vista o caráter teatral de seu governo. Observamos que sua teatralidade era uma forma de demarcação de poder e um simbolismo das facetas deste principado.

Augusto também demonstrou teatralidade ao lidar com o Senado e outros aspectos do seu principado, entretanto, se demonstrava húmilde (compreendemos como uma característica teatral) perante o Senado, no jogo da jactância política e saiu triunfante construindo um modelo a ser emulado.

Cada imperador buscara demarcar o seu poder e legitimar o seu principado, ou seja, os *princeps* exerciam formas singulares de fundamentação e ocupação do cargo, em razão de estarem em constante ameaça de deposição ou assassinato. A trajetória da família de Calígula é um exemplo disto, Caio César teve toda a sua família assassinada – com exceção das irmãs -, sendo ele o único herdeiro masculino de Germânico. Ainda fora

levado a residir com o algoz - Tibério - da sua desfortuna familiar, tendo de aprender a sobreviver no sistema “fatalista” da corte imperial.

Tal qual Adriano, Calígula também nutria interesse por elementos da cultura egípcia, grega e oriental e ambos foram reprovados por tais “desvios culturais”. Adriano chegou a erigir a sua Vila com total cunho “egipcianizante” em Roma. Como discutido, o Egito representava na tradição romana o lugar por excelência que promoveria o desvio de conduta, onde se cometria excessos que colaborariam para a perda do *mos maiorum*, sobretudo na cidade egípcia de Alexandria. Dessa forma, elaborou-se um “lugar-comum” que associava o Oriente, e principalmente o Egito e Alexandria como locais a serem evitados.

Alexandria aparece nas *uita* dos *princeps* e cidadãos - tidos como maus exemplos - que supostamente avultaram a possibilidade de transmutar a capital imperial. Ou seja, entendia-se que tais figuras tentaram inverter a ordem de poder vigente, dando espaço para o lugar que desde os tempos da República fora visto como uma ameaça direta ao poderio romano.

Havendo Caio César proferido as palavras homéricas: “Um só tenha o posto supremo, Um só seja o rei (basileu)” (*Cal. XXII. II*), Suetônio patenteia transmutar o *princeps* para a figura de um basileus (*rex*), acentuando a construção do *monstrum*, *monstrum* que sobremaneira será desenhado pela natureza cruel. Dessa forma, posiciona Calígula em um local de travessia constante, que deixava o papel de *princeps* zeloso pelo *mos maiorum* para assumir o posto de um basileus (*rex*) ávido por uma realeza em seu principado.

Sem embargo, discutimos a respeito da natureza do principado, exaltado com ares republicanos, mas tipificado como uma monarquia sólida. Porém, ao *princeps* Caio César que desnudou a pantomima augustana expondo a real natureza do seu cargo, um *rex* (*basileus* para Suetônio), acabou por cair em desonra mais na dimensão moral do que necessariamente na constitucional. Ao adotar elementos orientais, gregos e egípcios em seu principado para legitimar o seu poder, acabou por mexer na memória traumática e na honradez de uma ordem (o Senado) cuja missão era manter vivos os valores tradicionais, costumes e ritos legados pelos antepassados (*mos maiorum*). Ao romper o limite augustano de governar e aderir ao cesariano ou poderíamos dizer, ao molde marco-

antoniano, Calígula entrou na lista dos maus imperadores, cujos vícios superariam as virtudes, desencadeando a ruína de seu governo.

Suetônio suscita no leitor a percepção de que Calígula seguia os passos de seus antepassados Marco Antônio e Júlio César, que acabaram por se seduzir pelo fascínio do oriente, e deixaram de lado a moderação, dignidade e civilidade adequados para um cidadão romano. Portanto, compreendemos que a (des)construção do *princeps* e a construção do *monstrum* é o local de travessia onde Suetônio põe a *uita* deste imperador, entre o ser romano e o ser “bárbaro”. Ao exemplificar essa alteração coloca como referências as baías de Puteoli e Neapoles, ou seja, Suetônio desloca geograficamente a característica deste principado, que em suas palavras: “por pouco não tomava ali mesmo o diadema e substituía a ficção do principado pela realeza” (Suetônio, *Calígula*, XXII. II). Concebemos que ao narrar o *monstrum*, Suetônio não trata mais de um principado ao molde augustano, trataria-se do governo de um *basileus* (*rex*) que no julgamento suetoniano é o governo da submissão ao caráter cruel de Calígula.

Marco Antônio e Júlio César já tinham feito Roma passar por tais perigos, especialmente César ao atravessar o rubicão e levar o “terror” à Roma, outro ponto de travessia que Suetônio elude literalmente no governo deste ditador. Pois, segundo Suetônio nas palavras de Júlio César: “Partamos para onde nos chamam os deuses e a injustiça dos nossos inimigos. A sorte está lançada” (*Jul. XXXII*). Júlio César atravessou o limite e não regressou, acabou sendo retirado da cena pública por seus opositores políticos. Aconteceu o mesmo com Calígula, que ultrapassara o limite de um *princeps* e na visão de Suetônio, transformou-se em um *monstrum*. Portanto, seu assassinio foi ratificado pelos deuses e cumprido pelos homens, tal qual o de seus antepassados Júlio César e Marco Antônio.

Assimilamos que a obra de Suetônio é extremamente importante para entendermos uma época, um grupo e a figura do *princeps*, sem contar com as impressões e digressões do próprio autor, que trazem dinamicidade e detalhamentos intrigantes para cada principado. *A Vida dos doze Césares* é uma obra anedótica implacável, pois Suetônio sabia entreter o público de modo que seus césares ainda causam admiração e terror em nossos dias. São *vidas* relembradas, exemplificadas e postas na memória do ocidente. Logo, se faz necessário ressignificar certos aspectos das *vidas* narradas por Suetônio.

Este trabalho pleiteou trazer um novo olhar a respeito da *Vida de Calígula* de Suetônio, tentando evidenciar aspectos deste principado que outrora fundamentavam a imagem negativa do *princeps*. Entretanto, como pudemos refletir, alguns aspectos deste principado foram deturpados em nome de uma ordem senatorial que não pretendia abrir mão da sua participação do poder. Caio César fora ojerizado em prol do *mos maiorum*.

É primordial perceber o quão se faz presente as representações dos césares de Suetônio, de forma que até mesmo o pensamento político atual está conectado com as relações de poder que dispunham os imperadores na Roma Antiga. Precipuamente, os maus césares são sempre evocados quando se quer criticar determinados políticos, denunciando os possíveis crimes contra o estado democrático e republicano. *A Vida dos Doze Césares* está mais presente do que nunca.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes primárias:

AUGUSTO e SUETÔNIO. *A VIDA E OS FEITOS DO DIVINO AUGUSTO*. Tradução de Matheus Trevisam, Paulo Sérgio Vasconcellos, Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

CICERO. *De oratore*. Tradução de E.W. Sutton. London: W. Heinemann, 1988.

CICERO. *On invention*. With an English translation by H. M. Hubbel. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2006.

DION CASIO. *História romana*. Tradução e notas de Juan Manuel Cortés Copete. Libros L-LX. Madrid: Editorial Gredos, 2011.

ESTEVES, Anderson Martins; PEREIRA, Bráulio Costa. *Tradução Comentada da Vida de Calígula, em Suetônio*. Rio de Janeiro: Desalinho, 2018.

*História Augusta*. Volume I - Vidas de Adriano, Élio, Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avídio Cássio e Cómodo. Tradução de Cláudia A. Teixeira, José Luís Brandão e Nuno S. Rodrigues. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2011.

PLÍNIO, o jovem. *Cartas*. In: Pliny, the Younger: Complete Letters. Oxford: Oxford University Press. (trad. P. G. Walsh), 2006.

PLUTARCO. *Vidas paralelas: Alexandre e César*. Tradução do grego, Introdução e Comentário de Maria de Fátima Silva e José Luís Brandão. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

SUETÓNIO. *Os Doze Césares*. Tradução e notas de João Gaspar Simões. 6. ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Brasília: Univesidade de Brasília, 1983.

## Bibliografia de apoio:

ABULAFIA, David. *O Grande Mar: uma história humana do Mediterrâneo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

ALFARO, Juan Pablo. La imagen de Calígula en Suetonio: realidad o construcción. *Intus-Legere Historia*, Universidad Católica Argentina, v. 6, n. 2, p. 7-32, 2012.

\_\_\_\_\_. Cayo Calígula: del 'civilis princeps' al 'superbus' autócrata. *Saberes e Poderes no Mundo Antigo: estudos ibero-latino-americanos*. volume II - dos poderes, [S.L.], p. 53-69, 2013.

\_\_\_\_\_. Símbolos helenísticos del poder en la concepción imperial de Calígula. *De Rebus Antiquis: Proyecto de Estudios Históricos Grecorromanos*, Universidad Católica Argentina, v. 3, n. 3, p. 109-134, 2013.

\_\_\_\_\_. Una aproximación a la comprensión del culto imperial de Calígula. In: BOCH, Viviana; CARDOZO, Paula (Org.). *Voces en el Mediterraneo antiguo*. Mendoza: Ss&cc Ediciones, 2015. Cap. 3. p. 31-50.

\_\_\_\_\_. Inversión socio-política en la corte imperial de Calígula. *De Rebus Antiquis*, Universidad Católica Argentina, v. 6, p. 108-125, jun. 2016.

ALSTON, R. *Aspects of Roman History, AD 14-117*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 1998.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica*. In: História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

AVELAR, Alexandre de Sá. SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

AZEVEDO, Evelyne. Adriano e o Egito: a construção de um modelo egipcianizante para a Vila Adriana. In: BRANCAGLION JUNIOR, Antonio; SILVA, Thais Rocha da; LEMOS, Rennan de Souza; SANTOS, Raizza Teixeira dos (org.). *Semna – Estudos de Egiptologia*. Rio de Janeiro: Seshat – Laboratório de Egiptologia do Museu Nacional, 2014. p. 164-179.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética - a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BARROS, José D' Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BEARD, Mary. *SPQR: Uma História da Roma Antiga*. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2017.

BEARD, Mary. *Doze Césares: imagens de poder do mundo antigo ao moderno*. São Paulo: Todavia, 2022.

BELCHIOR, Ygor Klain. *Nero: bom ou mau imperador? Retórica, política e sociedade em Tácito (54 a 69 d.C.)*. Curitiba: Prismas, 2015.

BENABOU, M. *Préface: Suétone, Les Césars et l'Histoire*. In SUÉTONE. *Vies des doze Césars*. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

BERNAL, M. *A imagem da Grécia como uma ferramenta para o colonialismo e a hegemonia europeia*. In: FUNARI, P. P. (org.). *Repensando o mundo antigo II*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2003, pp. 9-27.

BIRLEY, Anthony. *Adriano*. Madrid: Editorial Gredos, 2010.

BOURDIEU, Pierre. “*A ilusão biográfica*”. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

BRANDÃO, José Luís. Suetônio e o fascínio do oriente. In: Oliveira, Francisco de. *Génese e Consolidação da Ideia de Europa Vol. III: O Império Romano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 81-102, 2005.

\_\_\_\_\_. *Máscaras dos Césares: teatro e moralidade nas Vidas suetonianas*. Coimbra: Classica Digitalia, 2009.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: *Historia Augusta. Volume I - Vidas de Adriano, Élio, Antonino Pio, Marco Aurélio, Lúcio Vero, Avídio Cássio e Cómodo*. Tradução de Cláudia A. Teixeira, José Luís Brandão e Nuno S. Rodrigues. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2011.

\_\_\_\_\_. Páginas de Suetónio: a imolação do tirano Calígula. *Boletim de Estudos Clássicos*, Coimbra, n. 61, p. 121-136, 2016.

\_\_\_\_\_. Tirano ao Tibre!: estereótipos de tirania nas vidas dos césares de suetónio. *Humaninas*, Coimbra, v. 60, p. 115-137, out. 2008.

\_\_\_\_\_. A púrpura aviltada:: honra e desonra nas vidas dos césares de suetónio. *Humaninas*, Coimbra, v. 63, n. 8, p. 321-335, out. 2011.

\_\_\_\_\_. O processo de construção da imagem do tirano nas vidas dos Césares de Suetónio. *Saberes e Poderes no Mundo Antigo: estudos ibero-latino-americanos*. volume II - dos poderes, [S.L.], p. 71-99, 2013. Imprensa da Universidade de Coimbra.

BRAVO, Gonzalo. *Historia del mundo antiguo: una introducción critica*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

CESILA, Robson Tadeu. *Introdução: intertextualidade e estudos clássicos*. In: SILVA, Gilvan Ventura da; LEITE, Leni Ribeiro (org.). *As múltiplas faces do discurso em Roma: textos, inscrições, imagens*. Vitória: Edufes, 2013. p. 11-24.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesp, 1999.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?*. São Paulo: Ática, 1994.

CLÍMACO, Joana Campos. *A Alexandria dos antigos: fascínio, exuberância e controvérsias*. Curitiba: CRV, 2020.

CONTE, Gian Biagio. *The Rhetoric of Imitation: genre and poetic memory in Virgil and other Latin poets*. Edited and with a foreword by Charles Segal. Ithaca, London: Cornell University Press, 1986.

DEL PRIORE, Mary. *Biografia, biografados: Uma janela para a história*. In: AVELAR, Alexandre de Sá. SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: EDUSP, 2015.

FRADE, Mafalda. Oderint, dum metuant: Suetônio e a prepotência de Calígula. *Vt Par Delicto Sit Poena: Crime e Justiça na Antiguidade*, Universidade de Aveiro, v. 1, p. 277-290, 2005.

FRADE, M. L. O. *Práticas, valores e crenças na corte imperial romana*. 2007. 613 f. Tese (Doutorado em Literatura Latina) – Universidade de Aveiro, Aveiro.

FRANÇA, Tiago; VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. Escrita e poder em Suetônio. *IV Congresso Internacional de História*, [S.L.], v. 1, p. 3513-3524, 9 set. 2009. Programa de Pós-Graduação em História e Departamento de História - Universidade Estadual de Maringá - UEM.

FRANÇA, Tiago. Biografia e História na Antiguidade Clássica: estudo da obra de Suetônio. *V Congresso Internacional de História*, Maringá, p. 2469-2479, 19 set. 2011.

FRANKOPAN, Peter. *O Coração do Mundo: Uma nova História Universal a partir da Rota da Seda*. São Paulo: Planeta, 2019.

FRIGHETTO, R. *Antiguidade Tardia. Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transição (séculos II – VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012, p.217.

FRIGHETTO, Renan. Algumas considerações: o poder político na Antiguidade Clássica e na Antiguidade Tardia. *Stylos (Buenos Aires)*, Buenos Aires, v. 13, pp.37-47, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo A. Ensaio sobre a Retórica, a Argumentação e a Historiografia Antiga. *Revista Eletrônica Antiguidade Clássica*, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 140-149, 2011.

GARNSEY, P.; SALLER, R. *L'Empire Romain*. Paris: La Découverte, 1994.

GÓES, Gustavo Cangussu. *A Família como Construção de Memória: o uso da imagem da família em de vita caesarum de Suetônio e a construção da memória de Nero (séculos i e ii d.c.)*. 2015. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

GOODY, Jack. *O roubo da História: Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. São Paulo: Contexto, 2015.

GOUREVITCH, Aaron. *Indivíduo*. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). *Dicionário analítico do Ocidente Medieval: Volume I*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GRILLO, J.G.C. ; FUNARI, Pedro P. A. *Poder e religião na Ásia Menor: o culto imperial*. In: Cerqueira, Fábio; Gonçalves, Ana Teresa Medeiros; Edalaura Leão, Delfim. (Org.). Saberes e poderes no mundo antigo. Vol. I Dos saberes. 1ed. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, v. 1, p. 183-194, 2013.

GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1993.

GUARINELLO, N. L. Uma Morfologia da História: As Formas da História Antiga. *POLITEIA: Hist. e Soc.*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-61, 2003.

GUARINELLO, Noberto Luiz. *História Antiga*. 1.ed., 6<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. *O gênero biográfico na Baixa Idade Média: cultura e poder*. In: SOUZA, Armênia Maria de; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (org.). Cultura, palavra & fé: narrativas & sacralidades no mundo ibérico. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

HARTOG, François. *O confronto com os antigos*. In: Os antigos, o passado e o presente. Brasília: UNB, 2003, pp. 115-154.

ISER, Wolfgang. *O jogo do texto*. In: A literatura e o leitor: textos de estética da recepção [1979]. Seleção, coordenação e tradução de Luiz Costa Lima, 2a ed. Paz e Terra, 2011.

ISER, Wolfgang. *O ato de leitura*. Uma teoria do efeito estético. Vol. 2. São Paulo: Editora 34, 1996.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

JAUSS, Hans Robert. *A estética da recepção: colocações gerais*. In: A literatura e o leitor: textos de estética da recepção. Seleção, coordenação e tradução de Luiz Costa Lima, 2a ed. Paz e Terra.

JOLY, Fabio Duarte. “Suetônio e a tradição historiográfica senatorial: uma leitura da Vida de Nero”. In: *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 111-127, 2005.

JONES, C.P. Suettonius in the Probus og Giorgio Valla. In TARRANT, R.J. (ed). Harvard Studies in Classical Philology. Vol 90. Harvard: Harvard University Press, 1986, p. 245-252.

JOSÉ, Natália Frazão. *A Construção da Imagem do Imperador Augusto nas obras de Veléio Patérculo, Plutarco e Suetônio*. 2011. 257f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

JÚNIOR, José Petrúcio de Farias. *Sofistas e filósofos na administração imperial: o olhar de Eunápio sobre a unidade política do Império Romano no século IV D.C.* 2007. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEITE, Leni Ribeiro. *O patronato em Marcial*. 2003. 83 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

LEITE, Leni Ribeiro. *Difusão e recepção das obras literárias em Roma*. In: SILVA, Gilvan Ventura da; LEITE, Leni Ribeiro (org.). As múltiplas faces do discurso em Roma:: textos, inscrições, imagens. Vitória: Edufes, 2013.

LEME, André Luiz. Considerações sobre o gênero biográfico em "A Vida dos Doze césares", de Caio Suetônio (século ii d.C.). *História Helikon*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 37-55, jun. 2014.

LEME, André Luiz. *O pensamento político de Suetônio em "A vida dos doze césares"* (séc.II D.C.): a crítica ao poder absoluto do príncipe romano. 2015. 272 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LEME, André. Suetônio e o diálogo com o poder no século II D.C.: Reflexões a respeito de seu afastamento da vida pública romana. *XV Encontro regional de História, 100 anos a guerra do contestado: Historiografia, acervos e fontes*, ANPUH, Curitiba, 1-9, jul. 2016.

LEVILLAIN, P. *Os Protagonistas: Da Biografia*. In RÉMOND, R. (org.). Por uma História Política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LÓPEZ, Rosa María Cid. El filohelenismo alejandrino de Calígula y el culto de Drusila-Phantea. In: CORONIL, Jesús San Bernardino et al. *Arqueólogos, historiadores y filólogos: homenaje a fernando gascó*. Sevilla: Kolaos, 1995. Cap. 17. p. 345-364.

LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FVG Editora, 1998.

MACÉ, A. *Essai sur Suétone*. Paris: A. Fontemoing, 1900.

MAIA, Eduardo Silva. Ficção e História em De Vita Caesarum de Caius Suetonius Tranquillus. 2007. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MANUEL ROLDÁN, José; MARIA BLÁZQUEZ, José; CASTILLO, Arcadio del. *Historia de Roma. Tomo II - El Imperio Romano*. Madrid: Cátedra, 1989, p. 205.

MENDONÇA, Antônio da Silveira. Introdução. In: FONSECA, Antônio da Silveira Mendonça e Ísis Borges Belchior da et al. *César por Plutarco e Suetônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. p. 9-15.

MICHAEL, L.J. Apuzzo, M.D. Gravitas, Severitas, Veritas, Virtus. *Neurosurgery*, [S.L.], v. 59, n. 2, p. 2019-221, 1 ago. 2006.

MILLAR, Fergus. *El Imperio Romano y sus pueblos limítrofes*. Madrid: Siglo veintiuno, 1973.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. São Paulo: UNESP, 2019.

MOMMSEN, T. *A History of Rome Under the Emperors*. London; New York: Routledge, 1996.

MORALES, Fábio Augusto; SILVA, Uiran Gebara da. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. *Rev. Bras. Hist.[online]*. 2020, vol.40, n.83, pp.125-150.

MUDIMBE, Y.V. *A ideia de África*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2023.

NASCIMENTO, Renata Cristina de Souza. Narrar o sagrado: o desafio hagiográfico. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, Curitiba, n. 20, p. 130-142, jun. 2021.

NUNES, Clarice. As contribuições da sociologia da educação para a pesquisa histórica. In: PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir. (Org.). *Sociologia da educação: pesquisa e realidade brasileira*. 2. ed., Petrópolis: 2011.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. *Topoi* (Rio de Janeiro), [S.L.], v. 18, n. 35, p. 429-446, jul. 2017.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Para além de uma ilusão: Indivíduo, tempo e narrativa biográfica*. In: AVELAR, Alexandre de Sá. SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). O que pode a biografia. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

OMENA, Luciane Munhoz de; FUNARI, Pedro Paulo A. Memória e esquecimento: narrativa sobre imperador romano e senado. *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 163-184, jun. 2012.

ORIEUX, Jean. *A Arte do biógrafo*. DUBY, Georges; ARIES, Philippe; LADURIE, Emmanuel, LE GOFF, Jacques. História e Nova História. 3.ed. Trad: Carlos da Veiga Ferreira. Lisboa: Teorema.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de história da cultura Clássica*. V.2. 3<sup>a</sup> ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

PETIT, Paul. *A paz romana*. São Paulo: Pioneira, 1989.

PORTO, Vagner Carvalheiro. Vespasiano e o lado Oriental do Império. In: SILVA, Maria Aparecida de Oliveira; PORTO, Vagner Carvalheiro (org.). *Imperadores Romanos de Augusto a Marco Aurélio*. Teresina / São Paulo: Labham/ufpi; Larp/mae/usp, 2019. Cap. 7. p. 173-214.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward W. *A Questão da Palestina*. Tradução de Sonia Midori. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

SALLER, Richard. *Personal Patronage under the Early Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

SBRANA, R. A. Análise retórica de narrativas memorialísticas. *Educação e Filosofia*, v. 30, n. 2016ESP, p. 329-353, 29 nov. 2016.

SCOPACASA, Rafael. Hegemonia romana e transformações culturais no mediterrâneo (séculos IV-II a. C.): novas perspectivas da história global. *Revista de História*, n. 177, p. 01– 35, 2018.

SILVA, Filipe; FUNARI, Pedro Paulo A. Calígula: loucura, tirania e poder, ou não?. In: SILVA, Maria Aparecida de Oliveira; PORTO, Vagner Carvalheiro (org.). *Imperadores Romanos de Augusto a Marco Aurélio*. Teresina / São Paulo: Labham/ufpi; Larp/mae/usp, 2019. Cap. 3. p. 71-95.

SILVA, Maria de Fátima Sousa e; BRANDÃO, José Luís Lopes. *Plutarco, Vidas Paralelas. Alexandre e César*. Tradução, introdução e notas. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2019.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *A biografia antiga como gênero literário*. In: IPIRANGA JÚNIOR, Pedro; GARRAFFONI, Renata Senna; BRANDÃO, Bernardo. Modos de vida:: crenças, afetividades, figurações de si e do outro. Belo Horizonte: Crisálida, 2017. p. 33-42.

SILVA, Marcela de Oliveira Santos; OLIVEIRA, Maria da Glória de; GUIMARÃES, Thais França. Biografia, um campo de possibilidades. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, Curitiba, v. 20, n. 1, p. 143-159, out. 2021.

SOBRAL, Aldo Eustáquio Assir. *Suetônio revelado: o texto narrativo biográfico e a cultura política em "As vidas dos doze césares"*. 2007. 115 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

STADLER, Thiago David. *O poder das palavras na idealização de um princeps: epistolário cruzado entre Plínio, o jovem e Trajano (98 - 113 d.c.)*. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SUÁREZ, Domingo Plácido. *Un Siglo de cambios*. In: CORTÉS COPETE, J. M.; MUÑIZ GRIJALVO, E. (Eds.). Adriano Avgvsto. Sevilla: Fundacion Jose Manuel Lara, 2004.

SYME, R. *The travels of Suetonius Tranquillus*. In *Hermes*, vol.109, nº01, 1981, p.105-117.

TALBERT, Richard J. A. The Senate and Senatorial and Equestrian Posts. In: BOWMAN, Alan K. (ed.). *The Cambridge Ancient History: the augustan empire, 43 BC – AD 69*. v.10, 2 ed., 2008. p. 324 – 343.

TOWNEND, G. B. The Date of Composition of Suetonius' *Caesares*. In: *The Classical Quarterly*, New Series, v. 9, n. 2, 1959. p. 185 – 293.

VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. Amizade e política em Roma: o patronato na época imperial. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 23, n. 1, p. 215-222, jun. 2001.

VERGER, Antonio Ramírez de. *Introducción general*. In: SUETONIO TRANQUILO, CAYO. Vida de los doce césares. Volumen I: Libros I-III. Madrid: Editorial Gredos, 1992.

VEYNE, Paul. *O Império Romano*. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges; VEYNE, Paul. História da vida privada, vol1: do império romano ao ano mil. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VEYNE, Paul. *Pão e circo: sociologia histórica de um pluralismo político*. Tradução de Lineimar Pereira Martins. 1. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

VEYNE, Paul. *Sexo e Poder em Roma*. Tradução de Hélder Viçoso. 9. vol. Lisboa: Texto & Grafia, 2017.

WALLACE-HADRILL, A. *Patronage in Roman society; from Republic to Empire*. In: WALLACE-HADRILL, A. Patronage in ancient society. London: Routledge, 1989.

WALLACE-HADRILL, A. *Suetonius*. Londres: Bristol Classical Press, 1995.

WARDLE, David. Suetonius as “ab epistulis”: an african connection. In: *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*. v.51, n. 4, 2002. p. 462 – 480.

WINTERLING, Aloys. *Caligula: a biography*. Trans. Deborah Lucas Schneider, Glen W. Most, Paul Psoinos. London: University of California Press, 2011.

WINTERLING, Aloys. Loucura Imperial na Roma Antiga. Tradução de Fábio Duarte Joly. *História*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 4-26, jun. 2012.

WOOLF, Greg. *Roma: a história de um Império*. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.

ZAPONNE, Mirian Hisae Yaegashi. *Estética da Recepção*. In: ZOLIN, Lúcia Osana; BONNICI, Thomas (org.). Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Eduem, 2009.